

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Felipe Marinho Duarte

**MERCADO FINANCEIRO E CRÉDITO PÚBLICO:
ACUMULAÇÃO ENDÓGENA E FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA
URBANA DE JUIZ DE FORA (1870-1900)**

Juiz de Fora
2013

Felipe Marinho Duarte

**Mercado Financeiro e Crédito Público:
acumulação endógena e financiamento da infraestrutura
urbana de Juiz de Fora (1870-1900)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: História.

Linha de Pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Pires

Juiz de Fora

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Duarte, Felipe Marinho.

Mercado Financeiro e Crédito Público : acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900) / Felipe Marinho Duarte. -- 2013.

146 f. : il.

Orientador: Anderson Pires

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

1. Historiografia. 2. Urbanização. 3. Títulos da Dívida Pública Municipal. I. Pires, Anderson, orient. II. Título.

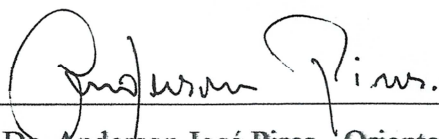
Felipe Marinho Duarte

**Mercado Financeiro e Crédito Público:
acumulação endógena e financiamento da infraestrutura
urbana de Juiz de Fora (1870-1900)**

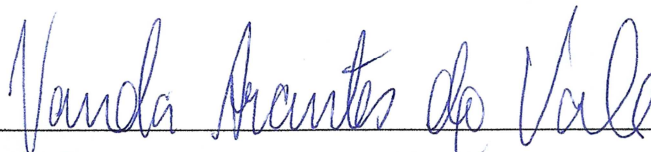
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Juiz de Fora, 9 de julho de 2013

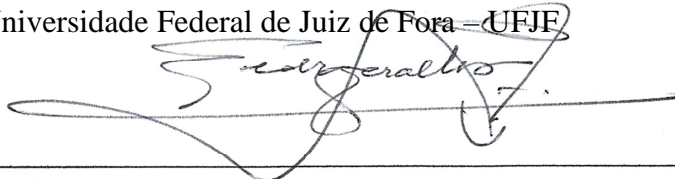
Banca Examinadora



Prof. Dr. Anderson José Pires - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF



Prof. Dra. Vanda Arantes do Vale - Presidente
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF



Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi - Membro Titular Externo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

Agradecimento

Após dois anos de pesquisas, apresentações de trabalhos, disciplinas obrigatórias cursadas, entre outras formalidades acadêmicas exigidas durante esta etapa da vida, chega o momento de agradecer as pessoas e instituições que tornaram este trabalho possível. Primeiramente, gostaria de manifestar uma especial gratidão a minha mãe, Adriana Marinho Duarte, pelo apoio incondicional, especialmente nos momentos de dificuldade. Aos meus irmãos: Carolina, Mariana, Giovanna e Henrique pelo carinho fraternal, boas risadas e paciência. De modo geral agradeço aos demais familiares, em especial ao meu primo e amigo, Júlio Cesar Duarte. Agradeço a Bárbara da Silva Santiago, companheira nas horas de preguiça e incansável leitora dos trabalhos, inclusive colaborando diretamente com sugestões que só ajudaram a enriquecer esta dissertação.

Sou especialmente grato à original orientação do professor e amigo Anderson Pires, que durante os últimos 3 anos uma atenção especial comigo, a qual poderia classificá-la como “paternal”, pois em vários momentos me auxiliou não somente nos estudos e desenvolvimento da pesquisa, com também minha vida particular. Agradeço aos membros da banca de qualificação e defesa, Vanda Arantes do Vale e Pedro Geraldo Tosi, pela leitura do meu trabalho e sugestões que colaboraram substancialmente para melhorá-lo. Sou grato aos professores da Pós-Graduação em História da UFJF, especialmente ao professor Alexandre Mansur Barata por realizar uma criteriosa leitura do meu primeiro capítulo numa hora tão necessária.

Presto os devidos agradecimentos aos funcionários dos arquivos onde pesquisei. Destacado assim, o Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, local onde trabalhei como estagiário ainda nos tempos de graduação, e, que foi fundamental para ter contato com as primeiras fontes que deram origem a minha pesquisa. Agradeço também a todos àqueles que fizeram parte da minha vida profissional, especialmente ao Colégio de Aplicação João XVIII, instituição de ensino na qual tive a honra de lecionar e pude compreender o sentido do magistério, desta forma sou grato ao professor Fernando Gaudereto Lamas.

Agradeço aos amigos do Grupo de Pesquisa em História Econômica e História Regional Comparada: Bruno Novelino Vitoretto, Rabib Floreano Antônio e Marcos Antônio Croce, que de alguma forma estiveram juntos comigo durante as pesquisas do mestrado. Neste momento acho justo fazer um agradecimento a outro pesquisador que

também se dedica a estudar Juiz de Fora, Fábio Oliveira, pessoa que estreitei o convívio nos últimos tempos devido o nosso interesse comum na história da cidade.

Agradeço aos meus amigos com quem venho dividindo bons e maus momentos da minha vida: Franklin Lopardi Franco, Lucas Cesar Pinheiro, Tiago Barreto e suas famílias, pessoas que me apoiaram incondicionalmente nas horas que mais precisei. Aos amigos e companheiros de mestrado, cujas conversas intermináveis só me fizeram entender melhor a História e tornaram minha vida acadêmica mais agradável: Hudson Lucas Marques Martins e Pedro Ivo Tanagino. Por fim, aos companheiros com quem divido o prazer de jogar futebol: Vinícius, Tiaguinho, Mateus, Getúlio, Guilherme, Hudson, Tarciso, Cassiano, Diego entre outros membros do Prometeu F.C.. Para não dizer que não falei das flores, agradeço as minhas amigas Lucélia Celes Souza, Alexandra Belo e Amanda.

Por ultimo e não menos importante agradeço a cidade de Juiz de Fora, lugar que nasci, cresci e tive a oportunidade de estudar parte de sua história.

(...) devendo e tendo de ser historiador preciso, verdadeiro e nada apaixonado, de modo que nem o interesse nem o medo, o rancor nem a amizade o faça desviar do caminho da verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir.

Cervantes



*Viva a princesa de Minas
Viva bela Juiz de Fora
Que caminha na vanguarda
Do progresso estrada afora!
Lindolfo Gomes*

Imagem: Prefeitura de Juiz de Fora em 1928. Avenida Rio Branco esquina com Rua Halfeld. Disponível em: < <http://www.mariadoresguardo.com.br> > Acesso em: 09 fev. 2013.

Resumo

A presente dissertação de mestrado se coloca como mais uma contribuição para o entendimento da História de Juiz de Fora, especialmente sobre os aspectos financeiros que tocam a administração pública local. O recorte temporal arbitrariamente escolhido entre os anos de 1850 a 1930 compreende um período de significativas mudanças das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. A efervescência de diversos fenômenos econômicos em âmbito local motivou nosso interesse por este momento da história que se desdobra consolidação de uma nova estrutura social. Num primeiro ponto tentamos sistematizar a produção historiográfica existente sobre a cidade de Juiz de Fora. Para isso, foram analisados diversos textos, artigos, dissertações, teses, livros, entre outros fragmentos da história local produzidos por inúmeras pessoas e instituições. Posteriormente, conduzimos nossas discussões à percepção da região como elemento analítico a partir da sua própria História Econômica, onde foi mensurada a importância da participação da Zona da Mata no comércio mundial através da produção cafeeira, esta atividade agroexportadora deu uma nova dinâmica à economia regional. Por último, e não mesmo importante, discorremos sobre a concentração do capital agrário no centro urbano de referência regional (Juiz de Fora) onde analisamos as emissões de títulos da dívida pública municipal sobre dois aspectos: o primeiro como forma de diversificação de investimentos particulares e o outro como mecanismo financeiro utilizado pelo poder público local a fim de levantar recursos extraordinários.

Palavras-chave: Historiografia; Urbanização; Títulos da Dívida Pública Municipal.

Abstract

This dissertation stands as a further contribution to the understanding of the history of Juiz de Fora, especially on the financial aspects that touch the local public administration. The time frame chosen arbitrarily between the years 1850-1930 understand a period of significant changes in social structures, economic, political and cultural. The effervescence of various economic phenomena locally motivated our interest in this moment of history that unfolds consolidation of a new social structure. On the first point we try to systematize the existing historiographical production about the city of Juiz de Fora. For this, we analyzed various texts, articles, dissertations, theses, books, and other fragments of local history produced by numerous people and institutions. Subsequently, we conduct our discussions to the perception of the region as an analytical element from its own Economic History, where it was measured the importance of participation in the Zona da Mata in world trade from coffee production, this activity agroexport gave a new dynamically to regional economy. Finally, and not even important discourse about the concentration of agrarian capital in the inner city of regional reference (Juiz de Fora) where we analyzed the emissions of Debt Securities city on two aspects: the first as a way to diversify investments and individuals as other financial mechanism used by local authorities to raise extra resources.

Keywords: Historiography; Urbanization; Municipal Debt Securities.

Lista de ilustrações

Gráfico:

- 01 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1876-1930). 61

Imagens:

- 01 - As Zonas mineiras, segundo o uso corrente. 18
- 02 - Marcha do povoamento na Zona da Mata (1830-1870). 23
- 03 - Percurso da Estrada de Rodagem União e Indústria em relação com o perímetro urbano. 27
- 04 - Comarca do Rio das Mortes (1778). 44
- 05 - Projeto do coreto do Parque Halfeld. 70
- 06 - Planta de Juiz de Fora feita pelo engenheiro Gustavo Dott (1860). 71
- 07 - Estação de Juiz de Fora. 73
- 08 - Christovam de Andrade & Companhia. 77
- 09 - Pagamento de juro pago na Câmara Municipal, referente à subscrição de 1888. 100
- 10 - Pagamento de juro pago no Banco de Crédito Real de Minas Gerais, referente à subscrição de 1893. 100
- 11 - Projeto do prolongamento da Rua São João Nepomuceno, pelo engenheiro Tristão Franklin em 1891 106

Lista de tabelas

Tabelas:

01 - Distribuição espacial da indústria têxtil mineira (1908).	42
02 - Decomposição das Dividas Passivas: Origem do Capital de Empréstimo para as Unidades Agroexportadoras de Juiz de Fora (1879-1919).	47
03 - Preço pago pela arroba de café.	56
04 - Preço dos materiais em madeira usados na construção civil (1915).	58
05 - Participação proporcional da produção cafeeira da Zona da Mata em relação a Minas Gerais (1847-1826).	60
06 - Proporção da produção e exportação brasileira de café (1821-1830).	62
07 - Produção média de café de Minas Gerais comparada com algumas das principais regiões do mundo (1851-1925).	63
08 - População de Minas Gerais (1751-1928).	67
09 - Crescimento das estradas férreas mineiras comparadas de outros Estados da União.	74
10 - Comércio e serviço em Juiz de Fora.	75
11 - População de Juiz de Fora (1855-1920).	86
12 - Subscrição realizada pelo Padre Las-Casas para as obras da Matriz.	91
13 - Títulos e apólices emitidos com a finalidade de promover melhorias materiais.	96
14 - Relação nominal dos subscritores do lançamento de títulos da dívida pública de 1885.	103
15 - Relação nominal dos subscritores do lançamento de títulos da dívida pública de 1888.	107
16 - Amostragem das despesas do Plano Howyan.	110
17 - Orçamento da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1892-1894).	111
18 - Saque referentes ao empréstimo público identificados nas resoluções da Câmara Municipal.	113
19 - Relação nominal dos subscritores do lançamento de títulos da dívida pública de 1893.	113
20 - Registro de transferência de posse das apólices da dívida pública de Juiz de Fora.	118
21- Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (1889-1914).	119

Lista de abreviaturas

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora	AHCJF
Comissão Econômica para a América Latina	CEPAL
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora	IHGJF
Núcleo de História Regional	NHR
Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes	SMBMM
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF

Sumário

Resumo	vii
Abstract	viii
Lista de ilustrações	ix
Lista de Tabelas	x
Lista de abreviaturas	xi
Introdução	13
Capítulo I: Uma necessária consideração historiográfica	16
Capítulo II: Desenvolvimento regional e crescimento urbano: o complexo cafeeiro mineiro e cidade de Juiz de Fora	43
Capítulo III: O mercado de capital e o crédito público em Juiz de Fora	81
3.1. Subscrição dos Títulos da Dívida Pública de Juiz de Fora de 1893 e o Plano Howyan	107
Considerações finais	120
Referências	123
Anexo	134

Introdução

Este trabalho – *Crédito Público e Mercado Financeiro: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)* – visa refletir sobre a formação do mercado financeiro e suas relações com o crédito público de Juiz de Fora, ao mesmo tempo em que procura pensar a História da cidade. De maneira geral, os debates historiográficos sobre a consolidação do capitalismo no Brasil entendem que este fenômeno estaria situado entre os anos de 1850 a 1930, período marcado por uma regularidade de acontecimentos que propiciaram o surgimento de uma sociedade de mercado, em parte, responsável pela gradual integração econômica das regiões interioranas do Brasil com outras partes do mundo. Neste sentido, a Zona da Mata mineira, cuja natureza de sua economia era predominantemente agroexportadora, encontrou na atividade cafeeira condições materiais para sustentar seu desenvolvimento regional.

O desenvolvimento da economia cafeeira na região gerou a partir do seu produto principal inúmeros efeitos de encadeamento, entre eles se destaca a formação endógena de poupanças que permitiu não somente a retenção dos recursos financeiros, mas também promoveu uma diversificação da economia local, especialmente da cidade de Juiz de Fora, centro de referência regional. Como parte deste processo, houve uma organização do circuito financeiro local, que derivou da existência de oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico.

As transformações urbanas que ocorreram em Juiz de Fora durante a segunda metade do século XIX foram, em grande parte, impulsionadas pelo intenso ritmo de crescimento demográfico e econômico da cidade, perceptível através do significativo aumento no número de habitantes e do coeficiente auferido com a tributação ordinária do município. O desenvolvimento de Juiz de Fora incitava a realização de investimentos por parte da administração municipal, a fim de promover a infraestrutura necessária à vida urbana.

As inúmeras necessidades públicas exigiam da administração local a prestação de determinados serviços urbanos, que a iniciativa privada não havia se apropriado como fonte de seus lucros (ex. fornecimento de energia elétrica, transporte urbano e serviços telefônicos). Outros serviços como o abastecimento de água e esgoto de Juiz de Fora ficaram a cargo da Câmara Municipal, que por sua vez utilizou do mercado financeiro local para alavancar recursos extraordinários com o objetivo de investi-los na

realização de determinadas obras públicas, para isso, foram emitidos os títulos da dívida pública da cidade de Juiz de Fora.

As apólices da dívida pública, conjuntamente a outros ativos financeiros: debêntures, ações, letras, hipotecas e etc., foram responsáveis pela consolidação do mercado financeiro e mobiliário da cidade, que operava como um mercado primário, ou seja, um mercado de balcão. Esta característica se deve à inexistência de uma Bolsa de Valores em Juiz de Fora, fato que não impediu a realização de transações financeiras a partir de papéis apesar do caráter informal implícito neste tipo de negociação.

Em outras palavras, como em inúmeras outras realidades históricas, também aqui a delimitação local da economia permitiu que poupanças acumuladas localmente fossem aplicadas no espaço da própria economia regional, delineando o que a nova historiografia das finanças denomina de “circuitos” ou “mercados” financeiros locais e regionais, mais ainda quando são relativamente claros os mecanismos de transferência de recursos dos setores tradicionais (agrícolas) para aqueles modernos (urbano-industrial), que representam a consolidação capitalista. Aqui se encontra uma das principais questões presentes neste trabalho: a importância dos recursos gerados na cafeicultura local para o processo de urbanização do município, em especial na provisão de recursos e financiamento de obras de serviços públicos realizadas pelo poder municipal.

Esta dissertação foi organizada em três capítulos que tratam de temáticas distintas, mas complementares em si.

A primeira parte da pesquisa – *Uma necessária consideração historiográfica* – busca consolidar a historiografia de Juiz de Fora a partir da sistematização de inúmeras obras que fazem menção à história econômica de Juiz de Fora e região, sejam elas produzidas por historiadores identificados como “tradicionais liberais”, em sua maioria ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, ou mesmo por historiadores “acadêmicos”. Neste sentido, fizemos uma proposta de uma possível história da historiografia de Juiz de Fora, apontando elementos que fornecem certa unidade à reflexão do passado da cidade, bem como delimitação de uma nova abordagem, surgida no final da década 1980, que trouxe um novo ponto de vista sobre a história local.

No segundo capítulo – *Desenvolvimento regional e crescimento urbano: o complexo cafeeiro mineiro e cidade de Juiz de Fora* – as discussões têm como objetivo apresentar os componentes que auxiliaram no surgimento do arraial de Juiz de Fora, bem como as formas de acumulação endógena. A partir do século XIX a fronteira do

café avançou para a Zona da Mata, dando outra dinâmica ao processo de ocupação deste território. Esta região anteriormente identificada como sertão, em menos de meio século se transformou numa das principais produtoras cafeeiras do mundo. Neste sentido, a atividade cafeeira foi em grande medida responsável pela integração da região ao comércio mundial, por isso analisamos a produção cafeeira da Mata a partir das teorias econômicas que se dedicam ao estudo do desenvolvimento regional. Desta maneira, Juiz de Fora se tornou o principal centro urbano da Zona da Mata, concentrando na cidade os serviços de transporte e comercialização do produto, atividades que deram uma nova dinâmica a economia local.

O último capítulo – *O mercado de capital e o crédito público em Juiz de Fora* – se concentra nas principais questões deste trabalho, ou seja, na compreensão da sociedade de mercado em Juiz de Fora, principalmente dos aspectos relativos ao capital. A intensificação do processo urbano foi responsável pela organização do ambiente construído, conduzido pelo desenvolvimento material da cidade. Este crescimento gerou demandas públicas para o fornecimento de determinados serviços. Dada à limitação orçamentária do município, a forma de arrecadar recursos extraordinários foi à emissão de títulos da dívida públicas de Juiz de Fora, que ocorreram nos anos de 1885, 1888 e 1893.

Capítulo I: Uma necessária consideração historiográfica.

Neste primeiro momento da dissertação tentamos fazer uma sistematização de parte do conhecimento histórico produzido sobre a Zona da Mata e especialmente sobre Juiz de Fora, principalmente por se tratar de uma cidade que ao longo do século XIX tornou-se um centro urbano de referência regional, condição que é preservada até os dias de hoje. Certamente, são tênues os limites entre a Ciência Histórica e o sentimento de *topofilia*¹ quando se trata de um objeto tão próximo, que neste caso se desdobram numa análise pormenorizada sobre a formação histórica da região e da cidade em questão. Usando as palavras ditas por um saudoso conterrâneo, Pedro Nava, “*Essas áreas, não posso chamar de pátria, porque as não amo civicamente. O meu sentimento é mais inevitável, mais profundo e mais alto porque vem da inseparabilidade, do entranhamento, da unidade e da consubstanciação*”².

Este trabalho se coloca como mais uma contribuição para um melhor entendimento sobre a História da produção historiográfica que diz respeito à Mata mineira e principalmente à Juiz de Fora, nosso objeto central, partimos da análise crítica de alguns dos estudos que notavelmente ajudaram a esclarecer determinadas questões referentes à percepção da História Econômica de tal região de Minas Gerais. Num artigo sobre as tendências historiográficas de Minas Gerais foram apontados inúmeros trabalhos acadêmicos que contemplam a História da capitania durante o período colonial³.

Nesta dimensão é possível perceber a tendência de muitos estudos em confiar à primazia da história mineira ao período minerador e preterir os acontecimentos que ocorreram durante o século XIX e, em alguns casos, as posições assumidas sobre determinados aspectos históricos de algumas regiões de Minas Gerais demonstram um completo desconhecimento acerca das suas especificidades.

¹ A palavra “*topofilia*” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. (...) Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e meio de se ganhar a vida. TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980. p. 107.

² NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1976. p. 111.

³ FURTADO, Júnia. Novas tendências da historiografia sobre Minas Colonial. In: *Anais do Seminário Internacional sobre Historiografia Mineira*. Belo Horizonte: Instituto Amilcar Martins, 2004. pp. 116-162.

A partir do final da década de 1970, haverá revisão profunda do entendimento da trajetória da economia mineira no século XIX em que se destacam os trabalhos de Alcyr Lenharo (1979), Roberto Borges Martins (1980 e 1982), Robert Slenes (1985), Douglas Cole Libby (1987) e João Fragoso e Manolo Florentino (1993). Em que pese as divergências, e mesmo o caráter polêmico de algumas destas intervenções, estes textos constroem um novo quadro da economia mineira no século XIX, em que a prostração, a paralisia que quiseram ver como típicas da economia mineira naquele período, cedem lugar à afirmação de uma economia diversificada e dinâmica, nos limites da ordem geral da economia brasileira de então “escravista, exportadora, mercantil e dependente”, como mostrou Celso Furtado, no seu grande, pioneiro e esquecido livro, de 1954, *A economia brasileira*.⁴

Na contramão do paradigma estabelecido por alguns historiadores que fizeram e ainda fazem confusão da *História das Minas* com a História de Minas, este trabalho tende a um estudo cujos esforços caminham no sentido da valorização dos processos históricos ocorridos no âmbito regional, ou mesmo local, contestando os falsos e tropeços cometidos por esta perspectiva que vem se revelando insensível quanto à condição de que “*Minas é muitas*”⁵ e todas são gerais. Paula⁶, ao analisar as raízes da modernidade em Minas Gerais, destaca alguns estudos que primam pelo entendimento das particularidades regionais, elencando autores e seus respectivos textos que trataram de forma pioneira os processos históricos de cada um destes espaços, desta maneira, o autor menciona os seguintes trabalhos: sobre a Zona da Mata – de Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa – *Zona silenciosa da historiografia mineira - Zona da Mata*, de 1962; sobre o rio Mucuri e o rio Doce – de Frei Jacinto de Palazzolo – *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do rio Doce*, 1973; sobre a colonização no Vale do Mucuri, a obra coletiva publicada pela Fundação João Pinheiro, em 1993, *A colonização alemã no Vale do Mucuri*; sobre o Vale do rio Doce – de Salm de Almeida – *Rio Doce*, 1945, e de Ceciliano Abel de Almeida – *O desbravamento das selvas do rio Doce*, 1959; sobre o Vale do São Francisco – de Geraldo Rocha – *O rio São Francisco*, de 1940, do Pe. Martinho Nantes – *Relação de uma missão no rio São Francisco*, 1979, e de Wilson Lins – *O médio São Francisco*, de 1960, sobre o Norte de Minas, de José Moreira de Souza – *Cidade: Momentos e Processos – Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*, de 1993; sobre o Nordeste de Minas, de Bernardo Mata Machado, *História do Sertão Nordeste de Minas Gerais (1690-1930)*, de 1991; sobre o

⁴ Ver em: PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 62. PAULA, João Antônio. A modernidade apropriada. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 1, 1996. pp. 51-66.

⁵ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

⁶ PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Op. Cit. p. 42.

Triângulo Mineiro, de Eliane Mendonça Marquez de Resende, *Uberaba: uma trajetória Sócio-Econômica (1811-1910)*, de 1991⁷.

Wirth, ao refletir sobre a fragmentação territorial de Minas, parte da concepção de um *mosaico mineiro*⁸, que se constituiria a partir de sete regiões (Mata, Triângulo, Centro, Norte, Sul, Leste, Oeste) caracterizadas com base em elementos históricos e geográficos que combinados delimitariam suas extensões [Imagem 01].

Imagem 01

As Zonas mineiras, segundo o uso corrente.



FONTE: WIRTH, John. *O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 42.

Segundo Wirth, o *mosaico mineiro* pode ser definido a partir das relações econômicas e da aproximação cultural entre estes espaços mineiros e as regiões vizinhas, externas a província. De certa maneira, estas partes que compõem Minas Gerais estariam mais ligadas aos Estados limítrofes (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, etc.) do que propriamente à unidade política e administrativa da qual fazem parte.

⁷ *Idem.* p. 42.

⁸ WIRTH, John. *O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 39.

O Oeste e o sudoeste, o Triângulo e o Sul são extensões lógicas do interior de São Paulo, ao qual o primeiro esteve ligado juridicamente até 1816, e ao qual todos ainda estão ligados econômica e culturalmente. A maior parte do vale do Rio São Francisco geograficamente faz parte do sertão brasileiro, que se alonga além da Bahia e Pernambuco, atingindo o Ceará. De fato, a parte norte de Minas foi administrada a partir de Salvador, Bahia até 1750; quase todas as suas exportações atravessavam Salvador até o presente século. O Oeste pertencia à fronteira colonial do gado, estendendo-se da Bahia a Goiás. No sudeste, a zona da Mata gravitava para o porto da cidade do Rio de Janeiro, fazendo parte do interior do Rio de Janeiro, desde o início do “boom” do café em 1830. E, além da fronteira da zona Leste, o pequeno estado do Espírito Santo isolava os mineiros do mar, como era o desejo de Portugal.⁹

No esteio da discussão regional analisamos, de forma mais aprofundada, a produção historiográfica existente sobre a Zona da Mata mineira, que em sua essência destaca e valoriza alguns dos aspectos da região, ou seja, os elementos naturais e humanos que a caracterizam frente às demais partes de Minas Gerais. Todavia, a própria tarefa de se realizar um estudo sobre a Mata mineira torna-se uma tarefa laboriosa, visto o grande volume de obras, bem como a fragmentação das informações em inúmeros arquivos. Sendo assim, nos concentramos apenas dissertar sobre os trabalhos que primam pelos aspectos econômicos e sociais relacionados à formação histórica da região.

A escrita da história sobre a Mata mineira pode ser dividida em pelos menos duas matrizes teórico-explicativas, distintas tanto na forma de apresentação do objeto quanto na metodologia utilizada nas pesquisas. A primeira está relacionada a uma escrita da história produzida por “historiadores” locais, que se debruçaram em documentos oficiais e, em alguns casos, na própria história oral realizando uma descrição, por vezes, laudatória do passado das cidades que compõem a região. Esta produção não se preocupa necessariamente com uma organização metodológica própria da Ciência Histórica, mas com uma apresentação dados e datas que evidenciem as efemérides e reforçam a memória de determinados mitos e indivíduos.

Não obstante, em pelo menos um artigo¹⁰, redigido a quatro mãos, foram realizadas as devidas críticas a esta forma de escrita da história que se aproxima das matrizes teóricas do “positivismo”, apesar de não seguir à risca suas propostas

⁹ *Idem.* pp. 41-42.

¹⁰ Este artigo foi publicado na Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada (HEERA), que desde 2006 tem colaborado para o avanço das discussões sobre questões de cunho regional. Atualmente esta revista (eletrônica) pode ser considerada como o principal instrumento de divulgação da História Econômica da Zona da Mata, embora não restringia seus artigos apenas a este objeto de análise. In: LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. *Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica.* In: *Revista HEERA.* Juiz de Fora, v. 4, n° 6, 2009.

metodológicas. Logo, consideram esta forma de apresentação do passado como uma historiografia *tradicional liberal*, tendo em vista que suas ligações com os grupos dominantes locais acaba colaborando para a construção de uma tradição, em alguns casos, utilizando uma narrativa romanesca, apesar do abundante uso de documentos oficiais. O caráter *liberal* desta historiografia advém da aceitação das perspectivas *jusnaturalistas* implícitas no pensamento liberal, assim como a anuência de um processo histórico evolutivo que resultaria, entre outras coisas, na naturalização do processo civilizador.

Desta maneira, muitos destes memorialistas/historiadores¹¹ antecederam a própria produção acadêmica acerca do passado de Juiz de Fora, assim estes indivíduos ganharam notoriedade local decorrente dos esforços realizados no sentido de revelar e fortalecer as raízes que sustentam a cidade. Além disso, o Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), fundado em 1956, tornou-se um importante ponto de convergência para a produção historiográfica tradicional, que muito colaborou para o desenvolvimento dos estudos que dizem respeito às origens de Juiz de Fora e, por vezes, da região na qual ela se encontra.

Em outros termos, encontramos uma historiografia excessivamente presa à documentos e interpretações oficiais, desprezado, muitas vezes de forma consciente, toda e qualquer participação popular no processo histórico. Apesar de reconhecermos que este tipo de produção historiográfica já vem recebendo duras críticas desde, pelo menos, a década 1960, percebemos, ao mesmo tempo, que essa historiografia vem mantendo-se especialmente no nível regional da produção historiográfica, com razoável força.

Tal fato deve-se ao “uso” pouco crítico que esta *historiografia tradicional* mereceu por parte dos historiadores “profissionais” atuais. Os historiadores *tradicionais* ou foram simplesmente esquecidos, abandonados, e tratados como amadores mais preocupados em catalogar documentos do que em analisá-los ou então utilizados como repositório de fontes que deveriam ser reinterpretadas à luz de novas teorias. Vendo por este ângulo, a historiografia atual deixou de lado o debate historiográfico, fato que levou à cristalização de determinados mitos locais, protagonizando desta maneira uma separação entre os resultados das pesquisas acadêmicas e sua função para mudança da visão que a sociedade faz de si mesma.¹²

A segunda matriz teórico-explicativa trata-se de uma perspectiva apoiada na produção acadêmica, cujos preceitos metodológicos são próprios das Ciências

¹¹ Que fique claro ao leitor que a divisão destes autores em gerações não possui qualquer relação ou analogia a qualquer escola historiográfica, principalmente a *Escola dos Annales*. A opção pela separação dos pesquisadores em gerações deriva das diferentes formas de periodização, argumentação e estruturação dos seus trabalhos. No que se refere a “primeira geração” os mais conhecidos são: Albino Esteves, Paulino de Oliveira, José Procópio Filho, Jair Lessa e Wilson de Lima Bastos.

¹² LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. *Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica*. Op. Cit. pp. 50-70.

Históricas. Para isso, retomamos nossas reflexões a partir do historiador Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, que se consagrou nos estudos sobre a Zona da Mata mineira quando escreveu um artigo pioneiro para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais no ano de 1962, intitulado *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – Zona da Mata*¹³. Entre todos os apontamentos realizados pelo autor, se destacam os aspectos econômicos e sociais que contribuíram para a formação histórica da região, a partir dos quais o autor defende a ideia que a Zona da Mata é uma ruptura com o passado barroco das Minas Gerais e a identifica como sendo filha do século XIX, diferentemente da tradição histórica das Minas.

Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral do desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete tôdas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior.¹⁴

Pedrosa¹⁵ discute outras questões acerca da dinâmica de ocupação da Zona da Mata, como por exemplo, o processo de transformação da paisagem¹⁶, para isso analisa os relatos de viajantes, entre eles se destacam: Von Martius e Saint Hilare¹⁷, que transitaram pela região e escreveram sobre a imponência da Mata Atlântica, em contraponto, analisa os efeitos devastadores causados pela introdução da cultura cafeeira, que apesar de ser um produto economicamente importante para o desenvolvimento material das cidades da Mata mineira, alterou significativamente a fisionomia regional.

Outro importante trabalho sobre os aspectos físicos e humanos da região são evidenciados num artigo intitulado *Estudo Regional sobre a Zona da Mata, de Minas Gerais*, escrito por Orlando Valverde e publicado pela Revista Brasileira de Geografia no ano 1958. Neste estudo, o geógrafo expõe e discute algumas características regionais, tais como: vegetação; solo; morfologia; clima; delimitação física, delimitando

¹³ PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 9. 1962. pp. 189-230.

¹⁴ *Idem*. p. 189.

¹⁵ *Idem*. pp. 195-201.

¹⁶ Ver em: SANTIAGO, Bárbara da Silva. *Paisagem e fragmentação florestal no município de Juiz de Fora – MG*. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – UFF, Niterói, 2008.

¹⁷ PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – Zona da Mata*. *Op. Cit.* pp. 194-197.

seu espaço natural através das referências geológicas que particulariza a região frente às demais regiões mineiras. Valverde também se preocupa em apresentar de forma sintética um histórico do processo de ocupação da Mata mineira. Sua argumentação demonstra o importante papel desempenhado pelo Caminho Novo no processo de regionalização e territorialização¹⁸ da Zona da Mata. Inclusive, elucidando sua argumentação com um esboço [Imagem 02] dos diferentes momentos da “marcha do povoamento” que se intensifica com a fronteira agrícola aberta pelo café.

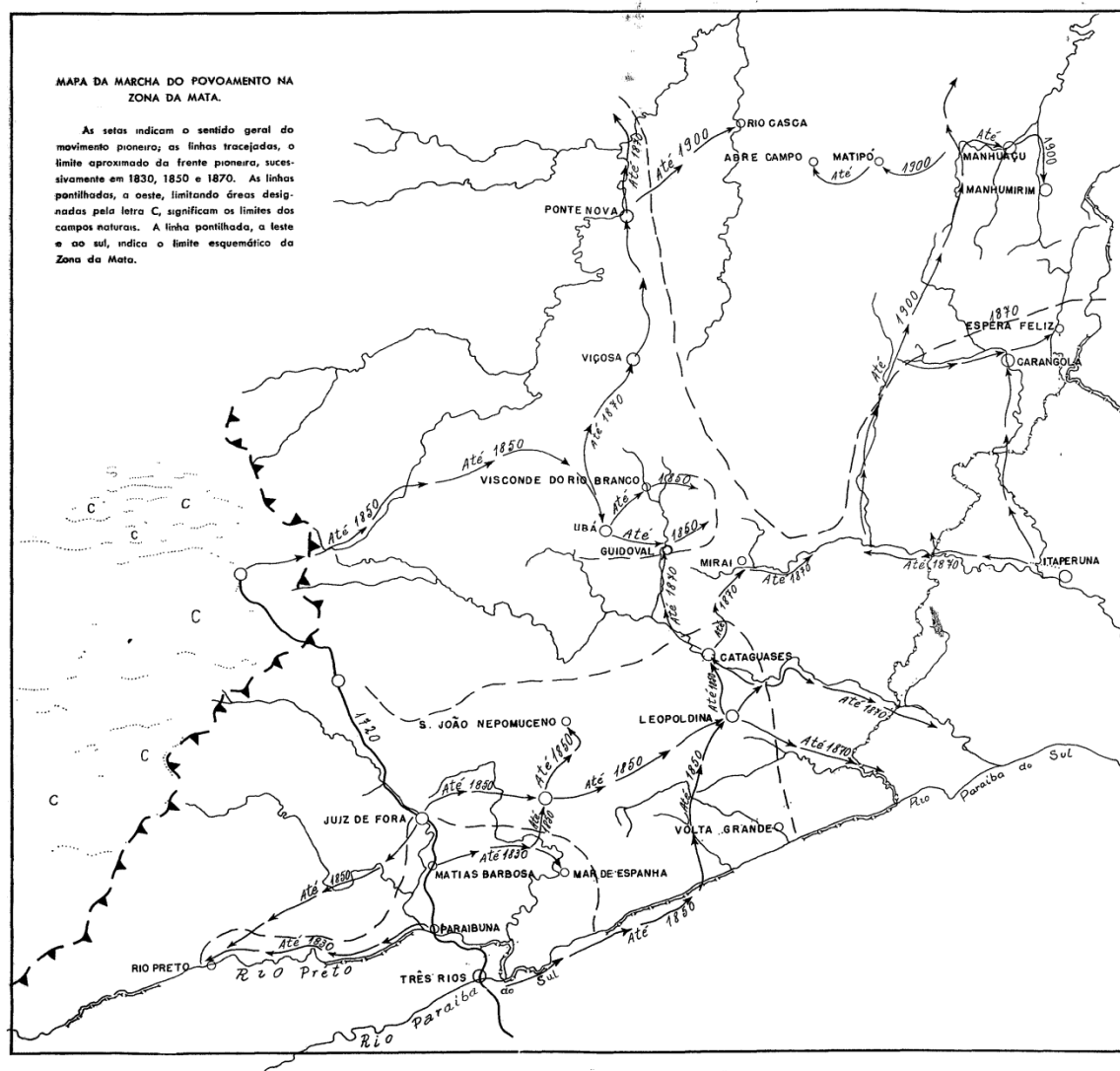
O autor ainda chama a atenção para o crescimento das atividades comerciais e para a gama de serviços prestados por pessoas e instituições alocadas dentro das cidades, tais fenômenos podem ser interpretados como consequências dos estímulos econômicos gerado pelo setor primário. Desta maneira, a própria dinâmica do sistema produtivo foi suficiente para prover aos núcleos urbanos os recursos necessários para se reproduzirem como tal. A priori, esta análise contesta a ideia de que a decadência da produção cafeeira da Zona da Mata teria acarretado estagnação ou colapso da vida urbana¹⁹.

¹⁸ *Território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (...) uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia.* In: SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cezar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. pp. 78-79.

¹⁹ VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, n° 1. 1958. p. 63.

Imagem 02

Marcha do povoamento na Zona da Mata (1830-1870).



FONTE: VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, n° 1. 1958. p. 26.

Outro importante estudo realizado sobre a Mata mineira foi escrito por Paulo Mercadante, publicado na década de 1970, denominado *Os Sertões do Leste: estudo de uma Região: a Mata mineira*. Nesta obra, o autor procura aprofundar em algumas questões que dizem respeito ao processo de ocupação das “áreas proibidas”, definição costumeiramente utilizada para designar o *sertão* que viria a se transformar em Zona da Mata²⁰. Mercadante apresenta uma história do descobrimento desta área, para isso, retoma algumas referências sobre as primeiras expedições que partiram do litoral rumo ao Oeste e chegando à Mata mineira. Assim como descrito, a primeira incursão que

²⁰ MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 15.

chegou à região está registrada no diário de Pero Lopes de Souza e foi executada no ano de 1531, entretanto existem algumas controvérsias levantadas por Basílio de Magalhães sobre sua efetividade²¹.

Mercadante no decorrer da sua obra chama a atenção para a existência de grupos indígenas que habitavam a Mata e entendiam a região como parte de seu território. Estas populações foram paulatinamente conquistadas ou dizimadas durante o processo civilizatório²². Além disso, nas proximidades do Rio Pomba, atualmente identificada como a parte central da Zona da Mata, houve um foco de ocupação que data dos anos finais do século XVIII. Entretanto, estes componentes foram suficientes para alterar as condições naturais da Mata, tais mudanças são especialmente sensíveis quando analisadas as transformações na “paisagem social”²³.

No meado do Oitocentos ganha nítido contorno a paisagem social. As aldeias viraram cidades, crescidas com casario e jardins. O café fortaleceu a lavoura, e o trem facilitaria o contato com o progresso litorâneo. Chega a informação pelo telégrafo e correio, atualizando a gente interessada nas coisas.

A cidade conquista o calçamento. Pés-de-moleque cobriram-lhe as ruas estreitas. Seguiram a água encanada e serviço de esgoto. Seu aspecto é diverso, embelezada e limpa.

Aprimoram-se as construções; resiste à poeira o caiado das casas. Os fios de iluminação elétrica elevaram-se, dispuseram-se, ante a surpresa dos matutos, e a linha férrea estendeu-se por diferentes caminhos.²⁴

As reflexões propostas por estes autores se configuram como fundamentais para a estruturação de um modelo analítico sobre a formação histórica e econômica da Mata mineira e a partir destas perspectivas torna-se possível estabelecer uma delimitação temporal e espacial dos fenômenos sociais responsáveis pela construção da unidade regional, sem perder de vista algumas características próprias a uma sociedade que está inserida numa conjuntura de transição genericamente definida pelo declínio da tradição e a ascensão da modernidade.

A importância destes textos “clássicos” sobre a economia Zona da Mata está na proposição de um modelo que permite o entendimento da dinâmica entre a riqueza gerada pela atividade cafeeira e a inversão destes recursos para outros setores da economia local. Entretanto, estas reflexões não esgotaram o tema, principalmente por desconsiderarem a natureza periférica do sistema produtivo desenvolvido localmente.

²¹ *Idem.* p. 15.

²² *Idem.* pp. 25-30.

²³ *Idem.* p. 120.

²⁴ *Idem.* p. 120.

Portanto, buscamos avançar no sentido de apresentar outras contribuições que vão além das propostas deste grupo de autores “primeira geração”²⁵ de autores que se dedicaram a estudar as especificidades regionais da Mata mineira.

Assim podemos considerar que existiu uma “segunda geração” de estudiosos sobre a Zona da Mata, dentro dela se destacam nomes como João Heraldo Lima, Domingos Giroletti e Maria Carlota de Souza Paula. Estes autores, ao que nos parece, possuem um ponto de vista externo à Mata, suas reflexões, em grande medida, estão apoiadas em fontes oficiais (Provinciais e Nacionais) e que se mostram insuficientes para um entendimento mais detalhado da região ou mesmo da cidade de Juiz de Fora.

Minas Gerais nunca chegou a ocupar o primeiro lugar na produção cafeeira no Brasil. No período em que sua produção apresentou um crescimento bastante vigoroso – décadas – décadas de 1850, 60 e 70 – o ritmo de expansão da produção fluminense era ainda maior. O Rio de Janeiro era, de longe, o primeiro produtor, Minas o segundo, enquanto São Paulo “corria por fora”, mas se aproximando rapidamente dos ponteiros. A expansão no Rio, como mostrou Stanley Stein, fora tão violenta, promovera uma incorporação e consequente desgaste de terras de tal ordem, que a rápida exaustão da cultura era algo mais ou menos inevitável. Antes do fim do século passado chegava sua decadência; a expansão cessa e a produtividade dos cafeeiros cai vertiginosamente. Em Minas ainda havia espaço e fôlego para o prosseguimento da marcha. Contudo, não com a vitalidade necessária para que a liderança fosse atingida. São Paulo, numa verdadeira “atropelada”, avisa que o primeiro posto dentro em breve será seu.²⁶

Lima, no livro *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*, traça, em linhas gerais, um panorama comparativo entre a expansão da cafeicultura mineira, concentrada quase que na sua totalidade na Zona da Mata, e aquela que vinha ocorrendo no Oeste Paulista, ambas estimuladas pelos altos preços do café no mercado internacional. Neste primeiro momento, o autor detém suas observações basicamente sobre dois elementos fundamentais à produção do café: terra e trabalho, analisando o papel assumido por estes componentes no processo de acumulação e no desenvolvimento capitalista da região²⁷.

Quanto às fontes pesquisadas torna-se necessário destacar a exegese realizada em torno do Relatório Carlos Prates, fato que talvez explique alguns graves erros de interpretação sobre a organização desta atividade agroexportadora em âmbito local.

²⁵ Manuel Xavier Vasconcellos Pedrosa, Orlando Valverde e Paulo Mercadante, são os principais nomes desta geração pioneira que desenvolveu estudos acerca da formação histórica e econômica da Zona da Mata mineira. Entretanto, ressaltamos que pode haver outros autores que foram suprimidos das nossas reflexões em virtude de não conhecermos seus trabalhos.

²⁶ LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870/1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 16.

²⁷ *Idem*. pp. 13-14.

Dentre suas afirmações se destaca a que na Mata a produção teria sido realizada predominantemente em pequenas propriedades, o que naturalmente dificultaria a formação de um capital de grande envergadura. Tal hipótese foi refutada por trabalhos mais recentes²⁸, que através de fontes locais invalidaram empiricamente esta asserção. Não obstante, o autor aponta que na Mata houve uma relativa abundância de mão de obra durante o período escravista, mas a falta de dinamismo desta economia teria colocado obstáculos à transição do regime de trabalho, especialmente no que se refere à escassez monetária da região, que teria inviabilizado não somente o assalariamento dos trabalhadores, mas também a própria imigração. Ao comparar o preço da mão de obra na Mata e no Oeste Paulista, o autor demonstra a existência de dois mercados de trabalho, devido à diferença dos salários pagos pelo trabalho.

Sobre a questão da transição da mão de obra, existem outras pesquisas que se detiveram com mais afinco ao tema, apoiadas em fontes locais como inventários *post-mortem* que apresentam de forma mais detalhada o processo de transição da mão de obra na região²⁹. Contudo, para Lima, a forma sobre a qual se organizou o ciclo produtivo cafeeiro da Zona da Mata teria gerado um baixo nível de rentabilidade. Além disso, a Mata era dependente da infraestrutura de comercialização do café instalada no Rio de Janeiro, desta forma, o pouco lucro auferido com sua venda do produto era compulsoriamente transferido para a Praça carioca, inviabilizando o processo de acumulação e a formação de poupança, impossibilitando a inversão de investimentos para os setores urbanos e industriais da economia local.

No processo de industrialização de Juiz de Fora, a generalização da economia mercantil se deveu ao desenvolvimento do setor de mercado externo – produção e exportação de café – na Zona da Mata. A ele também se atribui o desenvolvimento do setor de mercado interno, dos transportes, das cidades e a formação dos capitais que iram financiar o surto industrial local. Porém, isto não será suficiente para explicar por que o processo se desencadeia e se dá mais intensamente em Juiz de Fora e não em outra cidade da região. A maior acumulação e concentração de capital ocorreu naquele núcleo urbano devido à formação de um entreposto comercial de exportação e importação a partir da abertura da Rodovia União e Indústria. A inauguração da Ferrovia D. Pedro II, em 1875, e posterior abertura ou entroncamento de outras

²⁸ ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e cafeeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, v. 11, n° 22, (março/agosto), 1991. pp. 93-131.

²⁹ Ver em: LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho livre: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata (1870/1920)*. 1988. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 1988. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzala (1870/1900)*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001.

ferrovias (Leopoldina, Juiz de Fora e Lima Duarte) vieram reiterar até certo período sua função de polarização econômica regional.³⁰

Giroletti³¹, no livro intitulado *Industrialização de Juiz de Fora*, parte da ideia que a Estrada de Rodagem União Indústria teria sido responsável por dinamizar o mercado interno, sendo esta obra de infraestrutura o estímulo necessário para o crescimento dos setores de prestação de serviços, especialmente no que tange às funções de exportação e importação de produtos para a região. Neste sentido, a estrada teria contribuído para o desenvolvimento urbano de Juiz de Fora, pois permitiu que a cidade reforçasse sua condição de entreposto comercial no âmbito da Zona da Mata [Imagem 03].

Imagem 03

Percurso da Estrada de Rodagem União e Indústria em relação com o perímetro urbano.



FONTE: OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 55.

³⁰ GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. p.113.

³¹ *Idem.*

A mão de obra imigrante foi amplamente utilizada no processo de construção da Estada de Rodagem União e Indústria. Após o fim das obras, este capital humano foi sendo realocado em outros setores da economia, contribuindo significativamente para o desenvolvimento industrial da cidade, pois estes indivíduos dominavam técnicas de produção, que possibilitaram o surgimento fábricas (cervejarias, curtumes, olarias, etc.). Certamente, não foi apenas o domínio técnico que incitou a industrialização local, outros fatores também devem ser considerados, tais como: disponibilidade de energia, que neste caso era elétrica (a partir de 1889); formação de poupança no interior da economia da Zona da Mata, importante para o financiamento das unidades produtivas; o movimento de modernização produtiva, que se desdobra no surgimento das indústrias locais. Todos eles elementos reunidos colaboram para o processo de substituição de importação incitado pelo aumento da demanda de determinados bens de consumo. Giroletti reitera a condição periférica da indústria de Juiz de Fora ressaltando todas suas limitações de crescimento devido à dependência externa (da Praça do Rio de Janeiro), assim como as dificuldades postas ao processo de acumulação de capital criadas, em grande medida, pela dependência dos fazendeiros de café com as casas comissárias, descapitalizando a economia local.

Aqui reside uma das diferenças fundamentais entre as condições de desenvolvimento de São Paulo e de Juiz de Fora. É na capital paulista que se concentra a maior parte do excedente proveniente, quer do comércio de importação, quer da produção, financiamento e exportação do café. Com relação a Juiz de Fora, somente uma pequena parcela deste excedente permanecia na cidade. A maior parte favorecia o crescimento da cidade do Rio de Janeiro. Dentro deste esquema, Juiz de Fora não passava de um entreposto comercial de segunda grandeza.³²

Paula³³ em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1976: *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930/1970)*, apresenta uma interpretação histórica e econômica que diz respeito ao processo de interiorização da indústria num país que ocupava uma posição periférica no sistema mundial capitalista, a relevância deste tema para a historiografia pode ser mensurada a partir discussões realizadas pela CEPAL e também por pesquisadores de outras instituições³⁴.

³² *Idem.* p. 119.

³³ PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica (1930/1970)*. 1976. 193 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1976.

³⁴ Ver em: MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Neste estudo Paula busca dimensionar historicamente os fatores que possibilitaram o desenvolvimento industrial local, para isso a autora destaca a infraestrutura urbana existente em Juiz de Fora, especialmente aquela direcionada à produção, ou seja, o fornecimento de energia elétrica, transportes, comunicação (serviços telegráficos e telefônicos), abastecimento de água e recolhimento do esgoto das unidades fabris³⁵. Além disso, traça um panorama da política econômica do Estado de Minas Gerais, apresentando uma hipótese sobre a falta de representação política como fator do declínio industrial de Juiz de Fora³⁶.

Ainda é possível perceber que este trabalho busca apresentar uma explicação para a estagnação do processo de crescimento industrial de Juiz de Fora, especialmente a partir da década de 1930. Entretanto, estudos mais recentes foram capazes de demonstrar que este objetivo é um falso problema, pois através de pesquisas mais aprofundadas nos arquivos de Juiz de Fora, foi possível constatar empiricamente alguns equívocos existentes na argumentação central desenvolvida por Paula³⁷.

Mesmo com alguns erros analíticos pontuais, podemos afirmar que esta “segunda geração”³⁸, contribuiu de forma significativa para o avanço do conhecimento sobre a Zona da Mata em muitos aspectos, principalmente nos que se refere ao seu processo de modernização, ou seja, no entendimento das transformações que conduziram esta sociedade agrária para o desenvolvimento urbano-industrial.

Mas, além destes pontos em comum, os historiadores da “decadência” da economia cafeeira em Minas, entre mineiros e paulistas, convergiam em outro aspecto não menos revelador: sua visão era, necessariamente, *externa* àquela da própria região (originadas seja nos centros de pós-graduação em São Paulo ou das inúmeras contribuições de economistas e historiadores da UFMG quando se debruçaram sobre a Zona da Mata) e, talvez, por isso mesmo, subestimaram importantes trabalhos locais, seguramente por sua natureza tradicional e positivista, mas em vários pontos contraditórias com as afirmações realizadas e, em especial, as fontes em que se baseavam, invariavelmente de natureza oficial, excessivamente genéricas e muitas vezes

³⁵ PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica (1930/1970)*. Op. Cit. pp. 112-135.

³⁶ *Idem*. 135-147.

³⁷ Ver em: PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. ... *E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”*: História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 2006.

³⁸ João Heraldo Lima, Domingos Giroletti e Maria Carlota de Souza Paula são os principais nomes desta “segunda geração”, cuja interpretação sobre a Zona da Mata tem como característica um ponto de vista externo a região, bem como o pouco aproveitamento das fontes históricas produzidas por indivíduos e instituições alocados em Juiz de Fora e região.

insatisfatórias (para não dizer contraditórias) em relação a vários dos argumentos levantados.³⁹

Ainda na tentativa de mapear as contribuições realizadas no sentido do enriquecimento da escrita da História sobre a Zona da Mata, poderemos notar uma transformação na forma de abordagem deste objeto, a partir do grupo de autores que denominaremos como “terceira geração”⁴⁰ cujos estudos assumiram uma nova perspectiva. Desta forma, estes trabalhos se apoiam na ampla utilização de documentos referentes à História de Juiz de Fora, quais sejam: inventários *post-mortem*; jornais; falência de empresas; processos jurídicos; balanço de bancos; atas e resoluções da Câmara municipal; Código de Postura; entre outras fontes de caráter local/regional⁴¹. Contudo, o aproveitamento deste material (inédito) causou uma reviravolta no conhecimento histórico produzido até então, pois possibilitou o aprofundamento em algumas questões, evitando as generalizações encontradas nas interpretações anteriores.

Este terceiro grupo historiadores contribuíram de forma singular a historiografia de Juiz de Fora e aos estudos regionais. Em nossa percepção, o critério de distinção destes autores frente às gerações anteriores é a internalização do ponto de vista sobre a região e o local. Sendo assim, a formação histórica da Zona da Mata, especialmente no que tange Juiz de Fora, começou a ser pensada a partir dela própria significando uma clara ruptura com as formas de interpretações produzidas nas capitais.

O pensador mexicano Leopoldo Zea advertia, certa feita, que uma das heranças nefastas da não percepção de Hegel na cultura latino-americana é sua incapacidade de criar uma tradição cultural. Como devir cultural no continente se faz através de rupturas bruscas, sem um conveniente diálogo com as produções anteriores, *sem superação*, há um afã incontrolado pela perspectiva do novo, que boa parte das vezes novo não é, trata-se ou de mero mimetismo cultural, ou reedição de velhas temáticas e abordagens que não se beneficiam do contato com produções passadas, por se inebriarem com a contemplação de sua suposta novidade. Este padrão comum à elaboração das

³⁹ PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais. In: *Anais do III Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/Universidade do Ninho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)*. Vitória: GM Editora, 2011. pp. 7-8.

⁴⁰ Neste sentido, definimos a “terceira geração” como um grupo mais recente que se produziu sobre Juiz de Fora e a Mata, cujas pesquisas estão fundamentadas nos diversos documentos disponível nos arquivos de Juiz de Fora. Além disso, muitos destes autores trabalharam como docentes na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, onde puderam desenvolver inúmeros projetos de pesquisas, fundaram um Núcleo de História Regional (NHR) e pelos menos duas revistas (Locus e REHB).

⁴¹ Neste sentido, devemos dar os devidos créditos ao trabalho desempenhado pelo professor Galba Ribeiro di Mambro, que esteve à frente do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, sobre sua supervisão, que muitos documentos passaram pelo processo de limpeza e catalogação, para posteriormente serem disponibilizados como fontes para muitos trabalhos que tocam a temática de Juiz de Fora. Ver em: MAMBRO, Galba Ribeiro. Arquivo Histórico da UFJF. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 1, 1996. pp. 43-50.

ciências humanas por estas paragens atinge, também, a definição dos temas que são tratados como relevantes em nossa produção historiográfica. É espantosa a pequena presença de objetos como empresariado, militares, intelectuais, o esvaziamento da história econômica e da referência às estruturas sociais mais amplas na produção historiográfica brasileira recente, em contraste com a multiplicação de estudos que recusam a dimensão macro-explicativa e instauram novos objetos.⁴²

Desta maneira, veremos consolidar uma geração de pesquisadores que se caracterizou por apreender de modo científico o passado da cidade, explorando a imensa variedade de assuntos através das muitas possibilidades metodológicas, esta “terceira geração”⁴³ conseguiu avançar de forma significativa no conhecimento sobre a História regional/local preenchendo muitas das lacunas existentes. Neste sentido, foram desenvolvidas inúmeras pesquisas abordando diversos temas, tais como: a florescência da modernidade em Juiz de Fora; modernização das instituições (sociais, políticas e econômicas); fenômeno urbano-industrial; transição de mão de obra; políticas públicas; consolidação do capitalismo; formação da sociedade de mercado, etc.

Deste modo, o trabalho escrito por Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade, *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)* se coloca como uma obra seminal, podendo ser entendido como o ponto de inflexão dos estudos sobre a região. Fundamentada empiricamente numa gama de fontes locais, tais como: Resoluções da Câmara Municipal; documentação de inúmeras indústrias instaladas na cidade; processos trabalhistas; jornais que circulavam no município; folhetins operários; além das fontes já exploradas em outros trabalhos anteriores, a autora realiza uma lúcida reflexão sobre a formação da classe operária e do empresariado de Juiz de Fora.

Esta nova abordagem forneceu instrumentos para que a autora tecesse suas observações sobre a bibliografia vigente. Entre essas críticas se destacam as observações feitas sobre o trabalho de Lima, por manter uma visão reducionista sobre os efeitos da cafeicultura na diversificação da economia local, mas principalmente por não ter notado a estreita relação financeira do café com a indústria⁴⁴. Quanto ao trabalho de Giroletti, suas avaliações são conduzidas mais ou menos na mesma linha, uma vez que o autor defende a hipótese que a industrialização da cidade tem uma relação direta com a

⁴² DELGADO, Ignácio Godinho. Resenha – A “Europa dos Pobres” a belle époque mineira. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, n° 1, 1995. p. 153.

⁴³ Os principais pesquisadores que compõem esta geração: Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade, Maraliz de Castro Vieira Christo, Sônia Regina Miranda, Mônica Ribeiro de Oliveira; Anderson Pires, Vanda Arantes do Vale, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, Ignácio Godinho Delgado; Marcos Olender, Galba Ribeiro di Mambro.

⁴⁴ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de luta (1912/1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. p. 20.

criação da Estrada de Rodagem União Indústria, desprezando a importância do capital cafeeiro⁴⁵. Não obstante, a autora concorda com Giroletti em alguns pontos, como por exemplo, a importância da utilização da energia elétrica nas unidades fabris, elemento “moderno” que caracteriza a produção industrial de Juiz de Fora, assim como o elevado número de operários no município, o que demonstra a pujança deste setor se comparado ao de outros centros urbanos do país.

A organização do Núcleo de História Regional (NHR) da Universidade Federal de Juiz de Fora somou esforços no sentido de criar uma revista que serviria à divulgação do conhecimento científico, preenchendo as lacunas existentes sobre determinados temas na História. Em sua edição inaugural a Revista *Locus*, foi apresentada pela professora Maria Yedda Linhares, como uma Revista de História Regional que trazia “à tona o avanço qualitativo e quantitativo da pesquisa histórica a nível local/municipal no Brasil”. Além disso, a revista representava um importante esforço no sentido da descentralização do conhecimento histórico, em geral, produzido pelas instituições fixadas nas capitais, permitindo o aprofundamento de questões referentes à História vinculada ao meio rural e as raízes agrárias do país.⁴⁶

Inicialmente a Revista *Locus* foi organizada por professores e pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, vinculados ao Núcleo de História Regional. Sendo assim, colaboraram diretamente para a consolidação da revista, inicialmente escrevendo os artigos que foram veiculados nos primeiros números. Neste sentido, podemos perceber a variedade de correntes teóricas e escolas historiográficas utilizadas por estes pesquisadores⁴⁷. Embora existam outros autores que poderiam ser enquadrados nesta “terceira geração”, nos concentramos principalmente em apontar os nomes de pesquisadores que compunham ou vieram a compor o quadro de docentes na Universidade Federal de Juiz de Fora, especialmente por acreditarmos que suas contribuições se fazem mais sensíveis ao avanço científico, seja através da produção

⁴⁵ *Idem.* p. 21.

⁴⁶ LINHARES, Maria Yedda. *Apresentação.* In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, n° 1, 1995. p. 7.

⁴⁷ O primeiro número da Revista *Locus* contou com os seguintes artigos: Mônica Ribeiro de Oliveira – *Mercado interno e agroexportação*; Anderson Pires – *A emergência do sistema financeiro*; Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – *A força pública em Minas Gerais*; Maraliz de Castro Vieira Christo – *Algumas observações sobre pintura em óleo em áreas cafeeiras*; Vanda Arantes do Vale – *A arquitetura latino-americana da industrialização: Juiz de Fora*; Ignácio Godinho Delgado – *A independência econômica de Minas Gerais: imagens do discursos do empresariado mineiro nos anos 40 e 50*; Maria Tarcila Ferreira Guedes – *O SPHAM e o Grande-Hotel de Ouro Preto*; Alexander Mansur Barata – *Os maçons e o movimento republicano*; Marcos Olender – *Arquitetura, História e Vida*.

acadêmica, da organização de revistas e grupos de pesquisa/estudo, ou mesmo da atividade docente.

Ainda no que se refere à composição desta “terceira geração”, destacamos alguns autores que colocaram Juiz de Fora, conseqüentemente a região, como tema de suas pesquisas de pós-graduação, abordando os mais diversos assuntos sobre a cidade, entre eles se destacam: sobre patrimônio histórico de Juiz de Fora – Luiz Alberto do Prado Passaglia – s /d; sobre política urbana e mercado imobiliário – Sônia Regina Miranda – *Cidade, capital e poder*, de 1990; sobre políticas públicas e participação popular – Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – *Diferentes atores em papéis diversos*, de 1990; sobre produção cafeeira e escravidão – Rômulo Garcia de Andrade – *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*, de 1991; sobre imigrantes e industrialização – Luiz Antônio Vale Arantes – *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora - (1858/1912)*, de 1991; sobre cafeicultura e sistema financeiro – Anderson Pires – *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura*, de 1993; sobre *belle époque* e instrução pública – Maraliz de Castro Vieira Christo – *A Europa dos Pobres*, de 1994; sobre sistema de transporte e ferrovia – Peter L. Blasenheim – *Railroads in nineteenth-century Minas Gerais*, de 1994; sobre urbanismo e arquitetura – Vanda Arantes do Vale – *Arquitetura da industrialização de Juiz de Fora (1870/1930)*, de 1996; sobre políticas urbanas e identidade – James Willian Goodwin Jr. – *Princesa de Minas*, de 1996; sobre empresariado e política econômica – Ignácio Godinho Delgado – *A estratégia de um revés*, de 1997; sobre cafeicultura e mercado interno – Sônia Maria de Souza – *Além dos cafezais*, de 1998; sobre cafeicultura e mercado de terra – Mônica Ribeiro de Oliveira – *Negócios de famílias*, 1999. Além de outros inúmeros trabalhos produzidos no início do século XXI.

Outra importante contribuição para organização e sistematização da produção científica sobre a cidade de Juiz de Fora foi o projeto “*Bibliografia sobre a História de Juiz de Fora*”⁴⁸ que, em três edições, conseguiu realizar um significativo levantamento bibliográfico do material produzido que diz respeito à História da cidade de Juiz de Fora. Contudo, foram identificados mais de 500 livros que tratam da cidade de alguma forma, contando pelos menos 19 teses de doutorados e mais de 110 dissertações de mestrados (defendidas em diversas instituições de ensino e nos mais nas diversos cursos

⁴⁸ O projeto apoiado pelo Departamento de História da UFJF e o Núcleo de História Regional (que não se encontra mais em atividade). A última atualização foi realizada em 2007, sob a coordenação dos professores Maraliz de Castro Vieira Christo e Galba Ribeiro di Mambro Ver em: <<http://www.ufjf.br/bibliojf/>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

– História, Geografia, Educação, Ciências Sociais, Ciências da Religião, Economia, Literatura, entre outros), além de inúmeros capítulos de livros, artigos, documentos publicados, monografias de cursos de especialização, monografias de iniciação científica e trabalhos em anais⁴⁹.

Ao que tudo indica, esta produção acadêmica referente à cidade tende a aumentar de forma significativa, haja vista a abertura do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em atividade desde a abertura do mestrado em 2004 e recentemente com o doutorado, cuja primeira turma ingressou no ano de 2011. Sem dúvida, a criação do Programa de Pós-graduação em História da UFJF é um importante fator a ser considerado, uma vez que auxilia no desenvolvimento de pesquisas de natureza local/regional devido o suporte material e instrumentos metodológicos dados aos estudantes que se dedicam em avançar no tema.

A interiorização dos centros de pós-graduação no país tem provocado, como era de se esperar, inúmeros efeitos positivos sobre a organização e disponibilização das fontes em várias cidades do interior e, em muitos casos, tem ocorrido uma verdadeira reviravolta nos estudos regionais com o surgimento de novos temas, a completa mudança de perspectiva e importância de determinadas regiões e cidades e, muitas vezes, o abalo de antigas interpretações já consolidadas.⁵⁰

Consciente ou inconsciente, a escrita da História sobre Juiz de Fora, ao longo do tempo, colaborou para a consolidação de um ponto de vista próprio, pautado em alguns elementos circunstanciais que permitiram expressar formalmente uma relativa unidade quanto ao passado da cidade, que se desdobra na invenção de uma tradição. Em que pese o volume desta produção, assim como os debates sobre determinados aspectos, sobressai a coerência dos argumentos que invariavelmente provém de uma cuidadosa demonstração empírica, por tudo isso, ousamos dizer que estes e outros componentes foram responsáveis por consolidar uma “historiografia” específica, limitada a este pequeno “universo” construído socialmente.

Como se pode observar, ao delimitarmos parcialmente o conjunto dos trabalhos que compõem a historiografia sobre Juiz de Fora, concomitantemente tentamos evidenciar algumas lacunas existentes, fato que cria possibilidades para novos estudos revelando cada vez mais o passado da cidade/região. Desta maneira, buscamos nos

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.ufjf.br/bibliojf/publicacoes/>> Acesso em: 04 dez. 2012.

⁵⁰ PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. *Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais*. Op. Cit. p. 3.

aprofundar em algumas questões referentes à administração pública da cidade, mas especificamente no que se refere à emissão de títulos da dívida pública municipal, que começaram a ser emitidos em 11 de junho de 1863⁵¹.

A análise das subscrições de títulos da dívida pública municipal é um assunto ainda pouco explorado pela historiografia, existem algumas referências sobre estas emissões extraordinárias. Oliveira⁵², em *História de Juiz de Fora*, se concentra nos empréstimos públicos realizados na década de 1890, que serviram para o financiamento das obras referentes ao Plano Howyan, considerado o primeiro Plano Diretor da cidade. Miranda⁵³ em sua dissertação *Cidade, Capital e Poder* também chama a atenção para este mecanismo financeiro. Contudo, as informações contidas nos referidos trabalhos serão melhores desenvolvidas no decorrer do terceiro capítulo, onde iremos relacionar as emissões destes ativos financeiros com o mercado de capital existente em Juiz de Fora.

Pires⁵⁴, em seu trabalho de mestrado *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930* –, se dedicou em estudar a estrutura agroexportadora da Zona da Mata, entendendo-a a partir das noções que determinam um complexo cafeeiro, perspectiva desenvolvida por Cano⁵⁵. Entretanto, Anderson Pires questiona veementemente algumas interpretações equivocadas sobre as “condições objetivas” da produção cafeeira de Minas Gerais, contrariando parte da historiografia, afirma que a introdução da rubiácea na Zona da Mata mineira foi realizada fundamentalmente em grandes propriedades, cuja dinâmica permitiu que uma significativa parcela do excedente fosse retida nas unidades produtivas, possibilitando organização endógena de um circuito financeiro. Neste sentido, a retenção dos recursos financeiros permitiu a formação de poupanças locais, que encontraram no universo urbano oportunidades de investimentos.

⁵¹ Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal - Império. Série: 77 Caixa: 17.

⁵² OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

⁵³ MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

⁵⁴ PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1993.

⁵⁵ CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850/1930). In: *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, n° 2, (maio/ago), 1985. pp. 291-306.

(...) estamos diante de um dos pressupostos mais elementares para o surgimento do que pode ser considerado um “mercado financeiro”: a existência, em um mesmo espaço econômico, de unidades ou agentes superavitários e unidades e agentes deficitários, em torno dos quais vão se efetivar os fluxos de recursos de empréstimos. Além do mais, deve ser lembrado que muitas vezes tais situações ocorrem entre agentes com níveis próximos de *conhecimento pessoal, relações de amizade e parentesco*.⁵⁶

Por tudo isso, o que se apresenta é um sistema financeiro que assume uma dinâmica coerente ao complexo cafeeiro em que está inserido, também resultado dos efeitos multiplicadores perceptíveis nos vários setores da economia⁵⁷. Tomando este sistema financeiro como referência analítica, Croce⁵⁸, em seu trabalho de mestrado *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora*, observou a dinâmica dos mercados de capitais na cidade durante a última década do século XIX, bem como os desdobramentos desta crise no âmbito local, se detendo principalmente aos seus efeitos nas instituições bancárias localizadas na cidade. Ainda no sentido de consolidar a ideia de um sistema financeiro em Juiz de Fora composto por vários mercados de capitais (financeiro, hipotecário, crédito, etc.), Almico⁵⁹ busca argumentar sobre algumas questões referentes à formalização e institucionalização das práticas financeiras na cidade, para isso se fundamenta no aparato legal contido no Código Comercial Brasileiro.

Partindo da coerência dos argumentos apresentados nos diversos trabalhos produzidos por esta nova historiografia, cujo enfoque econômico demonstrou a relação entre a produção cafeeira e a diversificação da economia local promovida, em grande medida, pela transferência de recursos do setor agrário-tradicional para o setor urbano-industrial através do sistema financeiro. O desenvolvimento urbano de Juiz de Fora criou oportunidades de investimentos em imóveis, ações, debêntures, títulos públicos, etc. Neste sentido, o trabalho de mestrado *Fortunas em movimento*, escrito por Almico, investigou a constituição dos *portfólios* de determinados grupos de indivíduos, nos permitindo compreender parcialmente a vida econômica das classes mais abastadas. Logo, os Títulos da Dívida municipal se colocam como mais uma, entre tantas,

⁵⁶ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. pp. 198-199.

⁵⁷ *Idem.* pp. 38-48.

⁵⁸ CROCE, Marcus Antônio. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888/1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

⁵⁹ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigações: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. 2009. 297 f. Tese (Doutorado em História) – UFF – Niterói, 2009.

oportunidades de investimentos que o mercado financeiro existente em Juiz de Fora oferecia aos detentores de poupança.

(...) vimos como a economia da cidade vinha se urbanizando crescentemente, estando os agentes associados aos setores urbano-industrial com uma parcela cada vez maior no montante geral da riqueza gerada no município. Também os próprios fazendeiros estavam, em muitos casos, acompanhando este processo e suas riquezas individuais vinham se associando nitidamente ao movimento de urbanização e industrialização que o município sofria. Muitos deles estavam se desvinculando da economia rural e se vinculando nitidamente a atividades que tinham no seio do setor urbano seu ponto de referência fundamental. Vários se transformavam em grandes proprietários de imóveis urbanos, ativos financeiros locais (inclusive títulos de débito como hipotecas, notas promissórias, debêntures, etc...), “capitalistas” de uma maneira geral e, em menor escala, industriais e comerciantes⁶⁰.

Embora a cidade tenha sido observada sobre diversos ângulos, os títulos da dívida pública de Juiz de Fora ainda não tiveram um estudo específico. Em que pese os inúmeros interesses políticos inerentes a estes lançamentos promovidos pela Câmara municipal, a grande quantidade de investidores e os valores mobilizados, a inversão do capital realizado para obras públicas, bem como, seu papel no mercado local, são alguns elementos merecedores de uma análise mais refinada. Como poderemos observar mais adiante, o crédito público foi responsável por adiantar os recursos financeiros necessários à realização de melhorias materiais da cidade, ou seja, se transformaram em investimentos na infraestrutura urbana de Juiz de Fora.

Sobre as questões inerentes ao crescimento urbano de Juiz de Fora, Miranda⁶¹ destaca as dimensões da economia e dos investimentos citadinos, analisando a organização dos principais serviços públicos (transporte, fornecimento de água, energia, telefone, telégrafo, limpeza urbana, captação de esgoto, calçamento de ruas e etc.) e a consequente especulação imobiliária que acompanha o crescimento da cidade. Neste sentido, a necessidade social por tais serviços públicos conduzirá a organização de instituições, públicas e privadas, que irão elaborar e custear a implementação da infraestrutura necessária para suprir estas demandas sociais.

Desta forma, a saúde pública se colocou como um objeto de discussão política no processo de desenvolvimento urbano, invariavelmente as medidas adotadas para sua promoção implicavam em custos aos cofres públicos, já que era a Câmara Municipal a instituição responsável tornar o ambiente citadino mais salubre à população. No que diz

⁶⁰ PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria. Op. Cit.* p. 258.

⁶¹ MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder. Op. Cit.*

respeito à saúde pública em Juiz de Fora, Lana⁶², em sua dissertação de mestrado intitulada *Uma associação científica no “interior das Gerais”*, demonstra a importância da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, fundada em 20 de outubro de 1889, na promoção de discussões e formulações de propostas sanitárias para o município. Barroso⁶³, em seu trabalho de mestrado defendido na Universidade Federal de Juiz de Fora, discute alguns pontos importantes acerca da saúde pública local, contemporizando as medidas sanitárias ocorridas na cidade em relação àquelas que vinham sendo empreendidas no Brasil durante os primeiros anos da república. Desta maneira, ambos os trabalhos discutem o projeto modernizador promovido pela Câmara municipal com o auxílio científico da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora.

Vale⁶⁴ encontra na literatura produzida por escritores radicados em Juiz de Fora, especialmente no memorialista Pedro Nava, componentes que auxiliam o entendimento do passado da cidade. Através das percepções de Nava sobre seu tempo e espaço, a autora se dedica ao estudo da História da Medicina, visto as relações pessoais que o médico José Nava (pai do escritor) manteve ao longo de sua vida, bem como sua atuação em favor da saúde pública do município.

Meu Pai foi Diretor da Higiene Municipal em Juiz de Fora, nos períodos de administração dos Drs. João d'Ávila e Duarte de Abreu: princípios de 1903 até dezembro de 1907. Coube-lhe, nesse cargo, apoiar e fiscalizar as feiras rurais que se realizavam nos arredores da cidade e socorrê-la durante o verdadeiro flagelo que foram as enchentes de 1906. O Paraibuna furioso invadiu a parte baixa da zona urbana, transformando numa espécie de Veneza, em que se andava de barco quase até a Rua de Santo Antônio. As fotografias da época mostram as belas perspectivas do Largo do Riachuelo e da Rua Direita – transformados em Grande Canal. Infelizmente houve desabrigo, fome, falta de gêneros, doenças. Tudo foi atendido por meu Pai, como Diretor de Higiene, e por minha Mãe que correu as ruas para angariar donativos, transformou sua casa em armazém ali recebia, desde de manhã, a extensa fila de necessitados a quem distribuía os alimentos, as roupas e os agasalhos que recebera das famílias e do comércio. Mas o principal serviço prestado por meu Pai a Juiz de Fora foi ter erradicado dali a febre-amarela, introduzindo as medidas preconizadas pela Teoria Havanesa, como ele próprio disse em correspondência enviada ao *Brasil-Médico*, a 14 de abril de 1903.⁶⁵

⁶² LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”*: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora – SMCJF – (1889-1908). 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – FIOCRUZ – Rio de Janeiro, 2006.

⁶³ BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *Modernização e Higienismo*. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF – Juiz de Fora, 2008.

⁶⁴ Ver em: VALE, Vanda Arantes. Organização da medicina científica em Juiz de Fora – Baú de Ossos. In: *Anais do XIII Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2002.

⁶⁵ NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Op. Cit. p. 292.

Além disso, Vale⁶⁶ possui textos sobre as características arquitetônicas de Juiz de Fora, identificadas como resultado de um processo urbano-industrial relacionado com a dinâmica cafeeira. Sendo o conjunto de fábricas, palacetes, moradias de operários, infraestrutura e outros elementos materiais que compõem a cidade e que possibilitam “*situarmos a arquitetura de Juiz de Fora à época de sua industrialização em seu contexto histórico*”. Apoiada na metodologia proposta por Nestor Garcia Canclini, a autora discute a *produção simbólica* da cidade através das suas relações com o patrimônio material.

As identidades têm um vínculo estreito com a questão temporal e espacial. Para a construção da identidade é fundamental relacionar os espaços: reconhecer a existência de territórios de pertencimentos: sujeito é de tal bairro, de tal estado, de tal país, de tal continente, do mundo ocidental – aí está a noção identitária mais valorativa que concreta –, ou até mesmo, pertence ao planeta terra. Dependendo da relação que se queira estabelecer. Neste ponto já entra o problema temporal, por exemplo, a afirmação da identidade nacional. Assim como a valorização da latino-americanidade tem uma estreita relação com a conjuntura e as circunstâncias políticas e ideológicas historicamente determinadas, o que significa dizer, temporalmente localizadas.⁶⁷

O referido desenvolvimento industrial ocorrido em Juiz de Fora é um tema recorrentemente visitado, especialmente por se tratar de parte de um elemento utilizado na invenção de uma tradição, que em muitos casos, age a favor da cidade. Aliás, a apropriação de elementos econômicos como parte de um discurso é um fato relativamente comum entre muitas cidades brasileira que sofreram algum tipo de processo de modernização⁶⁸. Localmente, este discurso obteve tal aceitação que se desdobrou na criação dos mitos da “Manchester Mineira”, “Barcelona Mineira”, “Princesa de Minas”, entre outras referências que definem a pujança de Juiz de Fora, num determinado período histórico, que invariavelmente perpassa pela escrita da história regional e se desdobra num discurso político.

Entretanto, foram realizadas algumas críticas quanto à efetividade deste processo de industrialização, amparadas em fontes de natureza oficial, entre elas se destaca o

⁶⁶ VALE, Vanda Arantes. Manchester Mineira. In: *III Encontro de Associação de Estudos Brazilianistas*. Inglaterra: Cambridge, 1996. pp. 2-3.

⁶⁷ WASSERNAN, Cláudia. Problema teórico que envolve a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades. In: *Ciências Humanas e Sociais*. Londrina, v. 23, (set), 2002. p. 96.

⁶⁸ Ver em: DOIN, José Evaldo de Mello; NETO, Humberto Perinelli; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852/1930). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 53. 2007. FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise história sobre o crédito no complexo paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Relatório de 1917 – *Indústrias fabris do Estado de Minas Gerais* –. Alguns autores tentam reduzir esta discussão a um mero problema conceitual, no qual teoricamente uma classificação mais precisa das unidades de produção (tidas como pequenas) alteraria significativamente a percepção deste fenômeno industrial⁶⁹. Paradoxalmente, este ponto de vista ignora a utilização da eletricidade como principal força motriz, além do fato de que algumas destas “pequenas” empresas terem emitido ações e debêntures, como forma de capitalização⁷⁰.

A importância do pátio industrial localizado em Juiz de Fora foi observada por Gorender⁷¹ que, em *A burguesia brasileira*, ao discutir a formação do empresariado no Brasil, estende suas observações a outros núcleos urbano-industriais, relacionando o fenômeno industrial ao processo de substituição de importação e mesmo à capacidade de acumulação endógena.

O fenômeno não restringiu a São Paulo, nem a grandes importadores. Domingos Giroletti cita uma ocorrência em Juiz de Fora, centro industrial de Minas Gerais que reproduziu, aliás, em miniatura, o processo paulista de acumulação originária do capital pela cafeicultura escravista. O imigrante Antônio Meurer, estabelecido inicialmente com uma loja de fazendas e artigos de armarinho, pôde notar a grande procura de meias estrangeiras. Resolvendo fabricar o produto no Brasil, comprou máquina alemã e, em sua própria residência, montou pequena oficina onde trabalhavam seus familiares, no final do século passado. Em 1914, era dono de uma fábrica com 300 operários. (...) Nem se deve supor que somente do comércio de importação derivaram industriais. Também o comércio constituiu fontes de lucros que permitiu a transição para a indústria. Bernardo Mascarenhas foi tropeiro e, nesta atividade, juntou o capital que lhe permitiu montar, em 1872, uma fábrica têxtil próximo a Juiz de Fora, seguida de outros empreendimentos industriais.⁷²

O centro industrial que se formou na cidade se organizou financeiramente com os capitais vindos dos setores agrários, onde destacamos o café como produto principal. Aliás, este assunto será desenvolvido com mais profundidade no próximo capítulo. Obviamente, que outros componentes também podem ser elencados como facilitadores do progresso industrial de Juiz de Fora. Entre eles podemos destacar: sua localização privilegiada entre os principais centros urbanos do sudeste brasileiro: Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto; além de disso, desde 1889 a cidade abrigava a sede do Banco

⁶⁹ CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). In: *Núcleo de História Econômica e Demográfica: Série Estudos – 2*. Mariana: UFOP, 1999. p. 64.

⁷⁰ PIRES, Anderson. *Café, finanças e Indústria*. Op. Cit. pp. 266-284.

⁷¹ GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁷² *Idem*. pp. 43-44.

de Crédito Real de Minas Gerais e Companhia Mineira de Eletricidade, empresa capaz de fornecimento a energia elétrica usada para iluminação pública e força motriz de inúmeras indústrias da cidade. Neste sentido, Tosi é outro autor que reconhece em suas fontes alguns destes elementos que colocaram a industrialização de Juiz de Fora num lugar de destaque.

As 108 indústrias de “preparo de couros” listadas no “Mappa geral das indústrias do Brasil”, em 1907, estavam assim distribuídas pelos Estados da Federação: Minas Gerais com 28; Rio Grande do Sul com 22; Paraná, São Paulo e Santa Catarina com 12 indústrias cada; Goiás e Rio de Janeiro com 5 cada um; Alagoas, Paraíba e Sergipe com 3 cada; Pernambuco com 2 e Guanabara com 1.

Essa qualificação não é suficiente para se ter a exata dimensão da atividade nos Estudos. Em Minas Gerais, dos 28 estabelecimentos destinados ao “preparo de couro”, 19 utilizavam procedimentos manuais; dos estabelecimentos restantes apenas 2 merecem destaque: Detleff Krumbeck, em Juiz de Fora, e José Sans, em Esperança; somente neles a capacidade instalada, o valor da produção, os capitais investidos e o número de empregados eram significativos.⁷³

Singer chama a atenção para a grande dispersão industrial pelo território de Minas Gerais, fato que leva o autor a afirmar que a economia mineira estava repartida em numerosos conjuntos locais, estanques uns em relações aos outros. Além disso, aponta que uma das consequências deste crescimento dispersivo da indústria é o tamanho reduzido das fábricas⁷⁴. Segundo os dados fornecidos por Rodolfo⁷⁵, foi possível apurar que mesmo com as condições ressaltadas Juiz de Fora, em 1908, concentrava 25,92% dos estabelecimentos têxteis do Estado, o que representava ter 24,99% dos 1864 operários empregados no setor e 12,12% dos teares usados em função da produção de Minas Gerais [Tabela 01].

⁷³ TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais do interior: Franca e a História da Indústria coureiro-calçadista (1860/1945)*. 1998. 375 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 1998. p. 119.

⁷⁴ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977. pp. 222-234.

⁷⁵ JACOB, Rodolfo. *Minas no XXº século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911.

Tabela 01

Distribuição espacial da indústria têxtil mineira (1908).

Município	Estabelecimentos	Operários	Teares
Juiz de Fora	7	767	226
Belo Horizonte	4	407	270
Diamantina	3	360	226
Sete Lagoas	3	299	331
Santa Luiza	2	240	230
S. João Nepomuceno	1	230	84
Ouro Preto	2	180	155
Viçosa	2	166	106
Pará	1	150	90
Lavras	1	140	96
S. João del Rei	1	130	50
Total	27	3069	1864

Fonte: JACOB, Rodolfo. *Minas no XX° século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911. Apud: SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977. pp. 222-234.

Por tudo isso, vemos que a historiografia sobre Juiz Fora possui um amplo debate sobre as circunstâncias que viabilizaram seu desenvolvimento urbano-industrial, o que nos permite adentrar em algumas questões que conduziram o processo de consolidação da sociedade de mercado, característica identificada com a formalização das relações capitalista em âmbito local/regional. Por tudo isso, estamos diante uma tentativa de fazer uma História que signifique uma verdadeira relação de fatos de natureza econômica, geográfica, biológica, social e histórica. Partimos da ideia de repensar a Ciência Histórica, não apenas como um mero exercício de associação de métodos de observação do passado, mas com uma elaborada reflexão sobre a verdade existente nos fenômenos sociais, cuja responsabilidade se desdobra no estabelecimento de um novo consenso social.

CAPÍTULO II: Desenvolvimento regional e crescimento urbano: o complexo cafeeiro mineiro e cidade de Juiz de Fora

A partir das perspectivas abertas pelos estudos locais que permitem dar “tempo e espaço” definido à discussão regional, em si, e na historiografia, buscamos apontar alguns elementos que estão presentes no processo histórico de povoamento da Zona da Mata. Inicialmente, a Mata foi identificada pela Coroa portuguesa como sendo uma “área proibida”⁷⁶. As razões para tal proibição se explicam como uma tentativa de evitar o contrabando do ouro mineiro, concentrando seu transporte num caminho para o porto da cidade do Rio de Janeiro. Este espaço se manteve praticamente inalterado até os anos finais do século XVIII, a partir de então iniciou-se um processo de ocupação do Sertão do Leste, ou Zona da Mata⁷⁷.

O Caminho Novo (1701-1709)⁷⁸ foi aberto na porção sul do território que viria a se tornar Zona da Mata, e, pode ser entendido como uma infraestrutura promovida pela economia aurífera, ou seja, um efeito em cadeia a partir das relações de produção e circulação do ouro mineiro⁷⁹. A construção deste novo caminho foi realizada por Rodrigues Garcia Paes e Domingos Rodrigues da Fonseca, cujos esforços foram compensados pela Coroa através da doação de sesmarias⁸⁰. O Caminho Novo inaugura outra rota entre Minas Gerais e o litoral, comunicando dois importantes centros urbanos do sudeste brasileiro, Vila Rica (Ouro Preto) e Rio de Janeiro, o primeiro por se tratar da cidade onde se concentravam muitos dos serviços necessários à

⁷⁶ MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. pp. 15-26.

⁷⁷ Há quem diga conquista. Ver em: LAMAS, Fernando Gaudereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767/1820)*. 2013. 295 f. Tese (em História) – UFF, Niterói, 2013.

⁷⁸ O Caminho Novo, partindo da Borda do Campo, atravessando a Mantiqueira na garganta de João Ayres, passava por João Gomes (Palmyra), Chapéu d’Uvas, Juiz de Fóra, Mathias Barboza, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios, Barra do Pirahy, descia a Serra do Mar sobre Macacos, Imhauma, Pavuna, Penha e Rio de Janeiro. In: ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. 3ªed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. p.16.

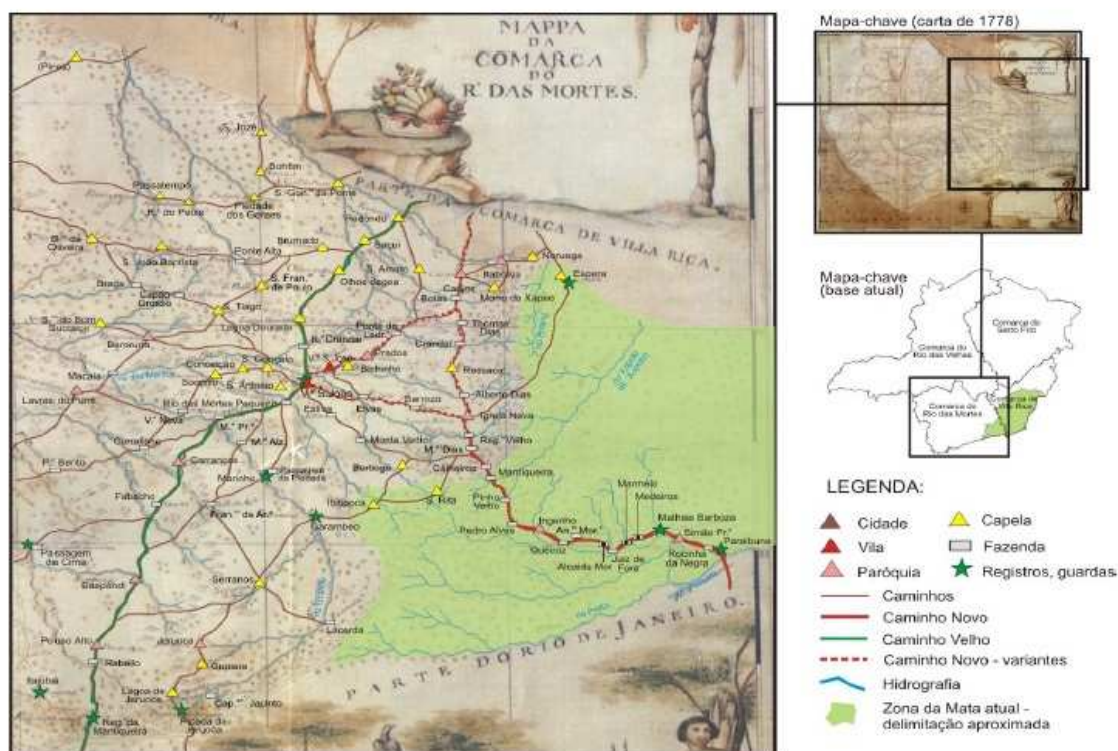
⁷⁹ A teoria dos Efeitos em Cadeia (*Linkage Thesis*) será um assunto desenvolvido ao longo deste estudo, especialmente no que toca sua aplicação com um modelo analítico, nossas observações estarão voltadas ao café, visto como produto principal. Entretanto, existem estudos específicos sobre commodity minerais. Ver em: MARICHAL, Carlos. *The Spanish-American silver peso: export commodity and global Money of the ancien regime (1550/1800)*. In: TOPIK, Steve; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr. *From silver to cocaine*. London: Duke University Press, 2006.

⁸⁰ CAPISTRANO, João Abreu. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

manutenção da indústria aurífera⁸¹, e, o segundo por ser o centro administrativo do Império (desde 1763)⁸² [Imagem 04].

Imagem 04

Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778).



FONTE: ROCHA, José Joaquim. *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*. Apud: SOARES, Josarlete. *Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século XVIII e primeira metade do XIX*. In: Anais do III Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica. Ouro Preto, 2009.

A manutenção desta rota deve-se tanto ao movimento de tropas e tropeiros, quanto à rede de abastecimento de mercado interno que se formou às suas margens a partir da fixação de algumas famílias nestas terras⁸³. Neste sentido, a produção de gêneros alimentícios é reconhecida como a principal atividade econômica desenvolvida no percurso, pois servia tanto para a manutenção destas famílias que viviam distribuídas ao longo da sua extensão como também ao abastecimento das tropas que circulavam por esta picada.

⁸¹ PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Cia. Editora Nacional-MEC, 1979.

⁸² TAUNAY, Alfredo d' Escragno. *História administrativa e econômica do Brasil*. São Paulo: Forense, 1972. p. 28.

⁸³ COSTA, Vanessa Lourenço Vaz. *O Caminho Novo: ocupação do solo e produção rural (1700/1830)*. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2013.

O tropeiro desempenhou na Mata um papel complexo de bandeirante, mercador, conselheiro e capitalista. Em regra, participava da elite da província. O negócio exigia, para o bom êxito, recursos e instrução, tino e boas relações. A circunstância do meio de vida possibilitava a imagem de um homem bem informado que, em suas andanças, conhecia todo o País. Passava naturalmente a conselheiro dos lavradores, pessoas de confiança para as compras na Corte. Era mensageiro da civilização, no dizer de Calógeras. No tempo em que raros jornais circulavam, a tradição oral valia por quase único de contato com os acontecimentos do litoral. Coisa muito semelhante ao papel que, na Idade Média, desempenhava mercadores ambulantes ou os trovadores.⁸⁴

Este movimento de idas e vindas de tropas e tropeiros favoreceu o desenvolvimento das relações de troca, num duplo movimento, onde a produção local atingia a esfera da circulação sendo transformada em riqueza, dinheiro ou crédito. Por outro lado, o crescimento demográfico incitou um tipo de consumo satisfeito através da importação de determinadas mercadorias (tecidos, comidas, bebidas, bens de produção, etc.), fato que em momento algum inviabilizou a formação de poupanças locais⁸⁵.

Existe um longo debate sobre as possibilidades e formas de acumulação ocorridas na região/cidade, entretanto, devido à falta de tempo para desenvolvermos este assunto com a merecida profundidade nos contentamos apenas apontaremos as principais interpretações já existentes.

Autores como Lima⁸⁶, chegaram a afirmar que a Zona da Mata seria economicamente dependente de outras regiões, especialmente do circuito financeiro organizado em torno da cidade do Rio de Janeiro, fato que aos olhos deste autor teria criado um obstáculo ao processo de acumulação de capital na região. Sendo assim, o capital investido na cafeicultura teria origem externa, em alguns casos, esta migração de recursos teria ocorrido através de vínculos familiares, cujo capital vindo da região centro-mineradora teria grande impacto no desenvolvimento da cafeicultura local⁸⁷.

Entretanto, existe uma corrente de autores que vão de encontro à proposta defendida por Lima, pois percebem que o desenvolvimento da atividade cafeeira se deu através dos recursos acumulados de maneira endógena, portanto foram desenvolvidos mecanismos de retenção deste capital comercial⁸⁸. Todavia, certos autores que

⁸⁴ MERCADANTE, Paulo. *Sertões do Leste*. Op. Cit. 66.

⁸⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780/1870)*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

⁸⁶ LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870/1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁸⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*. Op. Cit.

⁸⁸ Ver em: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*. Op. Cit.. SOUZA, Sônia Maria. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870/1920)*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2007.

sustentam a tese de que houve uma acumulação interna parecem desprezar dois importantes elementos em suas análises: o primeiro seria de que este processo de acumulação teria sido desencadeado nos setores comerciais atacadistas. O segundo, que a produção de viveres foi uma atividade subsidiária à implantação da cafeicultura, por isso parecem não enxergar a importância do produto principal, cuja produção estava voltada à exportação e por conta disso submetida às flutuações de preço e demanda do mercado mundial⁸⁹.

Neste sentido, Pires constatou em suas pesquisas com inventários um movimento de internalização do capital financeiro, componente fundamental na formação de um mercado financeiro local⁹⁰. Ao realizar a decomposição das dívidas passivas de várias unidades agroexportadoras de Juiz de Fora, identificou a origem deste capital [Tabela 02]. Sendo assim, foi verificado que nas três últimas décadas do século XIX o circuito financeiro organizado em âmbito local foi capaz de suprir as demandas internas por empréstimos.

⁸⁹ Ver em: PIRES, Anderson. Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930. *In: Revista Eletrônica de História do Brasil*. v. 9, nº 1, (jan/jul), 2007. VITORETTO, Bruno Novelino. *Parahybuna à Zona da Mata: terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2012.

⁹⁰ Os mercados de crédito ocupam um lugar destacado na história econômica uma vez que os especialistas estão plenamente convencidos de que os fluxos de empréstimos são controlados por instituições específicas que reduzem os problemas de informação assimétrica. Em outras palavras, as relações de crédito dependem de instituições que ajudam tomadores e provedores de recursos a conhecerem mais um sobre os outros. (...) Mas antes de discutir os mercados financeiros em particular, pode-se perguntar o que constitui um mercado. Nós definimos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, formal ou informal. Um mercado pode alocar recursos baseados em preços, informações ou em uma combinação de ambos. Ele pode ser imperfeito no sentido de que os custos de transação (a diferença entre o que um comprador paga e um vendedor recebe) podem ser expressivos. Uma relação destes custos de transação pode ser longa; mas no que se refere ao crédito ela inclui não apenas taxas para a realização de empréstimos e contratos, mas também impostos, custos para se encontrar um provedor disponível ou as perdas decorrentes da insolvência dos devedores (...). HOFFMAN, P.T.; POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). *Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870*. University of Chicago Press, p. 11-12. O leitor encontrará uma boa análise da evolução do conceito de mercado na literatura em SWEDBERG, R. “Markets as Social Structures”. *In: SMELSER, N.J. and SWEDBERG, R. (1994). The Handbook of Economic Sociology*. Princeton University Press, pp. 255-283. *Apud: PIRES, Anderson. Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. p. 23.

Tabela 02

Decomposição das Dividas Passivas: Origem do Capital de Empréstimo para as Unidades Agroexportadoras de Juiz de Fora (1879-1919). (valores em mil-réis).

DÉCADA	LOCAL	%	R.J.	%	N.IDENT.	%	TOTAL
1870/79	129:488	41,79	144:477	46,63	35:854	11,57	309:819
1880/89	201:135	19,66	768:649	75,16	52:786	5,16	1.022:570
1890/99	197:998	99,39	1:211	0,60	-	-	199:209
1900/09	476:373	77,58	73:868	12,03	63:755	10,38	613:996
1910/19	96:565	88,17	2:263	2,06	10:689	9,76	109:517

FONTE: PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993. p. 63.

Pedrosa⁹¹ afirma que no início do século XVIII era possível identificar a existência de alguns núcleos de povoamento na região da Mata, concentrados às margens do Rio Pomba, todavia, estes arraiais se integravam à rede urbana composta pelas vilas e cidades da região centro-mineradora, onde as atividades comerciais vinculadas ao abastecimento do mercado interno tem um papel de destaque. Sendo assim, a existência destes núcleos de povoamento não contradiz a ideia de que a abertura do Caminho Novo foi responsável por desencadear o primeiro impulso no processo de povoamento da Mata, através do aproveitamento das terras que margeavam o caminho, estas foram ocupadas através da concessão de sesmarias.

Outro elemento sobre a heterogeneidade do tardio processo de ocupação da Zona da Mata é revelado no Relatório do Presidente da Província de 1850. No item *Cathechese e civilização dos Índios*, Alexandre Joaquim de Sequeira apresenta *Manhuassú* (localizada ao norte da Mata) como sendo uma aldeia indígena.

Os índios estão dispersos por diferentes fazendas, e pelo matto, faltos de mantimentos, de ferramentas e de tudo quanto póde atrahil-os ás aldêas (...) Louvaveis são os esforços que se fazem para a cathechese, e civilização dos Índios, mas na minha opinião inúteis, porque a experiencia tem demonstrado, que uma triste fatalidade peza sobre a raça indigena, a qual está condemnada a desaparecer nos pontos do Brasil, em que a civilização Européa começa a exercer a sua acção.⁹²

⁹¹ PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 9. 1962. p. 193.

⁹² SEQUEIRA, Alexandre. *Relatorio do Presidente da Provincia de Minas Gerais*. Ouro Preto: Typografia Social, 1850. p. 17.

Assim como apontado em pesquisas anteriores, A Zona da Mata mineira, ou como denominada genericamente por Mercadante os “Sertões do Leste” era sim uma região de natureza hostil⁹³. Por isso, um elemento que merece ser destacado quando nos referimos aos primórdios da Mata é a existência de povos indígenas que habitavam este espaço, embora haja poucas referências bibliográficas sobre o assunto⁹⁴. Sem dúvidas, a população gentílica que vivia neste *sertão* mantinha uma relação homem-natureza própria aos seus padrões culturais, organizando a produção de acordo com suas necessidades e promovendo a reprodução da comunidade conforme seus costumes.

No decorrer do processo de conquista da região parte destes índios foi dizimada e o restante submetido aos padrões socioculturais estabelecidos pelo processo civilizador europeu, tendo reorientado completamente sua forma de relacionar com o meio ambiente. Alguns indícios apontam a coivara como uma técnica de origem indígena, amplamente utilizada durante o processo de ocupação da Mata, tal procedimento consiste em atear fogo na floresta para preparar o terreno onde seria desenvolvida alguma atividade agrícola. Todavia, durante o momento de introdução da cultura cafeeira a coivara foi utilizada numa escala quase que predatória extinguindo uma significativa parcela da Mata Atlântica existente na região⁹⁵.

Até os primeiros anos do XIX a Mata ainda era identificada como um *sertão*, ou seja, um espaço de baixo índice demográfico caracterizado pela inexistência de núcleos de povoamentos (arraiais, vilas ou cidades)⁹⁶. De acordo com a historiadora Fonseca, o termo *sertão* ganha sentido de área onde não há urbanização, é um espaço interiorano que permanece em estado bruto, devido à inexistência de atividade humana regular agindo no sentido de estabelecer uma ocupação definitiva. Todavia, a fundação de vilas e cidades seria a forma de expressão do poder civil, que se desdobraria em outras

⁹³ MERCADANTE, Paulo. *Sertões do Leste*. Op. Cit.

⁹⁴ Ver em: CARALLI, Rogério. História da presença indígena no município de Carangola. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata de Minas Gerais*. Carangola; Juiz de Fora: EDUFJF, 2008. pp. 49-52. LAMAS, Fernando Gaudereto. A ante-sala do conflito: relações entre colonos e indígenas na área central da Zona da Mata (1768/1800). In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata de Minas Gerais*: Ouro Preto. Juiz de Fora: EDUFJF, 2010. pp. 93-103. OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; MAGESTE, Leandro Elias Canaan; CASPAR NETO, Verlan Valle. Arqueologia evolutiva na Zona da Mata mineira: algumas reflexões sobre a cerâmica dos sítios Tupiguarani da região. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata de Minas Gerais*: Ouro Preto. Juiz de Fora: EDUFJF, 2010. pp. 119-129.

⁹⁵ Ver em: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; LAMAS, Fernando Gaudereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais*. Op. Cit..

⁹⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 52.

questões práticas, tais como a delimitação do território e organização do sistema administrativo. Por tudo isso, a falta de uma estrutura urbana se colocava como um obstáculo à organização político-administrativa do espaço regional, logo, a ideia de *sertão* se contrapõe a de território⁹⁷.

Ao tratar de *sertão* Fonseca faz uma pertinente associação com outros contextos geográficos, explicando que os termos *hinterland* e *widerness* seriam a designação usada para definir estes espaços de baixíssimos índices demográficos na América do Norte, assim como *despoblados* para às colônias espanholas e *bush* para os espaços não civilizados da Austrália⁹⁸. Podemos observar que muitas destas áreas de colonização moderna foram gradualmente integradas ao *sistema mundial*⁹⁹, especialmente quando apresentavam condições ambientais favoráveis à extração ou produção de determinadas mercadorias, sejam elas de origem mineral ou agrícola¹⁰⁰.

Podemos, é claro, falar de um processo globalizador – e, concomitantemente, regionalizador – hegemônico, aquele envolvido pelos grandes “sujeitos” que pretendem dar as cartas e definir os rumos do capital financeiro, da especulação em diferentes níveis e da mercantilização generalizada. Em nome de uma lógica individualista-contábil mundial, este movimento propõe de alguma maneira integrar as mais distintas áreas do planeta, “regionalizando” sobretudo na forma que melhor convém às suas estratégias geográficas de circulação, acumulação e dominação.¹⁰¹

Inegavelmente estamos diante da existência de uma relação entre o todo (“global”) e a parte (“regional”). Sendo assim, em nosso caso, serão consideradas as peculiaridades da parte de Minas Gerais que se articulou ao mercado mundial como uma região agroexportadora através da produção cafeeira. Para isso, sugerimos uma inversão da lógica de observação realizada até então, sendo assim realizamos um trabalho no sentido de repensar a relação global-regional a partir das características naturais e humanas existentes na própria região.

⁹⁷ Idem. pp. 52-53.

⁹⁸ Idem. p. 54.

⁹⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Cerro de Agua: siglo XXI, 1991.

¹⁰⁰ Ver em: HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, n° 18, (out-dez), 1976.

¹⁰¹ HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 10.

Em outras palavras, trata-se de ressaltar o avanço analítico da superação daquelas visões que partiam do conjunto das economias de exportação consideradas como entidades abstratas, sem a devida diferenciação espacial interna e, normalmente, confundidas com a região de maior importância na produção deste ou daquele país. Assim, aquelas regiões “secundárias”, de produção inferior e que muitas vezes se caracterizavam por importantes diferenças locais na organização da produção, regime fundiário e formas de exploração podem ser compreendidas em toda sua singularidade. Muitas vezes, elas próprias são percebidas como cadeias específicas uma vez que as relações que ocorrem entre produtores e os comerciantes internos, beneficiadores do produto ou mesmo os canais de exportação se alteram significativamente dentro de um mesmo país.¹⁰²

Por tudo isso, torna-se necessário dizer, que entre as perspectivas que fundamentam teoricamente este trabalho destacamos a “*Staple Thesis*”, modelo analítico originado nas Ciências Econômicas, porém, devido suas preocupações com as dinâmicas do desenvolvimento econômico regional, esta teoria se apresenta como uma boa referência à realização de pesquisas em História Econômica. A “*teoria do crescimento econômico baseado no produto principal*” começou a ser desenvolvida na década de 1930 por Harold A. Innis, dotado de um interesse e conhecimento que vai além da teoria econômica, buscou refletir com mais profundidade os aspectos humanos contidos dentro do fenômeno econômico¹⁰³.

Num dos trabalhos deste economista canadense fica evidente a estrutura do seu pensamento acerca da relação entre a produção de uma determinada mercadoria e suas múltiplas influências no desenvolvimento econômico regional, a partir dos efeitos da expansão das exportações do produto primário¹⁰⁴. Para demonstrar sua aplicação, Innis, realizou diversos estudos sobre a pesca do bacalhau e do comércio de peles em algumas regiões do Canadá¹⁰⁵. Esta perspectiva ganhou certo dinamismo no decorrer da década de 1970, quando Albert O. Hirschman a sofisticou introduzindo outras propostas críticas ausentes nos trabalhos que o antecederam.

¹⁰² PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930*. Op. Cit. p. 9.

¹⁰³ WATKINS, Melville H. Teoria primária do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (org.). *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 256.

¹⁰⁴ INNIS, Harold A. *Fur trade in Canada*. Toronto: University of Toronto press, 2001.

¹⁰⁵ INNIS, Harold A.; DRACHE, Daniel. *Staples, markets, and cultural change*. Montreal: McGill-Queen’s University press, 1995.

Os vários efeitos em cadeia e sua interação já adquiriram nesta altura um novo carácter e importância: já se configuram em uma estrutura capaz de gerar trajetórias alternativas na direção do desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) para os exportadores de diferentes produtos primários. Em outras palavras, parece viável descrever algumas das principais características do desenvolvimento de um país, no período de crescimento em sua fase de exportação, em termos dos efeitos em cadeia derivados do seu produto primário (...). A razão pela qual os efeitos em cadeia explicam uma porção considerável da história do desenvolvimento já foi sugerida: a memória do desenvolvimento é essencialmente o registro de como uma coisa leva à outra e os efeitos em cadeia estão referidos de modo central a tal registro.¹⁰⁶

A abordagem heterodoxa proposta por Hirschman reivindica um grau de “parentesco intelectual” como o Sistema Marxista e uma afinidade com o Materialismo Histórico, suas análises são estruturadas a partir das configurações políticas e sociais derivadas dos modos de produção. Entretanto, inova ao propor uma redução da escala na observação dos fenômenos socioeconômicos, geralmente vistos de forma macroestruturais. De acordo com o autor, a compreensão dos eventos sociais característicos dos processos de tecnologia e produção tomam como ponto de partida os efeitos em cadeia para apresentar uma possibilidade de criar uma análise “micromarxista”.

O micromarxismo é particularmente apropriado quando se trata do desenvolvimento dos países da periferia durante o assim chamado período de crescimento comandado pelas exportações, o qual, para a maioria desses países, ocupa a segunda metade do século XIX e as primeiras duas ou três décadas do XIX, prolongando-se, porém, até hoje, em alguns casos. Aos países periféricos foi atribuído pelo centro capitalista, o papel de fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais, e a maior parte deles especializou-se em uma única ou algumas poucas linhas de produtos individuais.¹⁰⁷

Entre as contribuições de Albert O. Hirschman podemos destacar, primeiramente, seus esforços em generalizar o conceito de *linkages*, incorporando em sua proposta os efeitos de consumo e fiscais como uma novidade à *teoria do desenvolvimento baseado no produto primário*. Assim como prevê a teoria, a própria produção de uma determinada mercadoria seria a responsável por gerar algumas demandas, por bens e serviços, tipicamente identificados com os setores básicos (alimentos, manufaturados leves, transporte, etc.), ou seja, a dinâmica das relações sociais envolvidas na produção do produto básico é entendida como um elemento que

¹⁰⁶ HIRSCHMAN, Albert O. *Desenvolvimento por efeitos em cadeia*. Op. Cit. pp. 51-52.

¹⁰⁷ *Idem*. Op. Cit. p. 72.

impulsiona o consumo. Aliás, no que tange o caso da Zona da Mata, este tipo de efeito em cadeia colaborou para que Juiz de Fora se tornasse ao longo do tempo uma espécie de “empório comercial” para região, concentrando na cidade os serviços de importação e exportação. De certa maneira, o processo de industrialização pode ser entendido como consequência deste aumento do consumo interno, desencadeando localmente o processo de substituição de importação¹⁰⁸.

Algumas atividades subsidiárias à produção invariavelmente se concentraram no espaço urbano, entre elas se destacam: comércio, finanças, prestação de serviços públicos, entre outros. Entretanto, por mais que estas atividades tenham se desenvolvido de forma autônoma no interior da cidade, em algum momento, sua organização precisaria do auxílio ou regulamentação por parte da administração pública, que muitas vezes, teria de intervir no espaço urbano através de obras públicas (arruamento, alinhamento, iluminação, fornecimento de água, etc.). No que tange a administração pública, é possível perceber que parte do capital arrecadado, como a cobrança tributos, acaba sendo reinvestido na infraestrutura urbana.

Neste ponto concordamos novamente com Hirschman¹⁰⁹, quando afirma que os efeitos em cadeia fiscais emanam da habilidade do Estado de apropriar, via impostos, da renda auferida com a produção primária. Além dos impostos cobrados de forma ordinária, existem outros mecanismos de captação de recursos por parte da administração pública. Desta maneira, chamamos a atenção para os títulos da dívida pública municipal, cuja dinâmica representou mais uma forma de retenção do capital advindo da produção. Este é um dos pontos mais importantes contidos neste trabalho, cuja discussão mais aprofundada encontra-se no decorrer do terceiro capítulo.

Aliás, de maneira geral, estamos especialmente preocupados com os efeitos em cadeia gerados pela própria dinâmica urbana, cujo objetivo é apresentar e discutir o surgimento do consumo público ou institucional, em âmbito local. Desta forma, a Câmara Municipal se coloca como um importante componente dentro das nossas análises, uma vez que esta instituição foi a responsável por organizar suas receitas e despesas no sentido de promover, da melhor forma possível, o bem estar da comunidade.

¹⁰⁸ PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria. Op. Cit.*

¹⁰⁹ HIRSCHMAN, Albert O. *Desenvolvimento por efeitos em cadeia. Op. Cit.* pp. 39-47.

A teoria do produto primário é apresentada aqui não como uma teoria geral de crescimento econômico, nem mesmo como uma teoria geral do crescimento de economias orientadas para a exportação, mas sim como teoria aplicável ao caso atípico do país jovem. (...) O conceito central de uma teoria do produto primário, portanto, são os efeitos de dispersão do setor exportador, isto é, o impacto da atividade de exportação sobre a economia e a sociedade local.¹¹⁰

Podemos destacar também outros defensores da teoria do crescimento econômico com base no produto principal: Douglass C. North, Richard E. Caves, Richard Holton, Robert E. Baldwin e Melville H. Watkins¹¹¹. Estes autores comungam da ideia e interesse de estruturar um modelo explicativo para o desenvolvimento regional, para isso, ressaltam o impacto geral da produção primária sobre a economia e a sociedade. As propostas analíticas sugeridas por este grupo de autores têm contribuído para o surgimento de inúmeros estudos sobre a produção de várias commodities: açúcar, fumo, cacau, borracha e café¹¹², para citarmos apenas as mercadorias brasileiras que se destacaram no comércio mundial nas últimas décadas do século XIX e início do século XX.

Não seria nenhuma novidade dizer que na Zona da Mata o café assumiu o papel de produto principal, sendo o responsável por grande parte do desenvolvimento da região e, especialmente, da cidade de Juiz de Fora. Sendo assim, torna-se necessário dizer, que tentamos nos afastar de qualquer forma de interpretação que nos conduza a uma análise marcada pelo provincianismo ou perceptiva que se limite a uma análise da região por ela mesma, por consideramos um esforço infrutífero, uma vez que qualquer metodologia referente à *História Regional* parte essencialmente do exercício comparativo. Desta forma, nosso referencial teórico deriva das propostas já apresentadas, bem como daquelas sugeridas pela “*Global Commodity Chain*”¹¹³, metodologia que busca fazer uma interface do particular/local com o todo/global. Analisando as várias relações contidas em toda a cadeia de distribuição do produto

¹¹⁰ WATKINS, Melville H. *Teoria do crescimento econômico baseado no produto primário*. *Op Cit.* pp. 259-260.

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² Essa cultura nova, o café, tornar-se-ia, nas primeiras décadas do império, a base da economia exportadora do Rio de Janeiro. O café, ou *Coffee arábica*, uma pequena árvore da família das rubiáceas, gerava as sementes carregadas de cafeína tão apreciadas pelos moradores urbanos da Europa. *In*: DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. *Op. Cit.* p. 193.

¹¹³ “Cadeia ou Rede Global de Mercadoria”. Ver em: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven. (eds). *The Global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America (1500-1989)*. New York: Cambridge University Press, 2005.

principal, ou seja, de um processo que se inicia na organização da produção do café e se estende até o consumo final¹¹⁴.

The GCC literature points to a new research agenda, one that examines the full range of activities involved in bringing a product into the global market. It also focuses on other activities further downstream such as advertising, marketing and retailing, and the final disposal (after use) of the product. The GCC approach therefore provides both a micro as well as a macro picture of global production processes. It questions why certain agents in a given chain are able to earn higher profits by focusing not only on the value added dimension, but also on regulatory and technological factors, and the socio-economic relationship between different agents in a given chain. In doing this it also questions why producers from developing countries are placed where they are in global production systems and more importantly, what policy steps can be taken to change this.¹¹⁵

Conforme apontando por Magalhães¹¹⁶, o desenvolvimento da cafeicultura em território brasileiro deve-se muito a Francisco de Melo Paleta, responsável por conseguir as primeiras sementes da rubiácea na Guiana Francesa e começar a plantá-las na província do Grão-Pará. Entretanto, o plantio econômico deste produto se concentrou nas províncias do sudeste brasileiro, inicialmente na região do Vale do Paraíba fluminense, onde foi organizado um complexo sistema de produção e circulação desta mercadoria, que a partir de 1830 já ocupava a primeira posição entre os produtos exportados pelo Brasil¹¹⁷.

¹¹⁴ Ver em: PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930*. Op.Cit. VITTORETO, Bruno. *Do Parahybuna à Zona da Mata*. Op. Cit. ANTÔNIO, Rabib Floreano. *A dinâmica do capital agrário: crédito e investimentos na realidade dos fazendeiros de Vassouras (1850/1988)*. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF – Juiz de Fora, 2013.

¹¹⁵ A literatura da GCC aponta para uma nova agenda de pesquisas, que examina a totalidade de atividades envolvidas em trazer um produto para o mercado global. Ela também foca em outras atividades posteriores como publicidade, marketing e varejo, e a disposição final (após o uso) do produto. A GCC aborda, em consequência, o micro, bem como o quadro macro dos processos globais de produção. Ela questiona porque alguns agentes em uma dada cadeia são capazes de alcançar maiores lucros focando não só na dimensão do valor agregado, mas também em fatores regulatórios e tecnológicos, bem como a relação socioeconômica entre diferentes agentes em uma dada cadeia. Fazendo isso, ela também questiona porque produtores de países desenvolvidos estão localizados onde eles estão no sistema global de produção e, mais importante, quais medidas políticas podem ser tomadas para mudar isso. PLAHE, Jagjit. *The Global Commodity Chain approach and the organizational transformation of agriculture: a look into the increasing power of retailers and branded merchandisers*. In: *Working Paper Series 63/05*. Monash University: Department of Management, 2005.

¹¹⁶ MAGALHÃES, Basílio. Quem era Francisco de Melo Palheta, o introdutor do cafeeiro no Brasil. In: CAFÉ, Departamento Nacional. *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934. p. 38.

¹¹⁷ Ver em: MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org). *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. Op. Cit.

Em 1760, vieram dali para o Rio de Janeiro as sementes da rubiácea, que plantadas na capital do vice-reino, forneceram os germes dos cafezais da província fluminense e, em seguida, dos de Minas Gerais, de S. Paulo e outras regiões, como Espírito Santo e Baía. E, enquanto passavam êles a constituir a maior riqueza da vasta zona do Brasil centro meridional, - no Pará, onde primeiro vicejaram e frutificaram, foram caindo no abandono.¹¹⁸

Neste momento a produção cafeeira já estava sendo desenvolvida no sudeste brasileiro, concentrada quase que na sua totalidade na região do Vale do Paraíba fluminense, tendo a cidade do Rio de Janeiro como centro urbano de referência para a prestação de serviços relativos à comercialização e transporte do café. Entretanto, a crescente demanda internacional por café aliado aos bons preços atingido pelo produto no mercado mundial, foram alguns dos componentes que estimularam o crescimento interno da produção. Estes fatores somando ao processo natural de desgaste do solo, devido às condições biológicas da rubiácea, forçaram um processo de interiorização da produção cafeeira.

Num texto comemorativo sobre o *Bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727-1927)*, Alvim¹¹⁹, afirma que os primeiros cafezais em Minas Gerais teriam sido plantados, provavelmente, em Ouro Preto, Mariana, São João d'el Rey, Barbacena, entre outras localidades situadas no planalto da Mantiqueira. Todavia, a dinâmica de produção, neste momento, não se tornou uma economia voltada ao mercado externo, ao que tudo indica, os pés de café serviam a ornamentação dos jardins e quintais e a sua produção normalmente era destinada ao consumo doméstico¹²⁰.

¹¹⁸ MAGALHÃES, Basílio. *Quem era Francisco de Melo Palheta*. Op. Cit. p 38.

¹¹⁹ ALVIM, Socrates. Projeções econômica e social da lavoura cafeeira em Minas. In: MINAS GERAIS, Secretaria da agricultura do Estado. *Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727/1927)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

¹²⁰ MINAS GERAIS, Secretaria da agricultura do Estado. *Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727/1927)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 41.

Tabela 03

Preço pago pela arroba de café (1810-1850).

Ano	Produção de Minas Gerais (em arrobas)	Custo em Réis (por arroba)
1810	- // -	3\$300
1818 ¹²¹	9.707	3\$000
1820	- // -	6\$000
1847	745.381	2\$920
1850	900.264	4\$004

FONTE: MINAS GERAIS, Secretaria da agricultura do Estado. *Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727/1927)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. pp. 42-82.

Dados sobre as atividades comerciais de Minas Gerais apontam que entre 1818-1819 a Capitania tenha exportado 9.707 arrobas de café, sendo que desta quantidade pelo menos 95% tenha sido produzida em Matias Barbosa¹²². Devido aos fatores já mencionados intensificou-se a produção cafeeira em Minas, especialmente na região da Mata, de modo que entre 1847-1848 foram registradas a exportação de 745.381 arrobas e três anos depois a quantidade de café exportada atingia a marca de 900.264 arrobas¹²³. De forma comparativa, é possível identificar que entre 1847-1848 a província do Rio de Janeiro registrava uma produção de 6.505.712 arrobas¹²⁴.

A fronteira agrícola do café avançou em direção a Minas Gerais e São Paulo, seguindo o curso do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, este movimento colaborou bastante para a aceleração do processo de consolidação do capitalismo em regiões interioranas, áreas caracterizadas como *hinterlands*¹²⁵.

Paralelamente outro grande nucleo se forma, galgando as encostas da serra maritima pelo valle do Rio Sant'Anna e outros, attingindo o planalto. Occupando os districtos vassourense, pirahyense, parahybano, transpõe o Parayba em terras valecianas para ocupar o valle do Rio Preto em grande transbordamento além da fronteira de Minas sobretudo em Juiz de Fóra e no

¹²¹ Como se pode notar, o café era caríssimo, um produto acessível a poucas pessoas, em valores comparativos, uma arroba de café (cerca de 14,7 kg) custava o equivalente a um porco ou $\frac{3}{4}$ de valor de um boi (cabeça), cujo o preço saia em média 4\$000 réis.

¹²² Neste período a atividades cafeeira se mostra muito incipiente em Minas Gerais, sua fronteira agrícola avança pela Mata seguindo o Vale do Paraíba. Neste sentido, podemos observar que uma grande parte da produção estava concentrada em Matias Barbosa, que ainda se configurava como um distrito de Barbacena. Ver em: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

¹²³ ALVIM, Socrates. *Projeção economica e social da lavoura cafeeira em Minas*. Op. Cit. pp. 44-46.

¹²⁴ PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993. p. 103.

¹²⁵ MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. Op Cit. pp. 25-30.

valle do Parahybuna. Aos magotes descem os mineiros do centro para as terras cafeeiras da Matta do Rio.

Acompanhando o Parayba, marcham os cafesaes para Sapucaia e Porto Novo e invadem a Matta mineira onde até, havia bem pouco, existia uma floresta admirável, extreme do contacto com nucleo civilizado e refugio de indios purys.

Assim as terras limitrophes do Parahyba se povoam de lavouras e mais lavouras ricas, por vezes riquíssimas, em Mar de Hespanha, Rio Novo, Pomba, Leopoldina. Cada vez mais a se internarem procuram as cabeceiras dos rios que vertem para o Doce.¹²⁶

Taunay, em seu livro *A história do café no Brasil*, chama atenção dos leitores para a formidável influência da cultura cafeeira no processo de desenvolvimento da civilização brasileira, destacando elementos históricos e estatísticos que envolvem o crescimento desta atividade econômica no desenvolvimento do país durante quase um século. Além disso, o autor nos atenta sobre o processo de interiorização que esta cultura agrícola sofreu ao longo dos oitocentos, se tornando o principal produto da pauta de exportação brasileira.

As plantações se desenvolviam principalmente na fronteira da Capitania do Rio de Janeiro. Os logares de maior produção eram Mar d’Hespanha (antigo Kagado), Mathias Barbosa, Rio Preto, Porto do Cunha (Além Parahyba) e o baixo Rio Pomba. Em 1822 não afastavam muito para dentro de uma faixa relativamente estreita, na vertente esquerda do Parahyba. Em 1847-1848 aparecem nos mappas da exportação as primeiras contribuições do Sul e do Norte da Provincia. (...) Em 1850-1851 desenvolve-se a produção na Matta e no Sul, continuando estacionaria no Norte. Na Matta, sobretudo, tomam as plantações grande expansão, envolvendo os cafezaes os valles do Parahybuna, Rio Preto, Pomba, Rio Novo e Muriahé. A hegemonia da exportação continuava com Mar d’Hespanha, Juiz de Fóra e Além Parahyba (...)¹²⁷

Anteriormente à chegada do café na Zona da Mata, a região fazia jus ao seu nome. Praticamente todo seu território era revestido por uma densa floresta de mata Atlântica. Esta cobertura natural era responsável por adubar o solo, com nutrientes orgânicos da própria floresta. O avanço da fronteira agrícola não somente alterou esta síntese biológica quando transformou floresta em descampados, modificando a paisagem regional. Onde se via árvores foram assentados os pés de café. Basta lembrarmos que a paisagem é o conjunto de formas que, num momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza¹²⁸.

¹²⁶ TAUNAY, Affonso de Escagnolle. *História do Café no Brasil*. V.9. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. pp. 18-19

¹²⁷ *Idem*. pp. 45-46.

¹²⁸ SANTIAGO, Bárbara da Silva. *Paisagem e fragmentação florestal no município de Juiz de Fora – MG*. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – UFF, Niterói, 2008. p. 13.

Existe uma hipótese sobre a constituição de um mercado madeireiro local em torno do aproveitamento dos recursos existentes na floresta, esta madeira auxiliou o desenvolvimento da construção civil na região além de servir como mercadoria, talvez tendo um importante papel no processo endógeno de acumulação de capital. Todavia, as fontes para tratar deste assunto ainda são escassas ou estão fragmentadas em diversos documentos, fato que demandaria uma pesquisa própria. Segue uma das poucas referências encontradas durante nossos estudos [Tabela 04].

Tabela 04

Preço dos materiais em madeira usados na construção civil (1915).

Material	Preço
Madeira para barrotes, m	1\$500
Madeira para linhas, m	1\$250
Taboas de Cedro, m ²	4\$000
Taboas outras madeiras, m ²	3\$000
Tóros de Cedro e vinhatico, m ³	80\$000
Idem de outras madeiras, m ³	60\$000
Madeira para Lenha, m ³	6\$000

FONTE: ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. 3ª edição. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. p. 99

Dadas às condições ambientais da Zona da Mata, em meio século a região já destacava como uma das principais produtoras de café no Mundo¹²⁹, suas características físicas foram determinantes para adaptação da rubiácea. Segundo o geógrafo Ab' Saber¹³⁰, a Mata possui um território marcado por uma morfologia onde predominam colinas e morros, cujo revelo é denominado por “mares de morros”, onde a altitude varia entre 400 e 1000 metros. Em Juiz de Fora, a altitude média está registrada em 681.8 metros¹³¹. Seu clima é classificado como tropical e tropical de altitude, em 1912, a temperatura média anual foi de 18.8° C. O verão é caracterizado por ser uma estação quente e úmida, sendo que a média das máximas durante o verão foi de 26.7° C e o inverno ameno e seco, onde a média das mínimas no período foi de 9.8°C¹³².

¹²⁹ PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930*. Op. Cit.

¹³⁰ AB' SABER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê, 2003.

¹³¹ ESTATÍSTICO DO BRAZIL, Anuário. *Território e População*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. p. IX.

¹³² *Idem*. p. VII.

No que diz respeito ao solo da Zona da Mata, pode-se afirmar que há um predomínio dos latossolos, de coloração alaranjada ou amarelada. Estas características são semelhantes a aquelas encontradas ao Vale do Paraíba fluminense, na porção mais ao Sul¹³³. O calendário agrícola do café em Minas Gerais, elaborado pelo *Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio* e publicado no anuário de 1928: em agosto iniciava seu plantio prosseguindo pelos meses de setembro, outubro e terminando em novembro, continuavam os trabalhos de capina até o mês de abril quando principiavam as colheitas, este período avançava pelos meses de maio, junho, julho e terminam em agosto, quando chegando-se a cisco da arrumação para baixo dos pés de café¹³⁴.

A capina era feita com pesadas enxadas de ferro, duas ou três vezes por ano, quando se dispunha de mão-de-obra. A turma de escravos trabalhava morro abaixo, um procedimento que facilitava a vigilância, porque os trabalhadores permaneciam em fileiras retas. Isso também acelerava o escoamento da água da chuva. A enxada pesada cortava raízes superficiais, um traço morfológico do pé de café – notado só mais muito tarde –, que fornecem considerável parcela dos nutrientes da planta. As plantas que não resistiam a esse tratamento raramente eram substituídas; apodreciam no local. Os nutrientes do solo quase nunca se reciclavam e jamais era substituídos.¹³⁵

Havia pouca preocupação com a recuperação do solo desgastado pela atividade cafeeira, talvez motivada pela grande quantidade de terra disponível. Historicamente, a introdução de componentes químicos para a fertilização e correção do solo era uma técnica muito incipiente. Segundo, Foster¹³⁶, em 1837, a Associação Britânica para o Avanço da Ciência¹³⁷ encomendou de Justus von Liebig um trabalho sobre a relação entre a agricultura e química¹³⁸. Em nossas pesquisas foi encontrada uma referência sobre a experimentação de técnicas da agroquímica no sudeste brasileiro, Dean aponta que somente após 1870 alguns proprietários começaram a ter contato com esta inovação agrícola¹³⁹.

¹³³ VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, nº 1. 1958. *Op. Cit.* p. 9.

¹³⁴ ESTATÍSTICO DO BRAZIL, Anuário. *Território e População*. *Op. Cit.* pp. 134-138.

¹³⁵ DEAN. Warren. *A ferro e fogo*. *Op. Cit.* p. 201.

¹³⁶ FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 212.

¹³⁷ British Association for the Advancement of Science.

¹³⁸ Em 1940 Justus von Liebig publicou *Organic chemistry in its application to agriculture and physiology*, que oferecia a primeira explicação convincente do papel dos nutrientes do solo, tais como: nitrogênio, fósforo e potássio, no crescimento das plantas. In: FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx*. *Op. Cit.* p. 217.

¹³⁹ DEAN. Warren. *A ferro e fogo*. *Op. Cit.* p. 201.

A rubiácea se adaptou bem às condições naturais da Zona da Mata, decorrente dos fatores acima relacionados, aliado aos bons preços oferecidos por esta mercadoria. Talvez estes sejam os fatores que mais incentivaram sua produção em escala econômica, fazendo da Zona da Mata uma das principais regiões produtoras de café. Sendo assim, a Mata, em meados do século XIX, já despontava como uma das regiões economicamente mais dinâmicas de Minas Gerais, em grande medida, impulsionada pelo desenvolvimento de uma atividade agrícola voltada para o mercado externo [Tabela 05].

Tabela 05

Participação proporcional da produção cafeeira da Zona da Mata em relação a Minas Gerais (1847-1826).

Ano	Produção de Minas Gerais (em arrobas)	Produção da Zona da Mata (em arroba)	%
1847-1848	745.381	743.707	99,77
1850-1851	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903-1904	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

FONTE: PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993. p. 92.

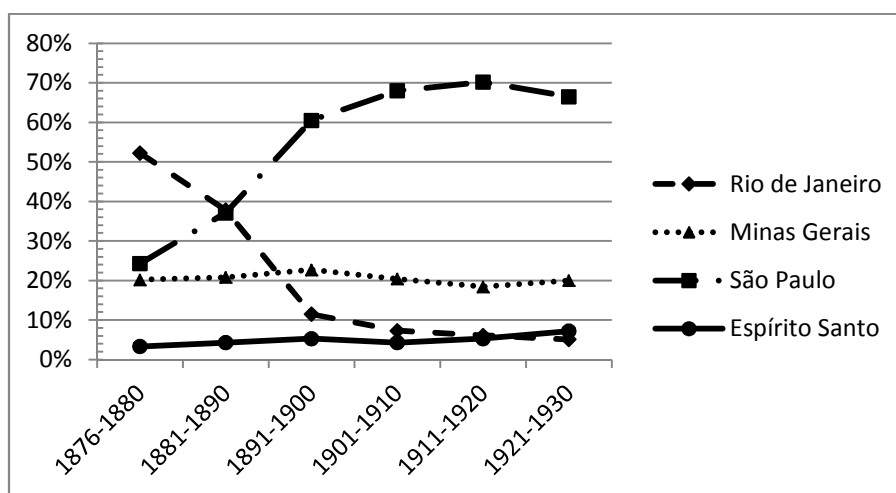
A Zona da Mata não era a única região produtora de café em Minas Gerais, tanto o Sul quanto Norte também desenvolvia esta atividade agrícola, inclusive exportando parte das suas respectivas produções. Todavia, a Mata sempre foi historicamente o maior centro produtor de Minas Gerais, chegando a alcançar durante o século XIX uma média de 90% de todo o café produzido na província, e, para as três primeiras décadas do século XX sua produção teria sido algo em torno de 70% de todo o café colhido em Minas. Estes números indicam que a produção localizada na Zona da Mata foi determinante para o rumo das exportações da Província/Estado.

Além disso, no que diz respeito ao conjunto da produção cafeeira do Brasil o complexo agroexportador de Minas Gerais, historicamente ocupou uma posição secundária quando comparado a outras regiões produtoras (Rio de Janeiro e São Paulo). Desta forma, a produção voltada para exportação desenvolvida em Minas Gerais foi apontada pela historiografia como uma mera extensão da cafeicultura

fluminense. Entre os argumentos que descredenciam a consolidação de um complexo exportador em terras mineiras, se destacam: dependência comercial e financeira do Rio de Janeiro, inexistência de infraestrutura portuária, incapacidade de promover a transição de mão de obra, urbanização rarefeita, crise da cafeicultura coetânea a fluminense¹⁴⁰. Todavia, estudos regionais com base empírica muito mais próxima à realidade local têm revelado que alguns destes argumentos não passam de erros crônicos de interpretação sobre a estrutura agroexportadora de Minas Gerais¹⁴¹ [Gráfico 01].

Gráfico 01

Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1876-1930).



FONTE: CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850/1930). In: *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, nº 2, (maio/ago), 1985. Apud: PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993. p. 96.

A produção brasileira de café é apontada como responsável pela popularização do consumo deste gênero alimentício. Até o primeiro quarto do século XIX esta mercadoria se configurava como um artigo de luxo, cujo custo restringia seu acesso apenas às classes mais abastadas, porém a enorme quantidade do produto oferecida pelo Brasil desvalorizou seu preço, o tornando mais acessível ao consumidor final. As propriedades estimulantes do café são apropriadas pelo organismo humano através da

¹⁴⁰ CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850/1930). In: *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, nº 2, (maio/ago), 1985. pp. 291-306.

¹⁴¹ Ver em: PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústrias*. Op. Cit.. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzala*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001. MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990. PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)*. Op. Cit.

sua ingestão, esta prática pouco a pouco foi se tornando mais comum entre diversos povos até que esta bebida fosse incorporada de vez à dieta global. Depois de superados os debates acerca da proibição da cafeína como substância psicoativa, a vida social do café não se limitaria aos ambientes específicos, tais como uma *coffeehouse*, ele seria mais uma coisa banal na sociedade moderna¹⁴².

Motivados por um mercado em expansão os produtores de café do Brasil, em 1871, já haviam despachado este produto para os portos da Antuérpia, Baltimore, Bordeaux, Buenos Aires, Copenhague, Genova, Glasgow, Hamburgo, Lisboa, Liverpool, Porto, Londres, Nova York, etc., o que demonstra que o nosso café tinha grande presença no mercado internacional¹⁴³.

Tabela 06

Proporção da produção e exportação brasileira de café (1821-1830).

Período	Quantidade de café exportada (milhares de sacas)	Porcentagem sobre o conjunto da produção mundial	Porcentagem sobre o conjunto da exportação mundial
1821-1830	3.178	18,18	18,4
1831-1840	9.744	29,7	43,8
1841-1850	17.121	40,0	41,4
1851-1860	26.253	52,09	48,8
1861-1870	28.847	49,07	45,5
1871-1881	36.336	49,9	56,6
1881-1890	53.326	56,6	61,5
1891-1900	- // -	- // -	64,5
1891-1910	- // -	- // -	51,3
1911-1920	- // -	- // -	53,0

FONTE: TAUNAY, Alfredo d' Escagnolle. *História administrativa do e econômica do Brasil*. São Paulo: Forense, 1972. p. 67.

Em resumo, como base nos dados apresentados é possível afirmar que a produção mineira, concentrada na Zona da Mata, cuja extensão territorial representa apenas 7% do território de Minas Gerais, o que seria equivalente a mais de 80% de toda

¹⁴² SMITH, Woodruff D. From coffeehouse to parlour: the consumption of coffee, tea and sugar in north-western Europe in the seventeenth and eighteenth centuries. In: GOODMAN, Jordan; LOVEJOY, Paul E.; SHERRAT, Andrew. *Consuming habits: global and historical perspectives on how cultures define drugs*. New York: Routledge, 2007. COWAN, Brian. *The social life of coffee*. London: Yale University Press, 2005. NUTZENADEL, Alexander; TRENTMANN, Frank. *Food and Globalization: consumption, market and politics in the Modern World*. New York: Berg, 2008.

¹⁴³ CAFÉ, Departamento Nacional. *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Op. Cit. p. 274.

a província do Rio de Janeiro, se coloca como uma das principais regiões produtoras de café do mundo¹⁴⁴. Assim como demonstra a série de 1876 a 1930, Minas Gerais produziu cerca de 20% de todo o café exportado pelo Brasil no período. Além disso, podemos observar que em valor absolutos a quantidade de café produzida por Minas Gerais até 1930 é maior que de países inteiros¹⁴⁵ [Tabela 07].

Tabela 07

Produção média de café de Minas Gerais comparada com algumas das principais regiões do mundo (1851-1925).
(em milhares de toneladas)

Quinquênio	Produção de Minas Gerais	Produção da Colômbia	Produção da América Central e México ¹	Produção do Caribe ²	Produção da América do Sul ³
1881-1885	65.06	6.47	54.84	48.12	44.64
1886-1890	80.19	10.78	48.61	50.96	48.86
1891-1895	81.73	19.51	72.86	51.90	64.87
1896-1900	122.96	26.78	90.93	42.47	80.66
1901-1905	153.61	35.05	114.28	37.06	80.77
1906-1910	157.69	37.06	129.48	35.02	82.88
1911-1915	124.86	56.96	129.79	40.82	120.56
1916-1920	152.43	78.42	122.87	41.11	141.46
1921-1925	183.28	127.62	157.21	44.56	190.22

Notas: ¹ Inclui: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e México.

² Inclui: Haiti, Jamaica e Porto Rico.

³ Exclui a produção brasileira.

FONTE: PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, v. 9, n° 1. 2007. pp. 20-21.

¹⁴⁴ Com base nos valores fornecidos pelo IBGE a área da Zona da Mata seria de 35.747,729 km², enquanto Minas Gerais somaria 586.528, 293 km² e o Rio de Janeiro 43.696,054 km². Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm> Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁴⁵ Tem sido esse o traço característico de nossa produção agrícola. Somos o maior produtor, mas a quase totalidade de nossa exportação é a do inferior tipo 7. Por isso, o café brasileiro tem servido de mistura aos de outras procedências – ou de melhor tipo e mundialmente conhecidos da Colômbia, Jamaica, Java. Em vez de adotarmos técnicas visando a qualidade com base na produção de café finos, o que tem prevalecido é a política de produção exclusivamente quantitativa. In: TAUNAY, Alfredo d’ Escragnolle. *História administrativa do e econômica do Brasil*. São Paulo: Forense, 1972. p. 82. Ver também PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais. In: *Anais do III Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/Universidade do Ninho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)*. Vitória: GM Editora, 2011. p. 7.

Como argumenta Perroux¹⁴⁶, a Geografia propõe temas à História, pois quais são os limites das fronteiras geográficas e das fronteiras históricas? Pois somente uma espacialização vulgar criaria a ilusão da coincidência entre os espaços econômicos, naturalmente devidos, e os espaços humanos, transformados em territórios. Para o autor, a matemática define a espacialização através de duas ou três dimensões, entretanto existem outras relações abstratas que advêm da complexidade do espaço transformado pela ação do homem. Entre suas definições, o espaço seria o somatório dos serviços logrado num determinado território, para a literatura econômica, o espaço é o elemento fundamental para definir os custos e preços, que variam de acordo com a distância a ser transposta. Existe uma falsa ilusão acerca da localização, uma vez que muitos elementos necessários à realização de uma determinada atividade produtiva (matéria-prima, mão de obra, máquina) podem estar dispersos em outras regiões. Desta maneira a troca entre os distintos espaços econômicos se faz necessária para dinamização do processo produtivo, tornando-se fundamental a realização de uma delimitação regional.

Cabe aqui destacar que, além do abastecimento urbano a cidade de Juiz de Fora desempenhou, no campo comercial, um significativo papel de pólo regional durante todo o período que se estende da década de 1890 até o final da década de 1920. Para isso, contribuiu efetivamente o fato de ter sido estruturada na cidade por parte do governo estadual a Alfândega de Minas Gerais. Quando isso ocorreu em 1893 a cidade, devido à sua infra-estrutura viária e sua posição na região, era considerada como o melhor ponto do estado para criação de uma Alfândega. Esta, que funcionou na cidade de 1893 à década de 1930 – quando então foi transferida para Belo Horizonte – desempenhou importante função no que diz respeito ao comércio intra regional centralizando as importações e exportações.¹⁴⁷

Além disso, a importância econômica do café para Minas Gerais ainda é um tema relativamente pouco estudado. O que sabemos é que o imposto taxado sobre o café, entendido como efeito de encadeamento fiscal, se mostrava de grande importância para as contas de Minas Gerais, de tal maneira que o Dr. Justino Ferreira Carneiro, Secretario das Finanças, exprimiu o seguinte parecer em seu relatório feito no ano de 1893.

¹⁴⁶ PERROUX, François. *Economia do século XX*. Lisboa: HERDER. 1967.

¹⁴⁷ MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder*. Op. Cit. p. 127.

Relativamente ao imposto de exportação é opportuno referir aqui também o que o fiscal das rendas externas trouxe ao conhecimento desta repartição acerca da exportação do café mineiro para outros Estados da União. Em vista do accordo celebrado a 18 de setembro de 1891, á Alfandega da Capital Federal cumpre realizar a cobrança dos impostos de exportação dos productos deste Estado que por ella são despachados. Com relação ao café, a taxa é de 7%; mas a Alfandega tem se limitado á arrecadação dessa taxa apenas sobre o café exportado para o estrangeiro, deixando de arrecada-la sobre o que é exportado para os Estados da União, o que tem desfalcado muito a renda desse producto. É facil ver o motivo por que, nessa grande fonte de renda, não acham expostos a eguaes prejuizos outros Estados, como os de S. Paulo, Rio de Janeiro e Espirito Santo, que estão em condições de cobrar a quantidade de (11%) logo que o café é transportado para fóra das respectivas fronteiras; ao passo que o de Minas Geraes cobra apenas a parte do imposto (4%) quando o genero transpõe os limites do Estado e só vem cobrar o resto (7%) depois que o mesmo é despachando pela Alfandega da Capital Federal para fóra da Republica. Sobre o assumpto já pediram providencias expedindo as necessarias ordens, a 20 de fevereiro ultimo, afim de que o imposto seja arrecadado sem distincção de porto para qual se despachem os generos de procedência mineira.¹⁴⁸

Os recursos financeiros auferidos com a produção cafeeira se tornam ainda mais relevante quando analisado o quadro de desenvolvimento regional, entendido como um desdobramento da acumulação de capital realizada de forma endógena. Tais recursos financeiros foram em parte canalizados para a melhoria da infraestrutura urbana e de transporte. Este processo histórico e econômico gerou significativas transformações no espaço regional, cujas intervenções humanas produziram gradativamente um ambiente construído. Desta maneira, é possível entender a cidade a partir de uma perspectiva material, cuja construção do espaço urbano é o resultado da materialização das relações socioeconômicas realizadas numa “*zona espessa, rente ao chão*”¹⁴⁹ e, que assumem formas concretas através dos prédios e obras realizados em determinado tempo e espaço, em alguns casos, se tornando verdadeiros patrimônios a serviço da vida urbana.

O historiador Cunha¹⁵⁰ afirma que o campo e a cidade são dois espaços complementares para a manutenção da vida urbana, o que não significa que eles seguem uma ordem exata em seus processos de formação. Em Minas Gerais a organização destes espaços assumiram sentidos opostos nos séculos XVIII e XIX, ou seja, nas regiões centrais da Província onde a atividade mineradora foi economicamente predominante, a urbanização antecedeu a “criação” do rural. Já no século Dezenove, em

¹⁴⁸ MATTOS, Alysio. *Promptuario e Assessor dos Exactores do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 85.

¹⁴⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVII: os jogos da troca*. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

¹⁵⁰ CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. 2002. 382 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2002.

especial na Zona da Mata, o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas ao campo foi o impulso que possibilitou a formação de várias cidades durante a segunda metade do século XIX e início do XX¹⁵¹.

Neste sentido, podemos dizer que existem pelo menos duas espécies de história urbana: uma que se caracteriza por ser mais “urbana” que “histórica”, onde suas reflexões estão voltadas para o entendimento de questões relativas ao espaço, das melhorias urbanísticas e do planejamento urbano. E outra mais “histórica” que “urbana” preocupada com as dinâmicas sociais que conduzem a invenção das tradições, da formação de uma identidade e outros elementos capazes de criar certa unidade local. Fato é que ambas as perspectivas, ainda que distintas quanto às metodologias e o objeto de pesquisa, tornam-se complementares para uma leitura mais precisa sobre o fenômeno urbano¹⁵².

A história urbana de Juiz de Fora se constitui a partir dos caminhos que promoveram sua integração a outras localidades. Esta foi uma característica que definiu a forma de ocupação dentro do território regional. Valverde, chama a atenção para a grande quantidade de núcleos de povoamento que se organizaram às margens das estradas, inclusive os identificando como sendo do tipo *strassendörf*¹⁵³.

Quando se vista a Zona da Mata, chama a atenção a série numerosa de núcleos urbanos de tipo *Strassendörf* (agrupamento linear, ao longo de uma rua). Os exemplos que podem citar são números: Bicas, Astolfo Dutra, São Geraldo, Matias Barbosa, Ervália, Guiricema, Piacatuba, Além Paraíba, Mercês, Espera Feliz, Presidente Soares, Caparaó, Durandé e uma série de imensa de povoados, sem categoria política. (...) A marcha do povoamento, ao longo dos vales, o tipo de atividade econômica, sem dúvida também contribuíram em certa medida para essa predominância dos *Strassendörf*. As cidades das minas fugiram a êsse traçado, embora o relêvo lá fôsse mais enérgico.¹⁵⁴

Segundo o Anuário Demográfico de Minas Gerais, em 1806, a população da Província foi estimada em 406.915 habitantes, em menos de cinquenta anos foi possível contar mais de 1 milhão de pessoas em seu território¹⁵⁵. Ainda mais impressionante foi

¹⁵¹ CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. p. 10.

¹⁵² CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João del Rey*. Op. Cit. p. 90.

¹⁵³ VALVERDE, Orlando. *O Estudo Regional da Zona da Mata*. Op. Cit. pp. 64-66

¹⁵⁴ *Idem*. pp. 64-66.

¹⁵⁵ PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.

o crescimento demográfico de 1270% da Zona da Mata entre os anos de 1822 a 1872, significando um aumento populacional de 25,4 % ao ano¹⁵⁶.

Tabela 08
População de Minas Gerais (1751-1928)

Anos	População	Anos	População
1751	223.686	1854	1.081.909
1776	319.739	1873	2.151.725
1786	326.285	1888	3.040.627
1813	480.000	1900	3.594.471
1821	800.000	1920	5.934.613
1833	900.000	1928	7.308.853

FONTE: PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35.

Não há dúvidas que em meados do século XIX a maior parte da população estivesse concentrada no meio rural, mesmo assim é possível identificar o surgimento de inúmeros núcleos de povoamento na região da Mata. Em 1858, a Zona da Mata estava subdividida em 3 comarcas (Paraibuna, Pomba e Muriaé), sendo identificados 11 municípios, 34 paróquias e 72 distritos¹⁵⁷. A integração destes núcleos “urbanos” já se mostrava como uma preocupação entre os presidentes que governaram a Província. Desta forma o antigo Caminho Novo tomava novas configurações¹⁵⁸.

13 de Abril de 1837

Pela lei provincial nº 81 era aprovado o contrato firmado antes com o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld para a construção de uma estrada entre Vila Rica e Paraibuna, para facilitar as comunicações com a Corte. No traçado dessa estrada, cujas obras estavam então bastante adiantadas, o contratante aproveitou vários trechos do Caminho Novo, desviando-o, porém, para a margem direita do rio na região em que surgiu o arraial de Santo Antônio do Paraibuna, que foi elevado a vila em 1850, como sede do Município do mesmo nome, então criado, e a cidade em 1856.¹⁵⁹

¹⁵⁶ ALVIM, Socrates. Projecção economica e social da lavoura cafeeira em Minas. In: MINAS GERAIS, Secretaria da agricultura do Estado. *Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727/1927)*. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 36.

¹⁵⁷ PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Op. Cit. p. 40.

¹⁵⁸ D'ANDRÉA, Francisco José. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1843.

¹⁵⁹ OLIVERA, Paulino. *Efemérides Juizforanas (1698-1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975. p. 111.

O engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld executou diversos trabalhos técnicos para o governo Provincial, a seu respeito, na lei orçamentaria de Minas, nº 154, abril de 1839, é possível encontrar a autorização para a realização das obras na Estada do Paraybuna ao custo de 10:000\$000. Além disso, dois pagamentos anuais de 400\$000 cada um deles ao engenheiro Halfeld. Foi nesta época que os esforços realizados pelo referido engenheiro e por outras pessoas auxiliaram no desenvolvimento do arraial, ainda nascente na várzea que se estendia próxima ao sobrado da fazenda do Juiz de Fora. Aqui e ali, pequenas casas cobertas de telhas, umas caiadas e outras apenas rebocadas, feitas de pau-a-pique¹⁶⁰.

Eu sou um homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de Rua Principal e ficou sendo depois a Rua Direita da cidade do Juiz de Fora. Nasci nessa rua, no número 179, em frente à Mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a Avenida Rio Branco hesitou a minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procópio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos.¹⁶¹

Segundo Pedrosa, em meados do XIX, a maior parte da população vivia no campo. A vida urbana ainda se mostrava muito incipiente assumindo as características de uma “cidade de domingo”, dia da semana que tradicionalmente as pessoas se deslocavam para o arraial a fim de assistirem a missa e realizarem outras atividades¹⁶². Este sentimento religioso latente entre os homens que habitavam este lugar fez com que eles somassem forças para a construção de um templo que substituísse a antiga igreja. Esta caridade cristã que motivou a organização da Irmandade do Senhor dos Passos, em 1848, que mais tarde viria a entregar à cidade o Hospital de Caridade do Senhor dos Passos (depois Santa Casa de Misericórdia)¹⁶³.

Os antigos porém eram religiosos. A filiação deles em Irmandades religiosas eram costume muito generalizado nas freguesias matenses. “A cidade de domingo” foi a expressão usada por Saint Hilaire observando a freqüência do povo à cidade para assistir a Missa na Matriz, e retirar-se para as suas roças depois dela. O Padre era uma personalidade prestigiosa nos meios rurais.

¹⁶⁰ PINTO, Astolpho. Apontamentos historicos do municipio de Juiz de Fôra. In: *Revista do Archivo Publico Mineiro*. fasc. 3, anno 2, s/d.

¹⁶¹ NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1976. p. 13.

¹⁶² PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos.. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. Op. Cit. p. 212.

¹⁶³ ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. 3º edição. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. p. 53. Ver em: TRAVASSOS, Mirian. *Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora: uma reportagem para a história*. Juiz de Fora: Esdeva, 1993. BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

Contudo a Zona da Mata não conta com nenhum templo que se compare pela riqueza interior ou estilo arquitetônico com o barroco legítimo como sói acontecer nas cidades do século XVIII.¹⁶⁴

Quanto a História Política e Administrativa deste núcleo urbano se pode dizer que ela tem início em 24 de maio de 1847, quando promulgada a lei provincial n° 320, que determinava a criação do arraial de Juiz de Fora, termo de Barbacena. A emancipação político-administrativa do arraial de Juiz de Fora se deu em 1850, com base na lei provincial n° 472 de 31 de maio, quando foi elevado à condição de Vila sobre o nome de Santo Antônio do Paraibuna. Em 1853, era instalada Câmara Municipal¹⁶⁵, que passou a tomar medidas administrativas em favor do povoado que já contava com aproximadamente 600 almas. O ritmo de crescimento da cidade requeria investimentos públicos no espaço urbano, assim como apontado por Albino Esteves, ao custo de 1:000\$000 foram abertas em 1853 as ruas: Califórnia, Câmara, Imperial, São Sebastião e Santo Antônio; em 1854, alinhada a rua São Matheus e adquirido o local em que se encontra o Parque Halfeld¹⁶⁶.

¹⁶⁴ PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos.. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata. Op. Cit.* p. 212.

¹⁶⁵ Os integrantes responsáveis por conduzir as atividades do poder legislativo local entre os anos de 1853-1857 são: Coronel José Ribeiro de Rezende (Presidente da Câmara), Martiniano Peixoto de Miranda (Secretário), Francisco de Paula Lima, Joaquim de Paula Souza, Antônio Dias Tostes, José Anastácio da Costa Lima, Domiciano Alves Garcia, José Antônio da Silva Pinto (Vereadores) e Joaquim Furtado de Mendonça, Pedro Maria Halfeld, João Marciano de Cerqueira Leite, Francisco Ribeiro de Assis, Josué Antônio de Queiroz, Teixeira de Carvalho e Ludovino Martins Barboza (Suplentes). GOODWIN Jr., James Willian. *A "princesa de Minas"*. 1996. f. 292. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG – Belo Horizonte, 1996. p. 276.

¹⁶⁶ ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora. Op. Cit.* p. 55.

Imagem 05

Projeto do coreto do Parque Halfeld,
cuja construção foi iniciada em 14 de março de 1929.



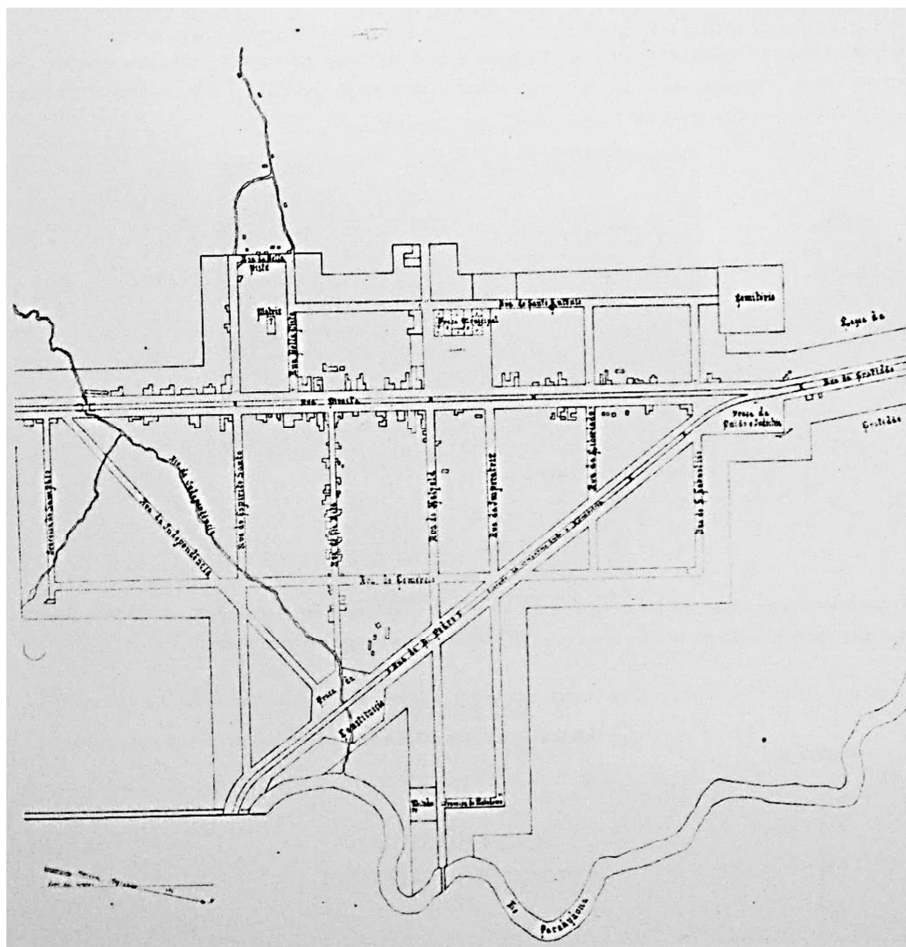
Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal

Ao poder executivo municipal cabia a tomada de decisões sobre as questões urbanas que surgiam na cidade, o crescimento demográfico aumentou significativamente a demanda pública por melhores condições materiais. Sendo assim a história da cidade começava a tomar formas concretas a partir da abertura de ruas, instalações de fontes de água, construção de pontes e outras tantas melhorias. Em 1860, depois de ter sido aprovada a portaria de 18 de julho pelo Governo Provincial o engenheiro Gustavo Dott iniciou seus trabalhos a favor de fazer o levantamento da primeira planta da cidade [Imagem 06]. Todavia, a realização deste trabalho acabou gerando uma tensão entre o engenheiro e Câmara Municipal, representada pelas Comissões de Obras Públicas, Contabilidade e Infração da Constituição, Leis e Posturas da Câmara, que alegavam certa insatisfação com o resultado do serviço¹⁶⁷.

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 63.

Imagem 06

Planta de Juiz de Fora feita pelo engenheiro Gustavo Dott (1860).



Fonte: AGUIAR, Valéria Trevizani Burla. *Atlas geográfico escolar de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2000. p. 26.¹⁶⁸

O contínuo crescimento das atividades cafeeiras capacitou a diversificação de investimentos, não se limitando apenas a produção, mas também nos demais setores que auxiliavam a circulação do produto. A construção da Estrada de Rodagem União e Indústria reafirmou a posição de Juiz de Fora como um entreposto comercial.

Para colocar a Estrada de Rodagem União e Indústria em funcionamento foi verificada a necessidade de organizar-se uma grande companhia, que tivesse as atribuições de construir e conservar esta rota de ligação. Assim, o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage pediu ao imperador autorização para iniciar as atividades referentes à criação de um novo caminho, macadamizado, que ligava Juiz de Fora a

¹⁶⁸ A planta original encontra-se disponível no Arquivo Público Mineiro. Ver em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>> Acesso em: 12 jul. 2012.

Petrópolis, cidade que possui ligação ferroviária com o Rio de Janeiro. Esta autorização veio pelo decreto nº 1.031 de 7 de agosto de 1852¹⁶⁹.

Concluído o movimento de expansão e aperfeiçoamento do sistema de transporte estavam criados os principais instrumentos para que o desenvolvimento e a dinâmica do núcleo agroexportador da Mata viesse a se desdobrar num vigoroso processo de diversificação urbano-industrial. Mais que isso, a forma como este movimento se deu (colocando o município de Juiz de Fora como o principal **eixo de entroncamento do sistema viário** e sua transformação em **capital regional da Zona da Mata**), acabou por permitir que boa parte do processo geral de indução a investimentos em setores e atividades relacionadas ao núcleo agroexportador fosse **internalizada no espaço definido pela região**.¹⁷⁰

Esta obra de infraestrutura dinamizou os movimentos de importação e exportação de mercadorias e os serviços de transporte oferecidos pela Companhia União e Indústria estimularam o desenvolvimento dos setores comerciais. Em pouco tempo Juiz de Fora já se consolidava como um ponto terminal¹⁷¹. Em 23 de janeiro de 1861 teve início o funcionamento da estrada com serviço de diligências a partir da inauguração oficial da Estação de Juiz de Fora, em frente ao castelo do Mariano Procópio Ferreira Laje¹⁷² [Imagem 07].

Com a abertura da rodovia, com seu leito macadamizado e com seu sistema de transportes – diligência e carroças – modificaram-se radicalmente as condições de transporte feito, até então, pelas tropas de burros, cuja quantidade por jumento não excedia a 60 quilos de carga. A Rodovia União e Indústria introduziu maior “liquidez” no sistema: maior rapidez, maior qualidade e volume de carga transportada, maior segurança e continuidade no movimento de circulação de mercadorias em todas as épocas do ano e, conseqüentemente, barateamento do preço/arroba, por légua transportada.¹⁷³

¹⁶⁹ PINTO, Astolpho. *Apontamentos Historicos do municipio de Juiz de Fóra*. In: Archivo pub. Mineiro, fasc. 3, anno 2.

¹⁷⁰ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria*. Op. Cit. p. 72. [grifos do ator]

¹⁷¹ BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1961.

¹⁷² FONSECA, Walter. *Pequena enciclopédia da cidade de Juiz de Fora: gente, fatos e coisas*. São Paulo: Ícone, 1987. p. 46.

¹⁷³ GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. Op. Cit. p.41.

Imagem 07

Estação de Juiz de Fora.



FONTE: ESPAÇO CULTURAL CORREIOS. Catálogo da exposição: União e Indústria uma estrada para o futuro. 2013.

Uma fase mais moderna da prestação de serviços relacionados ao transporte do café foi determinada com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1870, foi inaugurada a segunda estação na cidade, localizada na Praça da Constituição (hoje João Penido), servindo exclusivamente à estrada de ferro. Este ponto de parada se encontrava a 678 metros acima do nível do mar¹⁷⁴. A interiorização deste moderno sistema de transporte permitiu maior agilidade, segurança e redução do custo de transação no traslado dos produtos primários para o porto do Rio de Janeiro, porta de saída do café mineiro para o mundo.

Esta obra de infraestrutura não só colaboraria para a otimização da circulação do produto, pois ferrovia pode ser entendida como uma espécie de capilaridade portuária responsável pela integração do litoral com o interior do território assim, a estrada de ferro significou também uma nova oportunidade para investimentos capitalistas, inclusive se colocando como mais um componente dentro do mercado financeiro. A inversão de recursos financeiros vindos da cafeicultura e aplicados na expansão

¹⁷⁴ AGUIAR, Valéria Trevizani Burla. *Atlas geográfico escolar de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2000. p. 20.

ferroviária de Minas Gerais permitiu elevados índices de crescimento das estradas de ferro na província [Tabela 09].

Tabela 09

Crescimento das estradas férreas mineiras comparadas de outros Estados da União

Estados	Estradas de ferro em trânsito (km)	Data do início das construções	Média da progressão anual
São Paulo	4.724.000	1867	109,8
Minas Gerais	4.496.795	1869	109,6
Rio Janeiro	2.422.185	1854	43,2
Bahia	1.391.574	1860	28,5
Rio Grande do Sul	1.962.408	1882	70,0

FONTE: JACOB, Rodolfo. *Minas Gerais no XX^o Século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia. 1911. p. 442. Apud: PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993. p. 100.

Na Zona da Mata mineira, assim como em outras regiões do sudeste do país, o investimento de capital privado foi responsável por impulsionar a construção de inúmeras estradas de ferro, entretanto podemos perceber que também houve certa participação do capital público, “o governo provincial estimulou o crescimento garantindo aos investidores um retorno de 7% no seu capital ou subsídios a companhias baseados em quilometragem”¹⁷⁵. Decorrente da atmosfera especulativa do final do século XIX, os investimentos financeiros em ferrovias e títulos públicos eram considerados como os mais seguros para a época¹⁷⁶.

Resta, de tudo isso, a impressão de que o capital mercantil, com centro no Rio de Janeiro, o investimento em ferrovias aparecia apenas como uma nova aplicação financeira da qual se esperavam lucros imediatos e compensadores. Diante da não ocorrência dessa esperança, parece ter sido aceita sem maior oposição a troca compulsória das ações da empresa por apólices do Governo de 6% de juros ao ano e com os valores ao par para cada título. O discurso de C.B Ottoni, na assembléia-geral de encerramento da Companhia Estrada de Ferro de D. Pedro II, ao indicar a impossibilidade de levantar os fundos necessários e o “desfalecimento do espírito de associação”, vem, ao meu ver, confirmar esta impressão. Em suma, a aplicação usual do capital mercantil deveria lhe parecer muito mais atrativa do que o investimento de longo prazo em ferrovias.¹⁷⁷

¹⁷⁵ BLASENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 2, 1996. p. 83.

¹⁷⁶ SOBEL, Robert. *Wall Street: a História da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967. pp. 145-168.

¹⁷⁷ SAES, Flávio Azevedo Marques. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 37.

Karl Marx, assim como outros teóricos do capitalismo, por exemplo, o geógrafo David Harvey, nos chama a atenção para as dimensões espaciais referentes à teoria da acumulação. O princípio desta questão se dá a partir da maneira sobre a qual se produz o espaço, conforme a forma apresentada pelo capitalismo¹⁷⁸. Se por um lado, os caminhos da integração regional-global se materializaram através das redes de comunicação, informação e mercadoria, em âmbito local o espaço se transformava conforme a intensificação do contato desta sociedade com elementos externos.

A diversificação urbana de Juiz de Fora se torna visível ao analisarmos a diversidade de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços localizados no espaço da cidade [Tabela 10].

Tabela 10

Comércio e serviço em Juiz de Fora.

1870		1877	
Estabelecimentos comerciais e serviços	Quant.	Estabelecimentos comerciais e serviços	Quant.
Casas de negócios	107	Lojas: roupas feitas, mantimentos e molhados	76
Mascates e fazendas	13	Lojas: fazendas e armarinhos	27
Hotéis	8	Hotéis	2
Farmácias	5	Farmácias	5
Mascates de jóias	4	Negociantes de jóias	6
Relojoeiros	3	Relojoeiros	4
Açougues	2	Açougues	6
Barbearia	2	Barbearia	6
Cambista	2	Cambistas	4
Bilhar	1	Bilhares	12
Ourives	1	Ourives	4
Alfaiataria	2	Alfaiatarias	10
Casa de lavar chapéus	1	Casa de agencias de leilões	1
Casa Bancária	1	Capitalistas	12
Livreiro	1	Retratista	1
		Advogados	16
		Médicos	6
		Dentistas	3
		Padres	3
		Pintores	4
		Vidraceiros	2
		Modista	1
		Carros de aluguel	20
Total	153	Total	231

FONTE: GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. p. 49.

¹⁷⁸ HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 43.

Em nossas pesquisas foram encontrados outros exemplos desta diversificação comercial e de prestação de serviços oferecidos por diversos estabelecimentos situados na cidade. A maior parte deles concentrados num triângulo imaginário compreendido entre as ruas: Direita (Avenida Barão do Rio Branco), 15 de novembro (Avenida Presidente Getúlio Vargas) e Córrego da Independência (Avenida Presidente Itamar Franco). Segundo o almanaque de 1898, foi possível identificar através da publicação de propaganda alguns estabelecimentos, são eles: O mundo elegante, Grippi & Irmão, Casa Bartels, Casa Smith, Casa Mineira, Casa Baptista & Cia., Casa L. Barboza & Cia., Alfaiataria Italo-brasileira, Alfaiataria Bretas, Ourivesaria e relojoaria Ferreira da Silva & Cia, Pensão Commercial, Souza Hotel, Hotel Rio de Janeiro, Pharmacia Paixão, Drogaria Americana, Industrial de Juiz de Fora, Fábrica a vapor de calçados Corrêa & Corrêa, Fábrica Abrad & Manferrari, Tecelagem Mascarenhas, Indústria Mineira, Fiuza, Cortez & Almeida, Officina de selleiro de portilho de Souza Mattos, Mechanica Mineira, Officina Henrique Surerus & Irmão, Jornal do Commercio, Jornal Correio de Minas, Typografia Progresso, Typographia Mattoso, Collegio Americano Grambery, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Casa Comissária Pinheiro Machado e Cia.¹⁷⁹.

Entre os inúmeros estabelecimentos comerciais e outros tantos profissionais liberais encontrados, destacamos a casa de secos e molhados Cristovam Andrade & Companhia, fundada em 1885. O estabelecimento se localizava na Rua Direita n° 155 ou quando necessário através do telefone n° 46, telégrafo CHRISTOVAM e também pela caixa de correio n° 3. Este depósito de sal, cal e inflamáveis funcionava também como armazém de molhados, refinava açúcar e comercializava mantimentos e gêneros do país e importados. A Cristovam Andrade e Companhia era capaz de oferecer uma grande variedade de produtos para a venda, tanto no atacado quanto no varejo.

AVISO:

As mercadorias desta casa são todas de primeira qualidade, importadas dos principaes mercados e vendidas vantajosamente por ser tudo comprado a Dinheiro à Vista.¹⁸⁰

Além disso, a casa, através de seus representantes, comparava qualquer quantidade de café nas estações da Central do Brasil, Piau e Leopoldina, e realizava o processo de torrefação do produto com máquinas movidas a eletricidade, que utilizavam

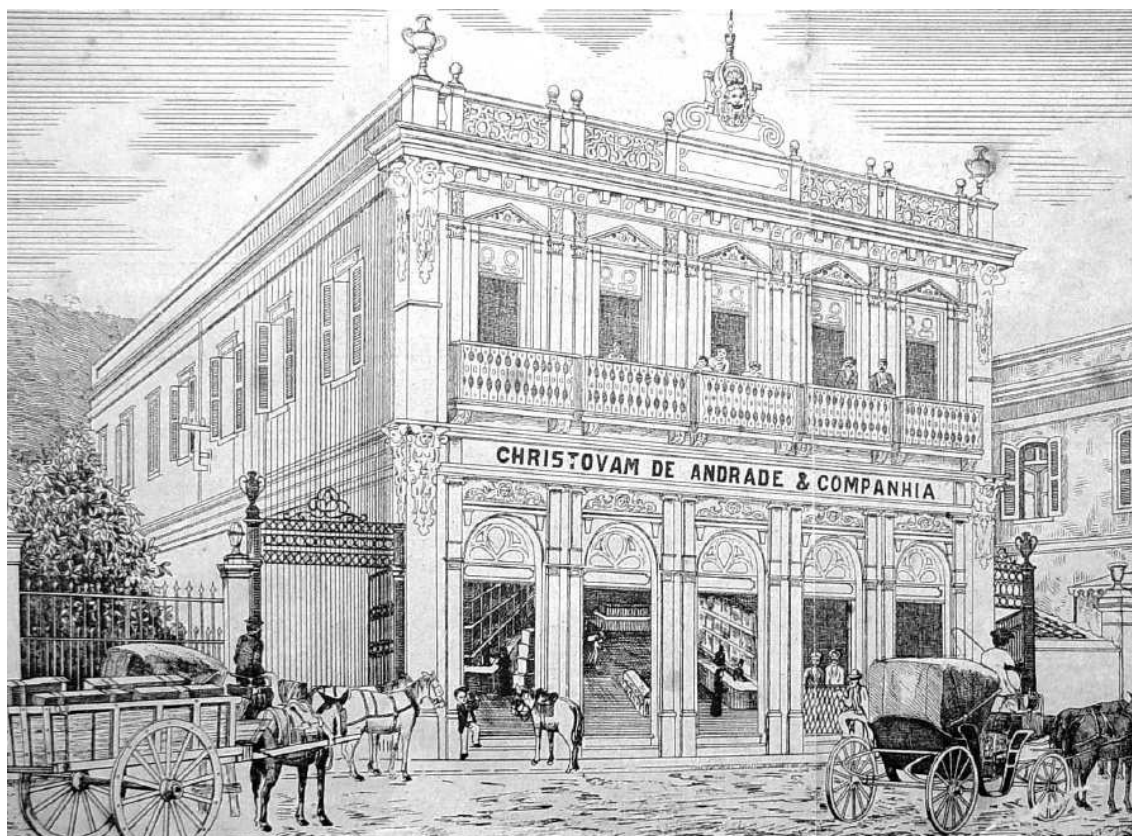
¹⁷⁹ GUIMARAES, Heitor (org.). *Almanach de Juiz de Fora para 1898*. Juiz de Fora: Typografia Mattoso, 1898.

¹⁸⁰ *Idem.* p. 364

20 CV¹⁸¹. O estabelecimento era dirigido por dois sócios solidários: Cristovam de Andrade e João E. de Andrade Gama. O escritório contava com 2 guarda-livros: Manuel José Guedes e Leopoldino de Araújo e, mais 3 ajudantes para os serviços internos e externos. A loja tinha 1 caixa responsável pela gerência: Hermogenes de Andradas e, mais 13 ajudantes caixeiros, sendo que 2 deles trabalhavam exclusivamente no Armazém. A fábrica contava com 4 funcionários na produção e outros 4 que desempenhavam outras tarefas (carroceiro e serviços domésticos). Além do Capitão Cornelio Gama e Capitão Herminio F. Lisboa que serviam de representantes externos. Totalizando 31 pessoas que desempenhavam algum tipo de função na Cristovam de Andrade & Companhia, cujo capital era estimado em 20:000 réis e o valor da produção em 97:000 réis [Imagem 08].

Imagem 08

Christovam de Andrade & Companhia.



FONTE: GUIMARAES, Heitor (org.). *Almanach de Juiz de Fora para 1898*. Juiz de Fora: Typografia Mattoso, 1898. p. 363

¹⁸¹ PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*. Op. Cit. p. 97.

Desta forma, pode-se dizer que foi através da vida urbana que o ambiente construído ganhou importância no processo de realização das trocas, pois é na cidade que a dinâmica comercial se desenvolveu na sua forma mais plena. A infraestrutura urbana auxilia também na constituição física dos mercados, logo, o surgimento de técnicas e tecnologias voltadas para a construção civil se fez necessária para a transformação do habitat dos homens. Este espaço perdeu suas características naturais em prol da dinâmica social onde as atividades econômicas se apresentavam fundamentais à existência de um núcleo urbano, definido pela dicotomia campo-cidade¹⁸².

Uma destas especulações é que a cidade surgiu ao redor do mercado enquanto sítio (Market-place), em função do desenvolvimento do comércio, e assim pode ter sido em numerosos lugares. Mas a cidade comercial pressupõe, para que possa surgir, um outro tipo de cidade, que assegure as caravanas de mercadores contra o roubo e os mercadores individualmente contra a fraude. A cidade comercial é fruto, portanto, de uma cidade-estado, que domina um certo território, dele extraindo um mais-produto que possa ser trocado pelo mais-produto de outros territórios. A cidade não inventa o comércio, mas muda-lhe o caráter, transformando-o de mero escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens de luxo, em geral manufaturados.¹⁸³

Esta perspectiva também é encontrada na estrutura do pensamento de Polanyi¹⁸⁴, ao assumir a antropologia e a história como matrizes teóricas-explicativas, o autor se preocupa em dimensionar fisicamente o local onde as trocas se realizam concretamente. Sendo assim, o mercado perde seu caráter abstrato e se transforma no lugar (real) onde acontece a reunião de pessoas com o intuito de intercambiar produtos, logo, as mercadorias são passadas de mão para mão seguindo as práticas e rituais estabelecidos socialmente¹⁸⁵. Estes espaços se tornam uma importante referência na prática cotidiana da vida econômica, cuja literatura especializada sobre o assunto costumeiramente a denomina como *marketplace*¹⁸⁶.

A constituição física dos mercados se apresenta sobre diversas formas e em vários momentos da história, basta lembramos os inúmeros exemplos citados por

¹⁸² MARX, Karl. As formas que precederam a produção capitalista. In: _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 390.

¹⁸³ SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 14-15.

¹⁸⁴ POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

¹⁸⁵ NEALE, Walter C. El mercado en la teoría y la historia. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. pp. 405-420.

¹⁸⁶ Ver em: MCMILLAN, John. *A reinvenção do Bazar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Polanyi quando relata a maneira sobre qual se organizava o comércio Kula¹⁸⁷ e a *centralidade* do sistema econômico nos Impérios despóticos do oriente próximo¹⁸⁸. É possível citar outros casos que vão além do autor, por exemplo, os *port of trade* comuns entre povos da antiguidade que estavam localizados às margens do Mediterrâneo¹⁸⁹ ou mesmo na América pré-colombiana¹⁹⁰. As feiras montadas nas proximidades das cidades durante a fase do renascimento comercial na Europa medieval¹⁹¹. Hoje em dia, são os shoppings os grandes expoentes da concentração espacial das atividades comerciais, ou mesmo, as Bolsas de Valores responsáveis pela promoção da troca de mercadorias em proporções internacionais¹⁹².

O espaço econômico é historicamente construído, em que pese os recursos naturais disponíveis no território, características geográficas, distribuição de alimento, bem como, forma de apropriação destes elementos pelo homem. Além disso, os espaços econômicos são constituídos por polos ou sedes, que funcionam como centro de atração e concentração de pessoas e matérias-primas¹⁹³. Desta maneira, o fluxo das atividades comerciais estabelecidas em determinada rede agiria no sentido de formação das praças de comércio, concentrando no mesmo lugar a oferta e demanda de inúmeras mercadorias. As cidades são o ambiente construído para dar suporte material às praças comerciais, ou seja, à concretização do mercado num determinado espaço físico.

Assim como apontado por Costa¹⁹⁴, em 1886 o Brasil já contava com várias Praças do Comércio, sendo que a principal delas era a Praça da Corte, cujo regulamento foi aprovado em 21 de agosto de 1834 através da portaria de 9 de setembro do mesmo ano. A Praça do Comércio da Bahia foi criada em 1816, entretanto o Estatuto da

¹⁸⁷ POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elvevier, 2000. p. 70.

¹⁸⁸ POLANYI, Karl. Intercambio sin mercado en tiempo de Hammurabi. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Op. Cit. pp. 61-75.

¹⁸⁹ REVERE, Robert B. “Tierra de nadie”: los puertos comerciales del Mediterráneo oriental. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Op. Cit. pp. 87-110.

¹⁹⁰ CHAPMAN, Anne M. Puertos de comercio em las civilizaciones Aztecas y Mayas. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Op. Cit. pp. 163-200.

¹⁹¹ PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1966. PIRENNE, Henri. *Las ciudades de la edad media*. Madrid: Alianza, 1985.

¹⁹² GEISST, Charles R. *Wall Street: a history*. New York: Oxford, 1997. SOBEL, Robert. *Wall Street: a história da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967. LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. BAGEHOT, Walter. *Lombard Street: el mercado monetario de Londres*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

¹⁹³ PERROUX, François. *Economia do século XX*. Op. Cit.

¹⁹⁴ COSTA, Salustiano Orlando de Araujo. *Codigo commercial do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1886.

Associação Comercial só foi aprovado pelos seus sócios em 1871. Outras Praças do Comércio identificadas são: Porto Alegre (1858), Maceió (1867), Fortaleza (1871), Santos (1871), Penedo (1872), Campos (1872).

Aliás, o termo *Praça do Comércio*¹⁹⁵ será particularmente importante para o desenvolvimento das argumentações que serão apresentadas mais adiante, quando direcionamos o estudo para a consolidação da sociedade de mercado em Juiz de Fora.

¹⁹⁵Art. 32. Praça do Commercio é não só o local, mas também a reunião dos commerciantes, capitães e mestres de navios, corretores e mais pessoas empregadas no commercio. Este local e reunião estão sujeitos á policia e inspecção das Autoridades competentes. O regulamento das Praças do Commercio marcará tudo quanto respeitar á policia interna das mesmas praças e mais objectos a ellas concernentes.

Art. 33. O resultado das negociações que se operarem na Praça determinará o curso do cambio e o preço-corrente das mercadorias, seguros, fretes, transportes de terra e agua, fundos publicos, nacionais e estrangeiros, e de outros quaisquer papeis de credito, cujo curso possa ser annotado. COSTA, Salustiano Orlando de Araujo. *Codigo commercial do Imperio do Brazil. Op. Cit.* pp. 32-33.

CAPÍTULO III - O mercado de capital e o crédito público em Juiz de Fora

A partir da década de 1990, a historiografia sobre Juiz de Fora já apresentava uma considerável produção sobre inúmeros temas e assuntos. Uma questão recorrente entre muitos estudiosos da cidade foi o processo de modernização que ocorreu localmente e, neste sentido, várias pesquisas vieram revelando detalhes e singularidades dos processos históricos que envolveram a urbanização, formação intelectual, invenção da identidade, transição de mão de obra, organização de instituições, prestação de serviços públicos, saúde pública, etc.¹⁹⁶. Uma considerável parcela destes estudos se dedicou especialmente à compreensão dos fenômenos sociais e econômicos que marcaram a formação da sociedade de mercado em âmbito local¹⁹⁷.

A nossa pesquisa se dedica à compreensão da dinâmica socioeconômica que marcou o período de 1850 a 1930, este intervalo de tempo é apontado por alguns autores como o momento histórico da consolidação das relações capitalistas na cidade. Em 1850 entraram em vigor a Lei de Terras, a Lei Eusébio de Queiros e o primeiro Código Comercial Brasileiro, estes elementos regulatórios foram decisivos na formalização e institucionalização de uma nova relação econômica. Todavia, a grande transformação experimentada localmente não se limita apenas às dimensões da economia, a cidade absorveu também outras tantas características gerais da modernidade.

¹⁹⁶ Ver em: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990. CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A “Europa dos pobres”*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. GOODWIN Jr., James Willian. *A “princesa de Minas”*. 1996. f. 292. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG – Belo Horizonte, 1996. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzala (1870/1900)*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001. LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”*: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora – SMCJF – (1889-1908). 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – FIOCRUZ – Rio de Janeiro, 2006. BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *Modernização e Higienismo*. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF – Juiz de Fora, 2008. BARROS, Cleyton Souza. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008.

¹⁹⁷ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. CROCE, Marcus Antônio. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888/1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigações: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. 2009. f. 297. Tese (Doutorado em História) – UFF – Niterói, 2009.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, classes e nacionalidades, da religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição de ambigüidade e angústia.¹⁹⁸

Brito¹⁹⁹, fundamentada em diversos autores, tais como: Henri Lefebvre, Raymundo Faoro, Francisco de Oliveira e José de Souza Martins, estabelece uma diferenciação entre os conceitos de *modernidade* e *modernização*. Assim como apresentados pela autora, ambos os conceitos se modificam com o passar do tempo, variando da noção de *continuidade* à *descontinuidade*, bem como da ideia de *mudança e permanência*. Foi durante o Renascimento que o conceito de *moderno* ganhou o sentido de vanguarda, inventividade, de renovação que se coloca ao antigo, ao clássico. A ideia de *modernidade* mantinha o sentido continuidade, mas com o advento da *Belle Époque* o conceito toma uma conotação oposta, inclusive este conceito foi apropriado nas discussões políticas. O Estado que se fundamenta na *modernidade* é aquele que se coloca acima da sociedade e se apoia na separação entre a vida privada e a vida social e a política.

A modernização no Brasil será aqui considerada a partir dessas perspectivas, que se pautam na noção de processo e procuram considerar a indissociável imbricação entre o econômico e o político (...). O processo de *modernização* tem sido considerado *conversador* porque teria permitido a transição, sem ruptura radical com relação aos interesses dominantes, de uma sociedade agrária e escravista, fundada essencialmente na produção monocultora voltada à exportação, para uma sociedade urbano-industrial.²⁰⁰

A intensificação do processo de urbanização está diretamente relacionada ao advento da industrialização. Segundo Lefebvre²⁰¹, a inflexão da sociedade agrária para a urbano-industrial teria sido o acontecimento histórico que levaria a formação da “*sociedade urbana*”. Todavia, o autor observa o quanto é ambíguo o termo *sociedade urbana*, pois o conceito pode ser empregado para designar qualquer cidade,

¹⁹⁸ BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.15.

¹⁹⁹ BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e Tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) – São Paulo: USP, 2006.

²⁰⁰ *Idem*. p. 26.

²⁰¹ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

independente das suas orientações culturais, políticas ou econômicas, e, tampouco de seu tamanho ou ritmo de crescimento. Logo, a utilização do termo “sociedade urbana” nesta pesquisa é decorrente da própria ambiguidade sobre o qual ele é apresentado, pois desta maneira torna-se mais precisa a compreensão do processo de transformação social do agrário para o urbano²⁰².

Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a Cidade já tem uma poderosa realidade. Após o desaparecimento das cidades arcaicas, na Europa Ocidental, no decorrer da decomposição da romanidade, a Cidade retomou seu desenvolvimento. (...) A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é valor de troca.²⁰³

O desenvolvimento material da cidade, como descrito anteriormente, necessita de uma organização institucional dos recursos disponíveis (naturais ou não), que se traduz na prática, numa necessidade de promover a contabilidade pública, ou seja, de registrar, controlar e inspecionar as operações financeiras e patrimoniais de uma determinada administração. Estas preocupações quanto à gestão do patrimônio público, à inspeção e registro das receitas e despesas foi comum entre diversos povos ao longo da história, inclusive alguns deles colaboram significativamente para a evolução das Ciências Contábeis, entre eles se destacam: árabes, romanos, venezianos, austríacos e suíços²⁰⁴. No que tange aos princípios da contabilidade, a receita é constituída das rendas, dos proventos e créditos, de qualquer natureza, auferida por uma determinada administração pública. A despesa compreende os gastos e/ou investimentos que foram realizados pela gestão pública. Em sistemas contábeis mais sofisticados, os orçamentos funcionam como um cálculo prévio dos proventos e dispêndios a realizar, inclusive havendo leis que os regulamente²⁰⁵.

As necessidades públicas são humanas, como todas as outras cuja satisfação à Economia Política toma para precípua objeto de seus estudos. Distinguem-se, entretanto, das necessidades, em geral, para constituir o grupo das chamadas “necessidades públicas”, necessidades que, por sua natureza, só encontram satisfação eficaz pela ação coordenada do grupo, quer seja voluntária, quer seja coativa a participação dos indivíduos que o formam. (...) Necessidade

²⁰² *Idem.* p.15.

²⁰³ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 12.

²⁰⁴ KLEIN, Tolstoi C. *História da contabilidade*. São Paulo: Aurora, 1954.

²⁰⁵ CASTRO, Aducto de Souza; D'AMORE, Domigos. *Contabilidade bancária e pública*. São Paulo: Saraiva, 1952. pp. 221-228.

pública é toda aquela de interesse geral, satisfeita pelo processo do serviço público. É a intervenção do Estado para provê-la segundo aquele regime jurídico, o que lhe dá o colorido inconfundível. A despeito de fugidios contornos econômicos, a necessidade torna-se pública por uma decisão dos órgãos públicos.²⁰⁶

A aglomeração de pessoas num determinado espaço sintomaticamente acaba gerando demandas públicas por serviços. Neste sentido, historicamente, foi a partir da organização das finanças públicas que muitas civilizações, antigas e modernas, conseguiram progredir materialmente. No caso de Roma, durante o século VI, as necessidades públicas por melhores condições de vida levaram a administração local a se organizar financeiramente para executar obras de infraestrutura que visasse atender as demandas populares por certos serviços públicos.

Os esgotos, iniciados no século VI a.C., foram continuamente ampliados e aumentados; em algumas galerias podem passar até dois carros de feno lado a lado, e Agripa pôde inspecionar de barco toda a rede. Destinam-se a recolher as águas da chuva, a água em excesso dos aquedutos, as descargas dos edifícios públicos e de algumas das *domus* (...). Os 13 aquedutos trazem a Roma, dos montes vizinhos, mais de bilhão de metros cúbicos de água por dia. Sob a República, a água é reservada para os usos públicos, e somente o excedente das fontes – aqua caduca – pode ser cedido aos particulares. Mais tarde, sob o Império, alguns proprietários podem obter como concessão – gratuita ou pagando – um determinado fluxo de água para as *domus* térreas; todo o restante serve para alimentar as instalações públicas: fontes e as latrinas espalhadas em todos os bairros, e as grandes termas que servem vastas zonas das cidades. A abundância e grandiosidade dos serviços higiênicos públicos compensa a falta de serviços privados na maior parte das casas.²⁰⁷

Sendo assim, a distribuição de água, captação de esgoto, arruamento das vias públicas, limpeza urbana são benfeitorias que tornam o habitat mais salubre à vida humana, evitando a proliferação de doenças e epidemias que causam grandes transtornos à comunidade. Neste sentido, algumas obras urbanas são realizadas com a finalidade de promover a saúde pública, todavia a ausência destas intervenções no espaço da cidade pode se mostrar maléfica ao conjunto da sociedade, ainda mais quando se trata de cidades com elevados índices demográficos. Um dos casos mais conhecidos sobre os malefícios gerados pela insalubridade urbana foi o que ocorreu na Europa Ocidental durante a Idade Média com a propagação da Peste Negra, que “*de tôdas as epidemias que a História menciona, esta foi, a mais atroz*”²⁰⁸.

²⁰⁶ BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à Ciência das Finanças*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1958. p.13.

²⁰⁷ BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1997. *Op. Cit.* p. 174.

²⁰⁸ PIRENE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1966. p. 200.

Com o advento da modernidade houve uma maior preocupação com a organização do espaço urbano, que gradualmente se coloca não somente como o lugar da habitação, mas também da produção. Neste sentido, podemos observar que desde o século XVIII Paris já experimentava um avançado processo de modernização do espaço urbano, que serviu de referência para outros lugares do mundo, especialmente por desenvolver uma política urbana voltada à manutenção da higiene pública, por isso, foram adotadas de medidas urbanísticas que visavam tornar a cidade um ambiente mais agradável, cujas preocupações com a circulação do ar, canalização dos rios, fornecimento de água potável se colocavam como prioridade. As reformas conduzidas por Georges Eugène Hausmann, a partir de 1861, remodelou a capital francesa, seguindo um plano que atendia a várias exigências: ruas largas, traçados retos e geométricos, demolição dos indesejados cortiços que se encontravam na região central da cidade, conseqüentemente afastando os pobres para a periferia, construção de *bulevares*²⁰⁹.

Os *bulevares* representam apenas uma parte do amplo sistema de planejamento urbano, que incluía mercados centrais, pontes, esgotos, fornecimento de água, a Ópera e outros monumentos culturais, uma grande rede de parques.

Hausmann e seus acesores realizaram um plano sem precedentes de obras urbanísticas [...] Tudo isso executado muito rapidamente, com métodos draconianos; sua tática era atuar sobre alvos muito precisos, no menor tempo possível.²¹⁰

Viena, outro importante centro urbano europeu, também foi submetida às intervenções urbanas, onde foram realizadas inúmeras obras de infraestrutura, entre elas se destaca a canalização do Rio Danúbio, que eliminou o recorrente problema com as enchentes, além disso, houve a criação de um sistema de fornecimento de água.

O *pathos* de todos os monumentos burgueses é sua força e solidez material na verdade não contam para nada e carecem de qualquer peso em si; é que eles se desmantelam como frágeis caniços, sacrificados pelas próprias forças do capitalismo que celebram. Ainda as mais belas e impressionantes construções burguesas e suas obras públicas são descartáveis, capitalizadas para rápida depreciação e planejadas para se tornarem obsoletas; assim, estão mais próximas, em sua função social, de tendas e acampamentos que das “pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos, das catedrais góticas”.²¹¹

²⁰⁹ GOODWIN Jr., James Willian. A “*princesa de Minas*”. *Op. Cit.*

²¹⁰ BARBERIS, Daniela. *Reforma Passos, o desejo da cidade moderna*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ. p. 04. *Apud*: GOODWIN Jr., James Willian. A “*Princesa de Minas*”. *Op. Cit.* p. 27.

²¹¹ BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. *Op. Cit.* p. 98.

Friedrich Engels foi um dos primeiros pensadores a elaborar de forma concreta uma análise sobre os problemas urbanos, entendendo o urbanismo como uma prática social determinada pela apropriação do espaço urbano. O autor discute em seu livro – *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* – a condição de vida do proletário, bem como suas necessidades. Neste ponto o autor aprofunda ainda mais suas considerações em *A questão da habitação* escritas inicialmente em forma de artigo e somente depois publicado em brochura²¹².

Com a cidade aparece, simultaneamente, a necessidade de administração, de polícia, de impostos, etc., em uma palavra, a necessidade de organização comunal e, portanto, da política em geral. Aqui, manifesta-se pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão que repousa diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia exatamente o fato oposto: o isolamento e a separação.²¹³

Sendo assim, o uso coletivo da infraestrutura urbana necessária ao suporte material da vida nas cidades se traduz na prestação dos serviços públicos, que podem ser oferecidos pela administração pública ou também pela iniciativa privada. Com o advento do capitalismo, muitos serviços passaram a ser objeto de interesse do capital, especialmente os mais modernos (fornecimento de energia, gás, iluminação e transporte urbano) que após a consolidação da sociedade de mercado ganharam *status* de mercadoria.

Tomando como ponto de reflexão a forma de organização financeira do poder executivo local para a satisfação de algumas das demandas sociais geradas a partir do desenvolvimento urbano do município de Juiz de Fora, especialmente quando o processo de industrialização local já ditava os rumos do crescimento físico da cidade, percebe-se que muitos outros componentes do referido processo de consolidação capitalista ainda não foram considerados, dentre eles se destacam os mecanismos de financiamento público, que ficaram a cargo da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Uma

²¹² FORTI, Reginaldo. (org.) *Marxismos e urbanismo capitalista*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. pp. 7-8.

²¹³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 78. *Apud*: BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 68.

vez que os realizados por empresas particulares (como a Companhia Mineira de Eletricidade) já possuem alguma referência na historiografia²¹⁴.

Juiz de Fora progredia. A população subia, andava ali pelos doze a treze mil habitantes – imaginem! treze mil! e essa densidade exigia progresso. Esse começara em 1870 com a inauguração dos telégrafos. Logo depois viriam os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1885 a cidade começa a ser dotada de encanamentos e de água a domicílio. No mesmo ano as casas passaram a ser numeradas. Em 1886, grande animação com uma Exposição Industrial que reflete a pujança do município.²¹⁵

Entre o período de 1855 a 1920, Juiz de Fora teve um significativo aumento de populacional, durante este lapso de 65 anos a cidade chegou a registrar uma taxa de crescimento demográfico de aproximadamente 794,8%, o que representaria uma média de crescimento de 12,22% ao ano [Tabela 11]. Esta taxa de crescimento anual representa quase o dobro da média Brasileira no mesmo período²¹⁶. São muitas as razões que explicam este vertiginoso crescimento da população urbana, entre elas estão as constantes imigrações de europeus para Juiz de Fora promovidas durante a construção da Estrada de Rodagem União e Indústria e também durante a execução das obras da Estrada de Ferro D. Pedro II. Além destes fatores ainda destacamos a abolição da escravidão no ano 1888, valendo-se do fato que Juiz de Fora era o município mineiro com maior população escrava²¹⁷.

Tabela 11

População de Juiz de Fora (1855-1920).

Ano	População
1855	6.466 ²
1890	17.622 ¹
1907	28.553 ¹
1920	51.392 ²

Fonte: ¹ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e Industrialização: Os alemães em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1991.

²¹⁴ OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969. BARROS, Cleyton Souza. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008.

²¹⁵ NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1976. p. 200.

²¹⁶ HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*. São Paulo: USP, 1973. p. 175.

²¹⁷ BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1872*.

A evolução demográfica por qual passou Juiz de Fora gerou problemas sociais, exigia urgentes investimentos em obras públicas, especialmente na infraestrutura da cidade que demandava destes investimentos para suportar a grande concentração de pessoas. Logo, houve um forte apelo social por melhores condições e as principais reivindicações eram: melhorias no abastecimento de água; coletas do esgoto doméstico e das águas pluviais; iluminação nas vias públicas da cidade; nivelamento, alinhamento e calçamento das ruas, entre outras tantas que os jornais da época trouxeram à tona.

Um dos assumptos que mais se impõe á attenção da camara municipal, é sem duvida alguma o abastecimento de agua para a cidade, não sómente para commodidade dos habitantes, mas ainda como medida hygienica, afim de servir de vehiculo ás matérias organicas em decomposição que se accumulão nos esgotos, e produzem exhalações prejudiciais. (...) O primeiro passo a dar é a confecção de um plano geral das obras, ordenado e systematico, conforme ao progresso e estado da sciencia hodierna. Comprehende-se quanto deve ser firme e seguro o ponto de partida, que por assim dizer traduz e encerra a condição e destino das obras. E por isso não será demasiado o escrupulo na designação profissional, por sua capacidade superior, em garantia da excellencia dos estudos.²¹⁸

Como podemos notar, o abastecimento de água e captação de esgoto tornaram-se uma reivindicação cada vez mais recorrente entre os moradores da cidade conduzindo a solução do problema para a Câmara Municipal. Esta não era uma demanda exclusiva de Juiz de Fora, outros tantos municípios brasileiros se encontravam numa situação semelhante assim como apontado nos estudos de Fadel²¹⁹. Num panorama geral, esta preocupação com a saúde pública está na pauta do dia durante os últimos anos do Império e se estende mesmo com a proclamação da República²²⁰.

A obrigação de garantir a segurança geral por meio de medidas preventivas envolve a obrigação de assegurar a salubridade, e – por exemplo – a de vedar todos os estabelecimentos nocivos á saude publica, e a locação das habitações insalubres, bem como a obrigação de empregar a força para impor as medidas tendentes a evitar a propagação das epidemias.²²¹

Em Juiz de Fora, desde a década de 1860 é possível perceber que autoridades públicas já se esforçavam no sentido de dar soluções aos problemas urbanos mais emergentes, visto a confecção da planta da cidade que servia de parâmetro para as

²¹⁸ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Jornal PHAROL, 23 de janeiro de 1883.

²¹⁹ FADEL, Simone. *Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na República*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

²²⁰ BARBOSA, Ruy. *Queda do Império*. Rio de Janeiro: Castilho, 1921. pp. 445-454.

²²¹ LESSA, Pedro. *Materia de hygiene publica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

intervenções no espaço urbano. Todavia, somente em 16 de maio de 1893 que o município teria um Plano de Saneamento e Expansão da Cidade²²² – águas e esgotos; retificação dos rios e drenagem – este plano foi elaborado pelo engenheiro francês Gregório Howyan a pedido da Câmara Municipal, que havia incumbido a Sociedade de Medicina e Cirurgia²²³ a constituir uma Comissão para revolver questões referentes ao saneamento do município.

A esses beneméritos, ao seu trabalho na Sociedade e a sua ação social, Juiz de Fora ficou devendo a luta contra o pó, pelo calçamento; a elevação dos planos das Ruas Santa Rita, Conde d'Eu e do Sapo, para as mesmas poderem receber os tubos de esgoto e de abastecimento d'água; a secagem e aterro do *pântano da cadeia*, resultante do corte feito no Paraibuna pela Estrada de Ferro D. Pedro II; o aterro das ruas cujo declive favorecia o acúmulo de imundícies e lama podre; remoção e a cremação do lixo; a crítica e as sugestões ao sistema de esgotos a ser adotado; a análise da água a ser fornecida à população; o saneamento do Paraibuna e do córrego da Independência, onde eram atiradas as fezes, os restolhos, as porcarias e os bichos mortos; o fim da era da touceira e do penico e a instalação das primeiras latrinas, cujo modelo é discutido e indicado; a proibição do hábito de queimar-se anualmente a vegetação da encosta do morro do Imperador; a maior difusão da vacinação anticarbunculosa em Minas; a introdução da vacinação sistemática contra varíola, o saneamento dos cortiços e o primeiro plano municipal de habitação popular e proletária; o protesto contra a instalação de fábricas dentro do perímetro urbano e contra a imunda vala que servia para despejo da Cervejaria Kremer (...). A Sociedade lutou ainda contra o exercício ilegal da farmácia, compeliu o Governo do Estado a dar um Delegado de Higiene à cidade e constituiu uma comissão de contato com a imprensa (hoje diríamos de relações públicas), procurando interessá-la nos problemas sanitários e, por seu intermédio, esclarecendo e educando a população.²²⁴

Segundo Oliveira²²⁵, o orçamento de Juiz de Fora durante o exercício de 1853-1854 contava com uma tímida receita de 680\$000 para cobrir todas as despesas necessárias à manutenção dos serviços públicos a cargo da administração municipal. A arrecadação ordinária era obtida através do recolhimento dos impostos provenientes da taxação de bens prediais e territoriais, da transmissão de propriedade *inter-vivos e causa mortis* e dos impostos sobre indústria e profissões²²⁶. Neste sentido, o crescimento da cidade fica evidente quando no exercício de 1858-1859 a receita de Juiz de Fora atingiu

²²² HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação dos rios e drenagem*. FUNALFA: Juiz de Fora, 2004.

²²³ Decorrente da necessidade imposta à Câmara Municipal de adotar medidas de saúde e higiene foi fundada em 1889 a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. FONSECA, Walter. *Pequena enciclopédia da cidade de Juiz de Fora: gente, fatos e coisas*. São Paulo: Ícone, 1987. p. 115.

²²⁴ NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Op. Cit. pp. 289-290

²²⁵ OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. pp. 27-93.

²²⁶ MATTOS, Alysio. *Promptuario e Assessor dos Exactores do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

a cifra de 7:637\$680. Além disso, em 1861, Juiz de Fora já contava com a terceira maior arrecadação ordinária da Província de Minas Gerais, somando uma quantia de 9:417\$167, estando à sua frente apenas Ouro Preto e São João Del-Rei, arrecadando 16:590\$575 o primeiro e 15:590\$563 o segundo. Pouco tempo depois, antes de 1870, nenhum outro município mineiro se equiparava em termos de arrecadação a Juiz de Fora.

Todavia, os recursos públicos municipais disponíveis para a realização de melhorias materiais na cidade se mostravam insuficientes para acompanhar as necessidades públicas geradas pelo dinâmico crescimento de Juiz de Fora. Dada à limitação financeira dos municípios brasileiros no Império e durante a Primeira República, as subscrições públicas apareceram como forma de complementação dos recursos financeiros necessários a realização de ações específicas, por exemplo: na aquisição do terreno do cemitério municipal e também para compra de outro terreno onde seria instalada a cadeia. A prática de alavancar capital extraordinário através de subscrições públicas foi relativamente comum na cidade, até a formalização das emissões dos Títulos da Dívida Pública municipal.

Ao debruçarmos sobre os jornais da cidade podemos ver o quanto foi comum a realização de subscrições públicas para diversos fins, elas funcionavam a partir da contribuição voluntária de pessoas ou instituições para uma causa, sem que necessariamente tivesse qualquer retorno financeiro sobre o capital doado. Apenas nos primeiros meses do Jornal Pharol de 1883 foram publicadas listas nominais de pessoas que colaboraram nas seguintes causas: subscrição aberta pelo Jornal Pharol para o auxílio à viúva do engenheiro Alfredo de Barros Vasconcellos (capital realizado: 70\$000)²²⁷ e a subscrição promovida por Francisco Antônio Brandi em favor das vítimas das inundações na Itália (capital realizado: 250\$000)²²⁸.

²²⁷ SMBMMM. Jornal PHAROL, 13 de janeiro de 1883.

²²⁸ SMBMMM. Jornal PHAROL, 15 de março de 1883.

Tabela 12

Subscrição realizada pelo Padre Las-Casas para as obras da Matriz.

Subscritores	Quantia
Quantia já publicada	19:990\$940
Capitão Antônio Manoel Pacheco	200\$000
João Pedro de Mello	100\$000
Felix Schmidt	50\$000
Antônio José Alves Pereira	50\$000
Dr. Marcellino de Assis Tostes	30\$000
Capitão F. Dionysio Fortes de Bustamente	25\$000
Carlos José Duarte	20\$000
João Francisco Alves	20\$000
Marcos Ceuliano Nunes	10\$000
Carlos José Pereira	10\$000
Dr. Pedro Feio	10\$000
Augusto Vial	10\$000
D. Amelia Tostes	5\$000
Total	20:530\$940

FONTE: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Jornal PHAROL, 16 de janeiro de 1883.

Considerando a relativa recorrência das subscrições públicas, esta prática tendeu-se a diminuir de acordo com que as instituições começaram a formalizar a transmissão de recursos através emissão de apólices, títulos, debêntures e outros ativos financeiros. Neste sentido, a subscrições públicas ficaram limitadas a determinados objetivos que estavam mais direcionados à filantropia do que propriamente a um investimento capitalista.

Um dos aspectos que tem sido ressaltado nos trabalhos do historiador Pires²²⁹ é a consolidação do mercado de capitais local, delineado a partir da retenção e reaplicação de recursos financeiros auferidos através da produção cafeeira regional, assim como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho. Dada a existência de oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico, os recursos financeiros acumulados pelas poupanças locais possibilitaram a diversificação de investimentos, onde se destacam aqueles que representam a transferência de capital dos setores superavitários identificados como “tradicionalis” (agrícolas) para os deficitários caracterizados como “modernos” (urbano-industriais).

²²⁹ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

Apesar de os títulos da dívida pública municipal terem sido a principal forma de arrecadação extraordinária da Câmara Municipal, bem como significarem uma alternativa segura para investimento financeiro de natureza capitalista, além de se apresentarem como mais um componente que serviu ao delineamento do mercado financeiro local, torna-se necessário dizer que este mecanismo ainda não foi estudado como um objeto próprio pela historiografia de Juiz de Fora.

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que desempenham o papel de intermediários entre o governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia.²³⁰

Ferguson²³¹, ao analisar a importância da dívida pública, aponta que autores como David Hume, Adam Smith e David Ricardo, pensadores econômicos de orientação liberal, não enxergam com bons olhos tais intervenções do Estado na economia. Segundo o autor, “Adam Smith argumenta em *A riqueza das nações* que o financiamento da dívida pública tende a afugentar o investimento privado e, portanto, a deprimir a formação de capital privado”²³². Sabe-se que em determinadas circunstâncias a iniciativa privada não dá conta de solucionar problemas infraestruturais, seja pela grande quantidade de capital necessário ao investimento ou mesmo pela falta de interesse de aplicar recursos financeiros num investimento arriscado ou pouco lucrativo. Sendo assim, a iniciativa empreendedora do poder público é extremamente necessária em determinadas circunstâncias, segundo Assis Ribeiro:

²³⁰ MARX, Karl. Assim chamada acumulação primitiva. In: _____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 824-825.

²³¹ FERGUSON, Niall. *A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno (1700/200)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

²³² *Idem*. p.163.

Os que condenam os empréstimos públicos, alegando que eles facilitam os gastos supérfluos por parte nos Municípios, e dos Estados e a União; que oneram as gerações futuras em proveito das gerações do presente e que aniquilam as reservas de capitais, lamentavelmente se esquecem de que os empréstimos públicos, quando bem lançados e aplicados, estimulam o espírito de poupança; influem na democratização dos títulos públicos; permitem o povo participar da gestão das coisas públicas; despertam o interesse da coletividade pelos serviços e obras de interesse público ou social e facultam boas aplicações de capital, além de concorrerem para o desenvolvimento econômico da Nação.²³³

Desta maneira, Assis Ribeiro, destaca inúmeros motivos que estimulam o crédito público, são eles: execução de grandes obras e serviços públicos; maior amplitude da seguridade social; aumento das responsabilidades militares; exigências tecnológicas de diversas naturezas; exigência de proteção para a concorrência econômica nos mercados mundiais; ampliação nas redes escolares e universitárias; criação de cargos e funções públicas para a realização de determinados serviços; planos de desenvolvimento da urbanização; variação das receitas em decorrência dos mercados externos e internos; variação do valor da moeda; intervenção do Estado nos campos da iniciativa privada; projetos e planos setoriais e globais que auxiliem a saúde pública; compromisso decorrente de contratos e acordos internacionais; nascimento e desenvolvimento de cidades²³⁴.

No Brasil, o primeiro documento oficial que diz respeito à emissão de títulos da dívida pública da união data de 9 de maio de 1810, trata-se de um alvará que declarava prescritas as antigas dívidas contraídas pelo Governo Central através de papéis emitidos pela Real Fazenda do Rio de Janeiro até o fim 1797.

Eu Príncipe Regente faço saber aos que o presente Alvará virem, que havendo-me representado o Conselho da minha Fazenda em consulta que fêz subir a minha Real Presença que as providências saudáveis que fôra servido decretar nas Cartas Régias de 24 de outubro de 1800 e de 17 de novembro de 1803, a fim de consolidar e amortizar a Dívida antiga, com que se achava gravada nesta Capitania a minha Real Fazenda, não se tinham podido verificar por se não haverem apresentado todos os Credores com os seus Títulos papéis correntes, vulgarmente chamados de Letras, apesar de serem chamados por Editais afixados nesta Côrte, e nas demais Capitais dêste Estado, assinando-se um determinado prazo; resultando desta falta, não só o não saber quanto era o total da Dívida mas também o não poder averiguar-se a sua legalidade e certeza e estabelecer-se os meios de amortizá-la que parecessem mais apropriados a utilidade da minha Real Fazenda, bem do Estado, e ao direto dos Credores dela: e que era conveniente aos fins propostos determinasse a pena de prescrição das Dívidas a todos os que não comparecessem as suas Letras dentro de um espaço de tempo que se deveria

²³³ ASSIS RIBEIRO, Carlos José. *O Crédito Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 8.

²³⁴ *Idem*. p. 10.

aprazar; assim como era de necessidade e utilidade para o meu Real Serviço e para o bom e certo Expediente das habilitações fixar-se uma época certa em que se julgasse compreendidas as letras da Dívida antiga, evitando-se assim dúvidas e arbítrios ao Bem Público e Particular dos meus fiés vassalos. E tendo consideração a todo o referido, hei por bem conformando-me o Parecer da referida consulta ordenar: que tôdas as Dívidas contraídas até o fim do ano 1797 se considerem antigas, como fora assentadas na extinta Junta da Revisão e que tôdas as dívidas desta natureza cujas Letras e Documentos não forem apresentados no Conselho de minha Fazenda para suas respectivas habilitações, dentro do prazo de três anos contados da data do presente Alvará se entenderão prescritas e sem ação os Credores para as pedirem jamais como se não tivessem sido contraídas ou estivessem totalmente pagas.²³⁵

Cabe aqui também destacar que D. Pedro I através da Lei de 15 de novembro de 1827 criou algumas disposições legais sobre a dívida pública, entre elas se destaca o estabelecimento da Caixa de Amortização para o pagamento dos juros e outras responsabilidades geradas a partir das emissões das apólices desta natureza²³⁶. O Código de 1850 também se coloca como um instrumento que age em favor da regulação das atividades econômicas envolvendo os títulos da dívida pública, especialmente sobre o papel dos corretores (Zangões)²³⁷, agentes instrucionais responsáveis pela negociação formal destes ativos financeiros²³⁸. Em 1870, foi discutido pelo Senado os procedimentos legais acerca da conversão dos bens da Igreja para títulos da dívida pública, quando este por algum motivo interessa ao Estado²³⁹.

Existem poucos trabalhos que se dedicam aos estudos acerca do endividamento público de origem extraordinária e também sobre as transações mobiliárias nos mercados financeiros informais encontrados no interior do Brasil. As poucas referências que existem sobre o assunto geralmente abordam as emissões de títulos da dívida pública realizadas pelo Governo Central, principalmente durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) ou são dedicados as suas peculiaridades jurídicas²⁴⁰.

²³⁵ ASSIS RIBEIRO, Carlos José. *O Crédito Público no Brasil. Op. Cit.* p. 44.

²³⁶ Lei de 15 de novembro de 1827. Art. 1º - A Caixa de Amortização, a cujo cargo se acha o serviço inerente ao pagamento dos juros e resgate dos títulos da dívida fundada, a emissão continuará ser administrada por uma junta (...). In: BADIÃO, Habib. *Apólice da dívida pública: questão de moralidade*. S/l: s/e, 2003.

²³⁷ LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. p. 70.

²³⁸ COSTA, Salustiano Orlando de Araujo. *Código commercial do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1886.

²³⁹ SENADO. *A conversão dos bens das ordens regulares em apólices da dívida pública intrasferíveis*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

²⁴⁰ Ver em: GRANZIERA, Rui. *Moeda e crédito no limiar do capitalismo no Brasil: a outra história financeira*. 1976. 276 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – UNICAMP, Campinas, 1976. TANNURI, Luiz Antônio. *O encilhamento*. 1977. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1977. LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*.

Foi o Valle que venceu a guerra do Paraguay!” exclamou um parlamentar, synthetizando, é feição de Silvera Martins, o alicerce principal da economia brasileira que permitira ao Imperio haurir recursos para a terrivel pugna dos cinco annos, devoradora de centenas de milhares de contos”.

E como effeito as guerras só se vencem, no dizer de Moltke, graças a trez factores *geld, geld and geld* o grande esteio do Brasil, o que lhe permitiu conseguir a realização dos empréstimos externos graças, aos quaes se compararam encouraçados forçadores de Humaytá e a artilharia de 24 de Maio e de Lomas Valentinias, o maior sustentáculo do Imperio veio a ser a riqueza provindo de seus cafesaes.²⁴¹

Todavia, a presente pesquisa buscou contribuir para um melhor entendimento do endividamento público municipal realizado através das emissões de ativos financeiros, tema que se mostra praticamente inédito visto a pouca referência sobre o assunto. As emissões de títulos da dívida pública funcionam como forma de complementação orçamentária, em muitos casos utilizados para o financiamento de obras públicas que visam a melhoria material de um determinado lugar. Alguns centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, não apenas lançavam títulos da dívida pública municipal, como os mantinham cotados e negociados regularmente nas Bolsas de Valores²⁴². Entretanto, outros municípios de menor porte também emitiram títulos públicos como forma de adiantamento de sua dotação orçamentária.

O mercado financeiro que se desenvolveu em Juiz de Fora tem como característica singular a falta de uma instituição dedicada exclusivamente à realização das transações financeiras, tal como as Bolsas de Valores, traço que dá contornos informais a este mercado. Contudo, mesmo sem a existência de uma Bolsa pode-se afirmar que o mercado de capitais da cidade estava institucionalizado, através dos bancos e da força da lei representada através do Código Comercial de 1850.

Topik²⁴³, ao analisar o sistema financeiro brasileiro se apoia no discurso apresentado por João Ribeiro²⁴⁴, intitulado *Bancos, memória apresentada ao Congresso Industrial de Minas Gerais*, no qual aponta a ineficiência da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro durante o Império para realizar as atividades relacionadas à concessão de crédito

Op. Cit. TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no Mundo dos Senhores do Café: Franca 1885-1914*. 2006. 263 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 2006. CATAPANI, Márcio Ferro. *O mercado de títulos públicos: desmaterialização e circulação*. 2011. 245 f. Tese (Direito Comercial) – USP, São Paulo, 2011.

²⁴¹ TAUNAY, Affonso de Escagnolle. *História do Café no Brasil*. V.9. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. p. 18.

²⁴² LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. *Op. Cit.* p. 73.

²⁴³ TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 39.

²⁴⁴ João Ribeiro, um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerai, instituição qual foi o primeiro presidente. Fundador do Banco Mercantil do Rio de Janeiro e seu presidente. Diretor do Banco do Brasil. Ministro da Fazenda no Governo Delfim Neto.

no país. Entretanto, para o período republicano, constatamos uma variedade de transações conduzidas no interior desta instituição, onde eram negociados títulos, ações e debêntures, letras hipotecárias do crédito real²⁴⁵. Estes negócios eram referentes aos bancos, companhias de estradas de ferro, transportes e navegações, companhias de ferro carris, companhias de fiação e tecidos, companhias de seguros [Tabela 13].

Tabela 13

Títulos e apólices emitidos com a finalidade de promover melhorias materiais.

Ano	Apólices / Títulos	Capital	Juros	Lugar
1885	Apólice da Dívida Pública Municipal de Juiz de Fora	200\$000	8%	Juiz de Fora - MG
1888	Apólice da Dívida Pública Municipal de Juiz de Fora	200\$000	6%	Juiz de Fora - MG
1889	Apólice da Dívida Pública da Intendência Municipal de São José do Norte	200\$000	9%	Rio Grande do Sul - RS
1893	Apólice da Dívida Pública Municipal de Juiz de Fora	200\$000	7%	Juiz de Fora
1898	Apólice da Dívida Pública do Estado do Rio de Janeiro	500\$000	6%	Rio de Janeiro
1902	Apólice da Dívida Pública da República dos Estados Unidos do Brasil	1:000\$000	5%	Brasil
1903	Apólice do Empréstimo para obra do Porto	1:000\$000	5%	Rio de Janeiro - RJ
1914	Apólice do Empréstimo interno do município de Belém	100\$000 e 200\$000	5%	Belém - PA
1913	Apólice da Dívida Pública do Estado do Piauí	50\$000	7%	Piauí
1917	Apólice da Dívida Pública da Intendência Municipal de Rio Grande	500\$000	4,5%	Rio Grande do Sul - RS
s/d	Apólice da Dívida Pública da Província do Rio de Janeiro	500\$000	5%	Rio de Janeiro
1923	Título Bolsa Oficial de Café de Santos	1:000\$000	7%	Santos - SP

FONTE: Mercado Livre. Disponível em: <<http://lista.mercadolivre.com.br/ap%C3%B3lice>>. Acesso em: 22 de fev. de 2013. Tabulação própria.

As apólices da dívida pública são ativos financeiros que circulam no mercado de capitais, tanto primário quanto secundário. O mercado primário é definido segundo sua

²⁴⁵ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estático do Brasil: 1939-1940*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística. 1940. pp. 372-375.

função dentro do sistema financeiro, ou seja, é responsável por organizar as operações com títulos em fase de lançamento para efeito de subscrição pública, portanto, as operações não precisam de um local específico para se realizar, por isso, o mercado primário é também conhecido como *mercado de balcão*²⁴⁶. O mercado secundário é o nome que se dá a fase posterior à do mercado primário, quando as transações envolvendo ativos financeiros devem ser obrigatoriamente realizadas na Bolsa de Valores²⁴⁷.

Neste sentido, o *locus* em que se estabelecem as atividades financeiras torna-se um importante no conjunto desta pesquisa, por definir a natureza da circulação das apólices dos títulos da dívida pública e das poupanças locais, assim como apontado no segundo capítulo ao tratarmos sobre *marketplace* e Praça do Comércio. No que tange à teoria da História Econômica, existe a possibilidade de interpretação destes locais a partir das ferramentas criadas pela antropologia econômica, que segundo Polanyi²⁴⁸, seria junção da História com a Antropologia, que resultaria numa análise preocupada em revelar os problemas que surgiriam a partir da interação humana num determinado espaço físico, ou seja, o mercado. Ao dimensionar fisicamente as características do local onde ocorrem as trocas, o mercado perde seu caráter abstrato (exclusivamente institucional) e se transforma num lugar, cujas relações de troca estariam sujeitas aos elementos de ordem não econômica, tais como: parentes, nascimento, casamento, religião entre outros componentes que fornecem certa complexidade a tais atividades²⁴⁹.

Neste sentido, acreditar que as relações de troca seguem fundamentalmente as leis de oferta e demanda, conduziria a uma abordagem estritamente econômica, pela qual os mercados (principalmente o de capitais) só existem em economias capitalistas em que há mercados formais. De outro modo, se trata de uma visão reducionista que despreza toda a subjetividade humana implícita nas relações pessoais que levam à manifestação objetiva do fato econômico²⁵⁰.

²⁴⁶ E para o mercado primário, ocorrido na região na Zona da Mata mineira Café, finanças e indústria.

²⁴⁷ Para o leitor que busca aprofundar-se nas questões históricas que envolvem a formação do mercado financeiro secundário indicamos consultar História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

²⁴⁸ GODELIER, Maurice. Presentación. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. pp. 9-37.

²⁴⁹ CARRIER, James G. (org.). *A handbook of economic anthropology*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005. pp. 1-9.

²⁵⁰ E é da soma, conjugação e composição de tais ações individuais que resultam os “fatos”. Não é possível por isso isolar a esfera objetiva da subjetiva. Qualquer indivíduo, pela simples circunstância de constituir um ser pensante, estará agindo e contribuindo assim para o fato econômico de que participa, com seu pensamento. In: PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 19.

O historiador Ginzburg em seu texto – *Tolerância e comércio*²⁵¹ – apresenta uma interessante observação realizada pelo francês Voltaire, pouco antes de 1734, onde o filósofo tece algumas observações interessantes acerca da Bolsa de Valores de Londres, que na época se colocava no cenário internacional como o principal mercado de capitais do mundo, responsável pelas negociações de inúmeras mercadorias dentro do sistema mundial²⁵².

Entre na Bolsa de Londres, esse lugar mais respeitável que muitas cortes; verão reunidos ai os deputados de todas as nações para utilidade dos homens. Lá, o judeu, o maometano, e o cristão tratam um com o outro como se fossem da mesma religião e só chamam de infiel quem vai à bancarrota; lá o presbiteriano confia no anabatista e o anglicano aceita a promessa de quaker. Ao saírem dessas reuniões pacíficas e livres, uns vão para sinagoga, outros vão beber; este vai se fazer batizar numa grande pia em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; aquele faz cortarem o prepúcio do filho e murmurarem sobre o menino palavras hebraicas que não entende; aqueles outros vão a igreja esperar a inspiração divina, com o chapéu na cabeça, e todos estão contentes.²⁵³

No trecho acima Voltarie apresenta a Bolsa de Valores de Londres como uma instituição extremamente respeitada que, por excelência, é o espaço dedicado às negociações capitalistas. Neste sentido, as convicções pessoais, especialmente religiosas, são suprimidas em favor do pleno desenvolvimento dos negócios financeiros, para Ginzburg “*a racionalidade e a globalidade do mercado financeiro foram contrapostas ao fanatismo sectário dos fundamentalismos religiosos*”²⁵⁴.

O historiador americano Sobel chama a atenção para a organização das atividades financeiras em locais públicos, principalmente nos cafés (Coffee-Houses), ainda na primeira metade do século XVIII. Em seu livro, *Wall Street: a História da Bolsa de Valores de New York*, ele descreve que eram estes locais os preferidos dos corretores para realizarem suas transações. Estes espaços foram comuns tanto na Europa, a exemplo da casa inglesa *Jonathan’s Coffee-House* onde se destaca “*um anúncio da época que dizia o seguinte: John Taylor, em seu escritório ao lado do Café do Jonathan no Beco Exchange, compra e vende Novos Bilhetes de Loteria, Bilhetes em Branco, Notas da Marinha, e de Vitualhas, Títulos das Índias Orientais e outros Títulos*

²⁵¹ GINZBURG, Carlos. *Tolerância e comércio*. In: *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁵² BAGEHOT, Walter. *Lombard Street: el mercado monetario de Londres*. México: Fondo de Cultura Economica, 1968.

²⁵³ GINZBURG, Carlos. *O fio e os rastros*. Op. Cit.

²⁵⁴ *Idem*. p. 135.

Públicos”²⁵⁵, quanto na América, principalmente nos Estados Unidos, onde se pode destacar a *Tontine’s Coffee-House* que anos mais tarde viria se torna a famosa Bolsa de Valores de New York²⁵⁶.

Retornando as especificidades do objeto em questão, podemos afirmar que as atividades financeiras que ocorram em Juiz de Fora, a partir de meados do século XIX, têm como característica singular a ausência de uma instituição dedicada exclusivamente à realização das transações financeiras, o que define este mercado como primário. Entretanto, isso não inviabiliza o funcionamento do mercado de capitais na cidade, pois estas transações ocorriam em escritórios de negócios, nos Bancos e mesmo na Câmara Municipal, no caso específico dos títulos públicos de Juiz de Fora²⁵⁷.

Alguns elementos documentais nos permitem determos os pontos de encontro onde o mercado se materializava, ou seja, o espaço físico estes negócios eram realizados. Um anúncio publicado no Jornal do Comércio em 19 de fevereiro de 1911 dizia que o “*escritório de negócios de Manoel L. Couto Silva, rua direita, n° 120 – intermediário para compra e venda de letras, hipotecas, ações de todos os bancos e companhias, casas, terrenos, fazendas, liquidações amigáveis e judiciais, inventários, etc.*”²⁵⁸. Os comprovantes de pagamento de juro referentes aos títulos municipais também apresentam carimbos e timbres que permitem identificar onde eram realizadas estas transações, neste caso, elas aconteceram na Câmara e posteriormente no Banco de Crédito Real de Minas de Gerais [Imagem 09 e Imagem 10].

²⁵⁵ SOBEL, Robert. *Wall Strett: a história da Bolsa de New York. Op. Cit.* p. 24.

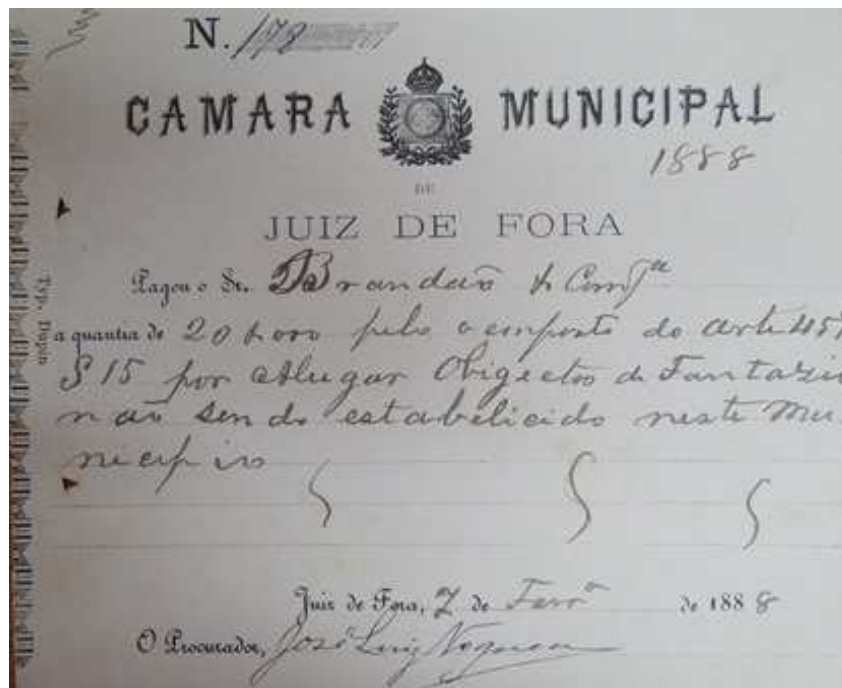
²⁵⁶ GEISST, Charles R. *Wall Strett: a history.* New York: Oxford, 1997. p. 16.

²⁵⁷ Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal - Império. Série: 77 Caixa: 17.

²⁵⁸ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria. Op. Cit.* p. 336.

Imagem 09

Pagamento de juro pago na Câmara Municipal,
referente à subscrição de 1888.



FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal - Império. Série: 77 Caixa: 17.

Imagem 10

Pagamento de juro pago no Banco de Crédito Real de Minas Gerais,
referente à subscrição de 1893.



FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República. Série: 14 - 21/1 Caixa: 01.

Neste sentido, tentando contrapor uma visão excessivamente centralizadora dos estudos sobre os lançamentos de títulos públicos, trazemos à tona a discussão sobre a formação dos mercados de capitais no interior do país. Assim, colocamos mais um componente da formação dos circuitos financeiros locais ao tentarmos valorizar os aspectos regionais e locais da história financeira do país, demonstrando a existência de um circuito financeiro local responsável não só pelo conhecido processo de industrialização do município, como também de toda dinâmica de urbanização que o circundou.

Neste sentido, tomamos para nossas análises a emissões dos títulos da dívida pública municipal, mecanismo financeiro responsável pela provisão de recursos extraordinários, ou seja, aquele que não se origina a partir da cobrança ordinária de impostos. O primeiro registro de movimentação financeira no orçamento ordinário da cidade para o pagamento de obrigações com os subscritores da dívida pública municipal está listado nas despesas municipais como pagamento de prêmio²⁵⁹. Esta rubrica aparece pela primeira vez em 11 de junho de 1863 e se estende até 13 de março de 1865, ao que tudo indica foram pagos aos investidores 8% ao ano, entretanto não foram encontradas apólices deste lançamento. Este empréstimo público realizou um capital de 11: 873\$989 que foi administrado em conta especial controlada pelo vereador Dr. João Nogueira Penido.

A Câmara municipal de Juiz de Fora também realizou a subscrição de títulos da dívida municipal em algumas oportunidades, quase todos referentes à construção de obras públicas ou melhorias materiais da cidade, com as características típicas que envolvem os lançamentos de títulos de dívida pública: longo prazo, negociabilidade e juros fixos, para o que nos interessa de mais imediato. O investimento capitalista em títulos financeiros dos mais variados tipos é uma prática econômica moderna, embora os títulos públicos sejam especialmente vistos como “tradicional”, dada a sua natureza de remuneração fixa e baixo risco.

Os títulos públicos sejam eles municipais, estaduais ou federais, se configuram com uma opção mais segura para a diversificação de investimentos e composição de *portfólios*²⁶⁰. Considerando os dados levantados, os títulos públicos de Juiz de Fora estão presentes de forma relativamente regular no patrimônio de fazendeiros de café

²⁵⁹ O documento apresenta duas colunas uma destinada às entradas de capital (crédito) e outras com os pagamentos das obrigações, prêmios (débito). In: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal - Império. Série: 77 Caixa: 17.

²⁶⁰ COSTA, Fernando Nogueira. *Economia monetária e financeira*. São Paulo: MAKRON books, 1999.

(entre outros) na devida proporção, conjuntamente com outros ativos financeiros, quase todos indicando a presença de um mercado financeiro local e a transferência intersetorial de recursos.²⁶¹

Caso semelhante foi detectado por Miranda, que em seu trabalho indica uma subscrição realizada pela Câmara de Juiz de Fora em 1870. Curiosamente, a autora afirma que tal lançamento foi realizado a juro de 0%²⁶², todavia, só achamos esta referência em fontes secundárias, já que em nossas pesquisas nos arquivos da cidade não conseguimos identificar a origem da referência.

Em 1870 obtém um empréstimo com emissão de títulos de dívida pública, sem juros, resgatáveis em sete anos, adquiridos por comerciantes, fazendeiros e industriais locais. O fato de ser um empréstimo sem juros indica bem o caráter dos interesses privados em tais investimentos. Por outro lado, as obras ainda que realizadas pela Câmara Municipal que envolveram propriedades territoriais não sofrem a princípio grandes dificuldades em sua realização graças ao mecanismo de DOAÇÃO de terrenos à Municipalidade com objetivo de abrir ruas.²⁶³

O poder executivo de Juiz de Fora através da Lei provincial nº 3005 de 7 de novembro de 1882 e Resolução da Câmara Municipal de 31 de agosto de 1884, aprovaram a emissão de títulos da dívida municipal, inclusive estabelecendo o pagamento de juro de 8% ao ano, conforme descrito na própria apólice. A partir de listas nominais elaboradas pelo Secretário responsável por administrar o lançamento, foi possível não somente identificar os investidores que adquiriram tais ativos financeiros emitidos pela Câmara, mas também qualificá-los [Tabela 14].

Sendo assim é possível afirmar que 60,27% do capital realizado com o lançamento se originam dos investimentos feitos por cafeicultores locais, que em valores absolutos teriam repassado à Câmara Municipal 61:600\$000 através de suas aplicações de capital. Entre os 60 subscritores das apólices da dívida pública de Juiz de Fora 15 deles exerceram algum tipo de cargo público, sendo o cargo de vereador o mais recorrente entre eles. Além disso, podemos observar que 10 destes investidores são mulheres, que somadas às quantias de seus investimentos chegam a cifra de 10:400\$000.

²⁶¹ PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*. Op. Cit. pp. 358-361

²⁶² Quando a este lançamento não foram encontrados os documentos, que pela lógica deveriam estar juntos com as demais fontes organizadas pelo Arquivo da Câmara Municipal de Juiz de Fora sobre o assunto. Sendo assim, impedido nos aprofundarmos nas suas especificidades deste lançamento. Logo, sugerimos a leitura do trabalho.

²⁶³ MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder*. Op. Cit. p. 103.

Tabela 14

Relação nominal dos subscritores do lançamento de títulos da dívida pública de 1885.

Nº	Subscritores	Número de apólices adquiridas	Capital	Atividade econômica	Atividade política	Descrição
01	Dr. João D' Ávila	10	2:000\$000	Cafeicultura	Vereador	Médico, Vereador (1887-1889), Presidente de Câmara (1902-1904).
02	Dr. Necezio Jose Tavares	5	1: 000\$000	Cafeicultura	Deputado Federal	Médico, Vereador (1884-1896), Deputado Federal.
03	Oscar de Andrade e Sousa	6	1:200\$000			
04	Dona Maria do Vale Amado e Sousa	2	400\$000	Cafeicultura		Mulher.
05	Dona Maria Rita d' Gouvêa Valle Amado	4	800\$000	Lavradora		Mulher.
06	José do Valle Amado	1	200\$000			
07	Fortunato Gonçalves de Gouvêa	2	400\$000			
08	Padre João Baptista de Sousa Roussin	5	1: 000\$000		Vereador	Padre, Vereador (1865-1874).
09	Marcellino Bretas Pereira Andrade	20	4:000\$000	Cafeicultura		
10	Dona Maria Flora Horta	5	1: 000\$000	Investidora acionária		Mulher.
11	Olympio Pereira da Silva	1	200\$000			
12	Pedro Luís Rodrigues Horta Jr.	5	1: 000\$000	Cafeicultor / Investidor		
13	Antônio Rodrigues Brant Horta	5	1: 000\$000	Cafeicultura		
14	Francisco Eugenio Brant Horta	5	1: 000\$000	Cafeicultura		
15	Antônio Pinto Pereira	10	2:000\$000			
16	João Thomas Alves	1	200\$000	Profissional liberal		Dentista.
17	José Marques da Cruz	6	1:200\$00			
18	Dona Henriqueta Júlia Braga	5	1: 000\$000			Mulher.
19	Dona Maria Luísa Braga	3	600\$000			Mulher.
20	Dona Emília Augusta Braga	2	400\$000			Mulher.
21	Antero Jose Lage Barbosa	20	4:000\$000	Cafeicultura	Vereador	Advogado, Presidente da Câmara Municipal (1865-1868).
22	Manoel Jose Pereira da Silva	5	1: 000\$000	Lavrador / Investidor acionário	Vereador	Comendador, Vereador (1881-1884), Tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia.
23	João Coelho Dias	10	2:000\$000			
24	Charles Henry Williams	5	1: 000\$000			
25	Dr. Agostinho Correa	5	1: 000\$000			
26	José Joaquim Monteiro da Silva	20	4:000\$000	Cafeicultura	Presidente do Estado de Minas Gerais	Barão de Santa Helena, Cafeicultor, Vereador (1860-1864), Presidente da Câmara Municipal (1881-1887), Senador, Presidente do Estado de Minas Gerais.
27	Dr. Eugenio Teixeira Leite	20	4:000\$000	Cafeicultura		Cafeicultor, Advogado, Investidor Imobiliário/Financeiro/Acionista.

28	Manoel Agostinho Fortunato Monteiro da Silva	5	1: 000\$000	Cafeicultura		
29	Joaquim Coelho Dias	20	4:000\$000			
30	José Coelho Dias	20	4:000\$000			
31	Dr. Ernesto de Andrade Braga	3	600\$000		Vereador	Vereador (1884-1889).
32	Dona Maria Victoria Raposo	1	200\$000			Mulher.
33	Hugo de Andrade Braga	1	200\$000	Cafeicultura		
34	Bernardo Pedro Ferreira	5	1: 000\$000	Lavrador		
35	Evaristo Augusto Botelho	5	1: 000\$000	Capitalista		
36	Dona Maria Olinta Soares Gouvêa	2	400\$000			Mulher.
37	Bernardino da Silva Leal	10	2:000\$000			
38	Francisco Pedro Monteiro da Silva	10	2:000\$000	Cafeicultura		
39	Carlos José Ribeiro	10	2:000\$000	Cafeicultura		Gênero da Baronesa de Juiz de Fora.
40	José Ribeiro de Resende	104	20:800\$000	Cafeicultura	Vereador	Barão de Juiz de Fora, Vereador e primeiro Presidente da Câmara Municipal (1853-1856).
41	Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva	5	1: 000\$000	Profissional liberal	Deputado Federal	Advogado, Deputado Federal, Presidente da Câmara (1892-1894).
42	Manoel José Pereira da Silva	2	400\$000	Lavrador / Investidor acionário	Vereador	Idem 22.
42	Francisco Mariano Halfeld	5	1: 000\$000	Cafeicultura		Secretário de Obras do Estado de MG (1857).
44	Antônio de Campos Henrique Halfeld	6	1:200\$000	Cafeicultura		
45	Etelvino Tostes	1	200\$000	Lavrador		
46	Severino José Henrique	3	600\$000			
47	Dr. João Ribeiro Mendes	10	2:000\$000	Profissional liberal	Vereador	Advogado, Jurista, Conselheiro do Império, Vereador (1869-1880/1884-1886), Diretor do Banco de Crédito Real.
48	Francisco Ferreira Assis Fonseca	5	1: 000\$000	Cafeicultura / Industrial	Vereador	Comendador, Industrial, Engenheiro Mecânico, Vereador (1887-1889).
49	Asarias José de Andrade	5	1: 000\$000	Cafeicultura / Investidor acionário		Fazendeiro, Investidor Imobiliário/Financeiro.
50	Eusebio Rangel	5	1: 000\$000			
51	Coronel João José Vieira	10	2:000\$000	Profissional liberal.		Advogado.
52	Dona Carolina de Assis Izabel Campos	25	5:000\$000	Cafeicultura		Mulher.
53	Dr. João Nogueira Penido	5	1: 000\$000	Profissional liberal	Deputado Federal	Médico, Vereador (1857-1864/1877-1880), Presidente da Câmara, Deputado Federal.
54	Otony Tristão	3	600\$000	Profissional liberal	Vereador	Cirurgião Dentista, Professor na antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, Vereador (1898-1900).
55	Dona Malvina Tristão	3	600\$000	Pecuária		Mulher.
56	Alencar Tristão	2	400\$000	Pecuária/capitalista		Pecuarista, Investidor Imobiliário/Financeiro/Industrial (cerâmica).
57	Cicero Tristão	2	400\$000	Profissional liberal		Médico.
58	Francisco Eugenio de Resende	10	2:000\$000	Cafeicultura	Vereador	Diretor da CME, Vereador (1881-1884).

59	Joaquim Monteiro de Resende	10	2:000\$000	Cafeicultora		Fazendeiro.
60	Julio Pereira de Andrade	15	2:000\$000	Investidor acionário		
	TOTAL	511	102:200\$000			

FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – Império. Série: 77 Caixa: 17.

Esta tabela foi organizada com base no cruzamento de fontes, quais sejam: listas nominais feitas pela Secretaria da Câmara municipal da cidade de Juiz de Fora, que apresentam a quantidade de apólices adquiridas por cada investidor; balanços dos pagamentos de juros entre realizados até 1º de outubro de 1885; e fontes secundárias que permitiram qualificar os indivíduos.

O lançamento de títulos da dívida pública subsequente se deu através da Lei provincial nº 3542 de 5 de outubro de 1887 e Resolução da Câmara Municipal de 6 de dezembro de 1887, que aprovava a realização de outra subscrição de títulos municipais para o ano de 1888. O capital realizado com esta emissão deveria ser destinado às obras de assentamento de passeios e calçamento das ruas da cidade, dentre as intervenções realizadas com o capital auferido se destaca o prolongamento da Rua São João Nepomuceno até a Rua 15 de novembro (Avenida Getúlio Vargas).

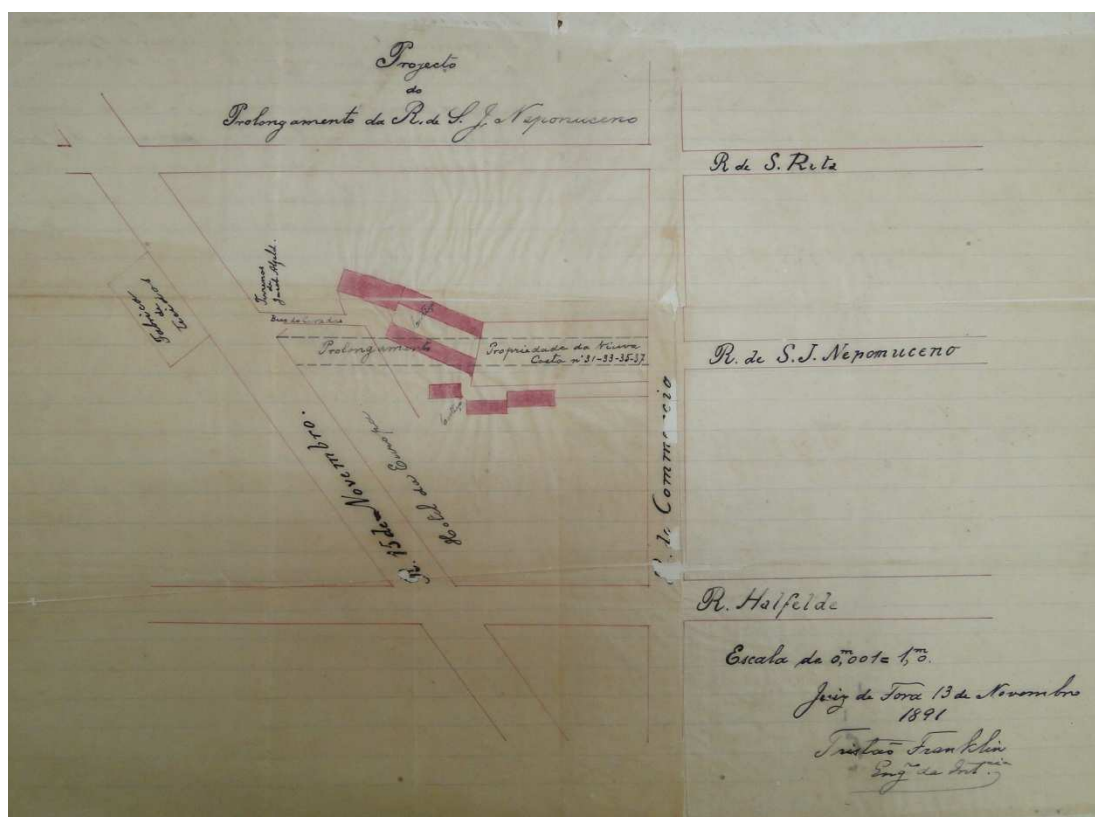
O prolongamento da rua S. João Nepomuceno, abrange exactamente o centro do Cortiço, que uma vez decretado, contribuirá para o desaparecimento das senzalas onde moram sentenas de pessoas, que alli se abrigam pela economia de alugues caros de melhores vivendas. Seus moradores vivem acabrunhados, oprimidos e apertados, pelo numero excessivo em que se acham. Vê-se-lhes no rosto o aspecto macilento, pallido, descorado, com olhos sem brilho, alem de cobardes sem coragem para o trabalho, timoratos e poltrões, acabrunhados e emprestaveis para qualquer tipo de missão: resultado do ar mephitico, viciado que respiram. (...) Continuar tal habitação no centro de uma cidade tão adiantada e prospera, como Juiz de Fora, é concorrer para um mal phisico e moral.²⁶⁴

Estas palavras foram ditas, em 13 de novembro de 1891, pelo engenheiro Tristão Franklin quando solicitou o melhoramento do centro da cidade de Juiz de Fora, inclusive colocando-se à disposição da Câmara para fazer o levantamento das despesas referentes a tal intervenção e sugerindo um projeto para obra [Imagem 11].

²⁶⁴ Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República Velha. Série: 53-57 Caixa: 76.

Imagem 11

Projeto do prolongamento da Rua São João Nepomuceno,
pelo engenheiro Tristão Franklin em 1891.



FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República. Série: 53-57 Caixa: 76.

Segundo o regulamento da emissão de 1888²⁶⁵, a Câmara Municipal de Juiz de Fora autorizou o endividamento público através do lançamento de títulos municipais de até 80:000\$000, que se daria em duas séries de 40:000\$000, cuja alavancagem de capital extraordinário serviria apenas para os fins descritos no contrato, logo, estes recursos ficavam impedidos de serem aplicados a outros propósitos, por mais urgente que fossem.

O registro nominal dos compradores bem como a escrituração do empréstimo [Tabela 15], a averbação e o movimento destas operações, ficariam a cargo do Secretario, que seria também responsável por lançar os pagamentos dos respectivos juros e a amortização das apólices sorteadas, que seriam recolhidas pela Câmara na proporção de um décimo dos ativos em circulação ou 10:000\$000 conforme o desejo do Presidente da Câmara e o Secretario.

²⁶⁵ O regulamento está no verso da apólice emitida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Além disso, o prazo de resgate destes títulos se daria ao longo de 8 anos, rendendo juro de 6% sobre o valor de 200\$000 o que representa um ganho de 12\$000 por apólice, pagos no dia 2 de janeiro de cada ano. Todavia, os possuidores destes ativos financeiros não teriam direito ao recebimento do juro caso não entregassem os títulos sorteados no tempo marcado pela instituição.

Tabela 15

Relação nominal dos subscritores do lançamento de títulos da dívida pública de 1888.

Nº	Subscritores	Número de apólices adquiridas	Capital	Atividade econômica	Atividade política	Descrição
01	Dona Constança Vidal Barboza Lage	8	1:600\$000	Cafeicultura		Mulher.
02	Antônio Augusto de Andrade Santos	4	800\$000			
03	Eugenio Fontainha	7	1:400\$00	Capitalista / Investidor Imobiliário		Comendador, Concessionário da Loteria Municipal em 1891.
04	Dr. Francisco Isidoro Barboza Lage	1	200\$000	Cafeicultor		
05	Joaquim Coelho Dias	9	1:800\$000			
06	Dona Maria Victoria da Silva	2	400\$000			Mulher.
07	Francisco Eugenio de Rezende	1	200\$000	Cafeicultura	Vereador	Filho do Barão de Juiz de Fora, Diretor da Comp. Mineira de Eletricidade, Vereador (1881-1884).
08	Domingos Antônio Teixeira	6	1:200\$000			
09	Dona Constança Vidal Barboza Lage	4	800\$000	Cafeicultura		Mulher.
10	Bernardo de Castro	6	1:200\$000	Industrial		
11	Augusto de Castro	8	1:600\$000	Profissional Liberal		
12	David Moretzsolm	43	8:600\$000	Capitalista		
13	Banco Territorial e Mercantil de Minas	14	2:800\$000			Instituição Bancária.
14	Dona Clara de Castro	4	800\$000			Mulher.
15	Francisco Mariano Halfeld	11	2:200\$000	Cafeicultura		Cafeicultor, Secretário de Obras do Estado de MG (1857).
16	Alexandre Levy	18	3:600\$000	Capitalista		
17	Christino Andrade	5	1:000\$000			
18	Isidorro Levy	2	400\$000			
	Total	153	30:600\$000			

FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – Império. Série: 77 Caixa: 17.

O lançamento de 1888 foi responsável por gerar uma receita extraordinária de 36:600\$000 para os cofres do município através da subscrição de 153 apólices da dívida pública municipal. O valor realizado ficou bem abaixo do esperado pela Câmara que

estimava 80:000\$000, conforme descrito a cima. A qualificação dos dados dos possuidores destas apólices demonstra uma baixa participação dos cafeicultores, pois, se comparada com o lançamento de 1885 se nota que juntos, com base nos nomes identificados, foram responsáveis por modestos 16,33% do capital levantado. Tal fato nos induz a levantar a hipótese sobre a relação da retração dos investimentos de cafeicultura com o advento da abolição. Todavia, o capital vindos de investidores capitalistas tem um significativo aumento, representando 44,44% do total realizado, somente o investimento de David Moretzsolm, um capitalista da cidade, comprou 43 apólices investindo um capital de 8:600\$000. Além disso, destacamos o aparecimento de uma instituição entre os subscritores, o Banco Territorial e Mercantil de Minas, cuja participação representou 9,15% do capital alavancado pelo empréstimo.

3.1. Subscrição dos Títulos da Dívida Pública de Juiz de Fora de 1893 e o Plano Howyan.

Neste momento discutimos algumas questões pertinentes à emissão de títulos da dívida pública do município promovida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, no ano de 1893²⁶⁶. Segundo a literatura econômica, este lançamento pode ser entendido como *funding loan*, ou seja, um relançamento das dívidas antigas contraídas através de outras emissões de títulos que antecederam esta subscrição. Dentre todos os lançamentos realizados pela Câmara de Juiz de Fora ao longo do século XIX, a subscrição de 1893 é a mais bem documentada, o que nos permite fazer uma análise mais aprofundada não só sobre suas dimensões financeiras, mas também do destino dos recursos alavancados. Além disso, foi possível apresentar os benefícios sociais e individuais que a circulação destes ativos gerou na economia local, o que será abordado adiante.

As investigações se desdobram numa análise da administração municipal de Juiz de Fora entre o período de 1892 a 1894. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram estudadas as resoluções da Câmara Municipal, a fim de compreender as motivações do poder executivo local em lançar mão deste artifício financeiro, e também foram levantadas as listas nominais de subscritores da dívida pública de 1893, cujo documento

²⁶⁶ A resolução da Câmara Municipal sobre o empréstimo municipal data de 13 de outubro de 1892, mas as vendas das apólices começam somente no ano seguinte. Desta maneira, nosso trabalho se alinha com a percepção historiografia tradicional local que se refere ao episódio como subscrição de 1893.

permite identificar os investidores que aplicaram parte de suas poupanças em títulos públicos municipais.

Conforme abordado anteriormente, segundo Giroletti²⁶⁷, as três últimas décadas do século XIX foram marcadas por um intenso desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, fenômeno entendido por Pires como um efeito em cadeia fundamentado na inversão de capital proveniente da produção cafeeira²⁶⁸. Desta maneira, a concentração de unidades fabris, bem como o crescimento demográfico, incitou a organização de uma infraestrutura urbana que, inevitavelmente, acabou gerando custos à Câmara Municipal. Apesar de a cidade deter a maior arrecadação ordinária de Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX, estes recursos se mostravam insuficientes para a realização de determinadas obras públicas, principalmente aquelas direcionadas à prestação de serviços relativos à distribuição de água, captação de esgoto e águas pluviais sugeridas pelo Plano Howyan.

Este projeto é visto como o primeiro plano diretor da cidade de Juiz de Fora, cuja supervisão técnica ficou a cargo do Diretor de Obras Públicas Municipais Gregório Howyan, ex-aluno da École des Ponts et Chaussées de France que, em 1891, tinha sido convidado para integrar a comissão de técnicos que iria escolher o local da nova capital do Estado de Minas Gerais²⁶⁹. O projeto orçado em 1.960:000\$000 foi conduzido por Gregório Howyan com o auxílio e orientação sanitária de uma comissão designada pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora²⁷⁰ [Tabela 16].

²⁶⁷ GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

²⁶⁸ PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*. *Op. Cit.*

²⁶⁹ FILHO, José Procópio. Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana. Juiz de Fora: s/e, 1979. p. 137.

²⁷⁰ Faziam parte desta comissão: Doutores Francisco de Paula Bicalho, José Freire de Parreiras Horta, Alberto de Parreiras Horta e de médicos distintos como os Doutores Eduardo de Menezes, Ambrósio Vieira Braga e José Monteiro da Silva. *In: HOWYAN, Gregório. Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora. Op. Cit.* p. 27.

Tabela 16

Amostragem das despesas do Plano Howyan.

Serviço	Custo
Canalização	610:000\$000
Terraplenagem e alguns calçamentos	500:000\$000
Canal de cintura	50:000\$000
Água	400:000\$000
Rio	400:000\$000
Total (estimado)	1.960:000\$000

FONTE: HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação dos rios e drenagem*. FUNALFA: Juiz de Fora, 2004. p. 155.

A forma encontrada pelos vereadores da cidade para financiar o Plano Howyan foi a realização de outro lançamento de títulos da dívida pública municipal, captando recursos necessários à execução das obras no mercado financeiro local. A resolução nº 84 de 13 de outubro de 1892, autorizava o presidente da Câmara a lançar um empréstimo até a quantia de 2.000:000\$000, para ser investido no saneamento da cidade²⁷¹. Desta maneira, foram impressas 10.000 apólices no valor de 200\$000 cada, sobre as quais renderiam 7% de juros ao ano, pagos semestralmente ao portador, cujo prazo de resgate total das apólices seria de 28 anos, começando a contar de primeiro de janeiro de 1894, sendo que a instituição emissora reservava o direito de recolher estes ativos financeiros a qualquer momento que julgasse pertinente.

No orçamento da Câmara de Municipal estava previsto o pagamento de juros e amortização da dívida contraída através do empréstimo municipal de 1893, cuja quitação era vista como prioridade [Tabela 17]. As garantias dadas pela Câmara aos seus credores foram anunciadas publicamente na própria resolução nº 84 de 13 de outubro de 1892. Neste documento a instituição se comprometia a destinar a quantia de 165:000\$000 da sua receita anual para o cumprimento das obrigações financeiras adquiridas com a emissão de títulos da dívida pública de 1893²⁷². Os recursos públicos para o pagamento desta obrigação teriam origem da receita ordinária, neste sentido a

²⁷¹ JUIZ DE FORA, Câmara Municipal. *Resoluções (1892, 1893 e 1894)*. Juiz de Fora: Typographia Americana, 1896. p. 95-97.

²⁷² *Idem*. p. 95.

Câmara Municipal deu como garantia o capital levantado com a cobrança dos impostos prediais e de transição de propriedade²⁷³.

Segundo o orçamento publicado pela Câmara Municipal para o exercício de 1891-1892 o gasto com o pagamento de Juros e Amortização da dívida pública municipal consumia 13,25% da receita do município. No ano seguinte devido o *funding loan* promovido pela instituição para possibilitar a emissão dos títulos da dívida pública municipal de 1893 esta rubrica passou a consumir 42,50% da receita de Juiz de Fora. Nos dois orçamentos seguintes este gasto consumiria 32,35% da receita com as obrigações financeiras da subscrição de 1893 [Tabela 17]. Segundo as disposições legais da época, a cidade de Juiz de Fora não poderia emitir nenhum outro lançamento de títulos municipais até que uma parte significativa deste empréstimo fosse quitada pelo poder público, reequilibrando os gastos municipais²⁷⁴.

Tabela 17

Orçamento da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1892-1894)

Ano	Arrecadação	Despesas	Despesas discriminadas		Consumo dos Juros e Amortização, da arrecadação
			Construção e Reparo de Obras Públicas	Juros e Amortização	
1892	200:000\$000	206:000\$000	24:100\$000	26:500\$000	13,25%
1893	400:000\$000	393:850\$000	45:000\$000	170:000\$000	42,50%
1894	500:000\$000	510:000\$000	53:800\$000	165:000\$000	32,35%
1895	500:000\$000	498:000\$000	-----	165:000\$000	32,35%

FONTE: JUIZ DE FORA, Câmara Municipal. *Resoluções (1892, 1893 e 1894)*. Juiz de Fora: Typographia Americana, 1896.

Segundo o orçamento municipal apresentado na resolução nº 2 de 14 de maio 1892, a Câmara de Juiz de Fora esperava arrecadar 200:000\$000 através do recolhimento de impostos cobrados da comunidade, já as despesas somavam a quantia de 206:000\$000. Deste montante gasto pela administração local 25:100\$000 seriam destinados à rubrica Construção e Reparo de Obras Públicas, enquanto a verba

²⁷³ Art. nº 76 “É da exclusiva competencia das municipalidades decretar e arrecadar os imposto sobre os immoveis ruraes e urbanos de industria e profissões”. Isto significa que o município estava fazendo uso da sua autonomia administrativa e financeira permitida pela República. *In: GUIMARAES, Heitor (org.). Almanach de Juiz de Fora para 1898*. Juiz de Fora: Typografia Mattoso, 1898.

²⁷⁴ Art. nº 79: Em seus orçamentos as camara municipaes consignarão os fundos necesarios para a amortização e juros de emprestimos que contrahirem”- “unico: não serão contrahidos novos emprestimos, quanto o encargo dos existentes consumir a quarta parte da renda municipal”. *In: GUIMARAES, Heitor (org.). Almanach de Juiz de Fora para 1898*. Juiz de Fora: Typografia Mattoso, 1898.

direcionada ao pagamento de Juros e Amortização dos empréstimos públicos seria de 26:500\$000. A resolução nº 83 de 13 de outubro de 1892, responsável por apresentar o orçamento do exercício 1892-1893 previa um aumento de 100% na receita municipal, tendo como base o exercício anterior, o que significaria que a Câmara teria 400:000\$000 para financiar os gastos públicos de Juiz de Fora. Desta forma, os recursos destinados à Construção e Reparo de Obras Públicas seriam de 45:000\$000, representando um aumento de aproximadamente 87%, enquanto o gasto com o pagamento de Juros e Amortização da dívida pública municipal subiria para 170:000\$000, significando um incremento de 541,6%. No entanto, vale lembrar que o *funding loan* fora realizado no ano de 1893, logo, suas despesas estavam previstas no orçamento para o exercício 1892-1893.

No exercício seguinte (1893-1894), a arrecadação municipal teria mais um incremento de 25% chegando à importância de 500:000\$000, valor que se repetiria para o exercício 1894-1895. No que diz respeito ao pagamento dos Juros e Amortização da dívida pública de Juiz de Fora o valor se estabilizaria em 165:000\$000, conforme previsto na resolução nº 84 de 13 de outubro de 1892.

Os recursos alavancados com as emissões dos títulos da dívida pública municipal foram depositados em conta especial no Banco de Crédito Real de Minas Gerais e no Banco do Commercio, sendo sacados de acordo com que as necessidades de capital foram surgindo [Tabela 18]. Entre as despesas encontramos referências à compra de material, execução da retificação do Rio Paraibuna em 16 de agosto de 1894 ao custo de 10:000\$000, término das obras do hospital de isolamento e da estação de desinfecção sobre o custo de 20:000\$000.

Tabela 18

Saques referentes ao empréstimo público identificados nas resoluções da Câmara municipal

Banco	Quantia sacada	Resolução
Banco do Commercio	80:000\$000	n° 167 de 25 de março 1893
- // -	200:000\$000	n° de 259 de 29 de maio de 1894
- // -	20:000\$000	n° 277 de 16 de agosto de 1894
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	200:000\$000	n° 280 de 16 de agosto de 1894
- // -	10:000\$00	n° 288 de 16 de agosto de 1894
Total	510:000\$000	

FONTE: JUIZ DE FORA, Câmara Municipal. *Resoluções (1892, 1893 e 1894)*. Juiz de Fora: Typographia Americana, 1896

A subscrição de títulos da dívida pública de Juiz de Fora colocou em circulação no mercado mobiliário local 10.000 apólices, que significavam um investimento relativamente seguro, já que o credor era a própria Câmara Municipal. Todavia, apenas 4.309 apólices foram compradas por 105 subscritores diferentes, que foram motivados em parte pelo espírito de poupança intrínseco neste tipo de aplicação, além disso, torna-se necessário ressaltar que em alguns casos esta aplicação ganhava sentido de capital político [Tabela 19]. Entretanto, qualquer afirmação mais concreta sobre as dimensões políticas deste investimento financeiro demandaria um estudo mais pormenorizado.

Tabela 19

Relação nominal dos subscritores do lançamento de 1893.

N°	Subscritores	Número de apólices adquiridas	Capital	Atividade econômica	Atividade política	Descrição
01	Dr. Francisco Vicente G. Penna Filho	15	3:000\$000	Investidor acionário		
02	Dr. João Nogueira Penido	50	10:000\$000	Investidor imobiliário, financeiro e acionário	Vereador	Médico, Presidente de Câmara de (1895-1898), Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia.
03	Dr. Frederico Olivares da Silva	100	20:000\$000			
04	Dr. Bernardino Silva	25	5:000\$000	Profissional Liberal		
05	Gabriel Antônio de Barros	50	10:00\$000	Cafeicultora / Investidor imobiliário e financeiro		Barão de S. José Del Rey.
06	Antonio Bernardino Monteiro de Barros	100	20:000\$000	Cafeicultora	Vereador	Vereador (1895-1907).
07	Gabriel José de Barros	50	10:000\$000	Fazendeiro		

08	Dr. Francisco Fidro Barboza Lage	53	10:600\$000	Cafeicultura		
09	Dr. Antero José Barboza Lage	175	35:000\$000	Cafeicultura	Vereador	Advogado, Presidente de Câmara (1865-1868).
10	Francisco Mariano Halfeld	850	170:000\$000	Cafeicultura		Secretário de Obras do Estado de MG (1857).
11	José Ricardo de Oliveira Bello	50	10:000\$000			
12	Dona Carmelina de Assis Isabel Campos	359	71:000\$000	Cafeicultura		Mulher.
13	Teodorico Ribeiro de Assis	25	5:000\$000	Cafeicultura / Investidor acionário		Maior acionista da Companhia Mineira de Eletricidade.
14	Dona Anna Carolina de Assis	50	10:000\$000	Cafeicultura / Investidor acionário		Mulher.
15	Joaquim Clemente de Campos	225	45:000\$000	Fazendeiro		
16	Dona Marinna Tavares	4	800\$000			Mulher.
17	Dr. Gregório Howyan	50	10:000\$000	Profissional liberal		Engenheiro.
18	Dona Anna Augusta de Souza	10	2:000\$000	Investidora acionária		Mulher.
19	Dr. Candido Teixeira Tostes	250	50:000\$000	Cafeicultura / Investidor imobiliário, acionário e de capitais		Advogado, Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.
20	Manuel Honório de Campos	50	10:000\$000	Cafeicultura	Vereador	Vereador (1895-1897).
21	Onofre Camillo de Campos	5	1:000\$000			
22	Dona Clotilde Moretzsolm Barboza Lage	10	2:000\$000	Fazendeira		Mulher.
23	Dr. Eduardo Augusto de Menezes	25	5:000\$000	Profissional liberal		Médico, Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia, Diretor de Higiene.
24	Domingos Antonio Teixeira	20	4:000\$000			
25	Pedro José Henrique	20	4:000\$000			
26	Dona Claudina de Campos Henriques	10	2:000\$000			Mulher.
27	Dr. Luiz Eugenio Horta Barboza	10	2:000\$000	Profissional liberal	Presidente da Província de Minas Gerais	Advogado, Presidente da Província de Minas Gerais (1887), Deputado Provincial (1870).
28	Dona Gabriella Moretzsolm Barboza	10	2:000\$000	Capitalista		Mulher.
29	Dona Maria Carmelita Moretzsolm Barboza	2	400\$000	Capitalista		Mulher.
30	Dona Francisca Evangelina Moretzsolm Barboza	2	400\$000			Mulher.
31	Dona Isabel Moretzsolm Barboza	2	400\$000			Mulher.
32	Dona Julia Moretzsolm Barboza	2	400\$000	Capitalista		Mulher.
33	Ligia Dutrá de Moraes	1	200\$000			Mulher / Menor.
34	José Moretzsolm Barboza	2	400\$000			
35	Dr. Francisco Bernardino Silva	50	10:000\$000	Cafeicultor	Deputado Federal	Advogado, Deputado Federal, Presidente da Câmara (1893-1895), Diretor da Companhia Estrada de Ferro União Mineira
36	Oscar Vidal Barboza Lage	50	10:000\$000	Pecuarista		Engenheiro, Presidente da Câmara (1911-1915).
37	Dona Constança Vidal Barboza Lage	120	24:000\$000	Cafeicultura		Mulher.

38	Manuel Vidal Barboza Lage	50	10:000\$000	Cafeicultura		Menor.
39	Constança Vidal Barboza Lage	50	10:000\$000	Cafeicultura		Mulher / Menor.
40	Dulce Brandão	3	600\$000			Mulher / Menor.
41	João de Magalhães Gomes	3	600\$000			
42	Leocadio Laurentino Leonel de Lima	2	400\$000			
43	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	250	50:000\$000			Instituição Bancária.
44	Dr. Virgílio Fabiano Alves	25	5:000\$000	Profissional liberal	Prefeito	Médico, Prefeito de Matias Barbosa.
45	José Joaquim Monteiro da Silva	50	10:500\$000	Cafeicultura	Presidente do Estado de Minas Gerais	Barão de Santa Helena, Vereador (1860-1864), Presidente de Câmara (1881-1887), Senador do Império, Presidente do Estado de Minas Gerais, Fundador do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.
46	José Fernandes Garrido	11	10:200\$000			
47	Dr. Virgílio Moretzsolm	50	10:000\$000	Profissional liberal		
48	Francisco Antônio Brandi	50	10:000\$000	Cafeicultura / Investidor imobiliário e acionário / Comerciante		Comendador, Concessionário da Loteria Municipal,
49	Altivo	1	200\$000			Menor.
50	Paulino	1	200\$000			Menor.
51	Rosalina Ângela e Marcelina	1	200\$000			Mulheres / Menores.
52	Domíngos Menezes e Eduardo Menezes	1	200\$000			Menores.
53	Cesário José de Almeida	26	5:200\$000			
54	Georgina de Castro	2	400\$000			Menor.
55	Altalilsa de Castro	1	200\$000			Mulher / Menor.
56	Edith Brandão e Judith Brandão	1	200\$000			Mulheres / Menores.
57	Augusto Moretzsolm	50	10:000\$000	Capitalista		
58	Dona Anna Juvet	2	400\$000			Mulher.
59	Dona Leopoldina Ribeiro Machado	1	200\$000			Mulher.
60	Maria Leopoldina Machado	1	200\$000			Mulher / Menor.
61	Paulo Elias Machado	2	400\$000			
62	Miguel Bournier de Assis	1	200\$000			Menor.
63	Judith Teixeira da Gama	2	400\$000			Mulher / Menor.
64	Dona Maria Antonia Penido Bournier	8	1:600\$000			Mulher.
65	Dona Josephina Cândida Penido	8	1:600\$000			Mulher.
66	Galileu Nogueira Penido	3	600\$000			
67	Dona Branca Nogueira Penido	8	1:600\$000			Mulher.
68	Dona Maria Cândida Penido	8	1:600\$000			Mulher.
69	José Carneiro Moretzsolm	5	1:000\$000			
70	Inha de Queiroz Teixeira	1	200\$000			Mulher / Menor.

71	Judith de Queiroz Teixeira	1	200\$000			Mulher / Menor.
72	Emilia Cândida de Faria Lage	1	200\$000			Mulher / Menor.
73	Maria Perpetua de Faria Lage	1	200\$000			Mulher / Menor.
74	Octavio Maia	1	200\$000			Menor.
75	Hornias Pinto Vieira	2	400\$000			
76	Dona Maria Cândida de Assis	52	10:400\$000			Mulher.
77	Sociedade Auxiliadora Portuguesa	15	3:000\$000			Instituição de Imigrantes.
78	Dona Cândida Francisca de Andrade	4	800\$000			Mulher.
79	Manoel José de Castro	5	1:000\$000			
80	Hortência Jaguaribe	1	200\$000			Mulher / Menor.
81	Diva Jaguaribe	1	200\$000			Mulher / Menor.
82	Sergio de Macedo Moura	15	3:000\$000	Cafecultura		
83	Francisco Ignacio de Andrade Golarte	150	30:000\$000	Cafecultura / Industrial / Investidor acionário		Médico, Diretor da Companhia Fiação & Tecelagem Santa Cruz.
84	Bernardo Pedro Ferreira	50	10:000\$000			
85	Dona Maria Ephigenia da Silveira	7	1:400\$000			Mulher.
86	Manoel da Silva Rios	7	1:400\$000			
87	Balbino de Magalhães Gomes	60	12:000\$000			
88	Dona Bernardina Clara do Nascimento	160	32:000\$000			Mulher.
89	Dona Cristina Augusta de Castro	25	5:000\$000			Mulher.
90	José Antonio de Castro Guimarães	25	5:000\$000			
91	Dona Francisca Eneida Monteiro da Silva	5	1:000\$000			Mulher.
92	Algiberto	1	200\$000			Menor
93	Dona Regina Coelho da Silva	1	200\$000			Mulher.
94	Levido Vidal	1	200\$000			
95	D. Margarida Conceição Monteiro de Andrade	6	1:200\$000			Mulher.
96	Dona Leone Varella	15	3:000\$000			Mulher.
97	Maria da Conceição Varella	1	200\$000			Mulher.
98	Nahir Varella	1	200\$000			Mulher
99	Olga Varella	1	200\$000			Mulher.
100	Dona Marieta Sergio Vieira	20	4:000\$000			Mulher.
101	Dona Mariana de Cerqueira Coelho	50	10:000\$000			Mulher.
102	Dona Hemínia de Cerqueira Coelho	50	10:000.000			Mulher.
103	Felizbina de Oliveira Bretas	1	200\$000			Mulher / Menor.
104	Augusta de Oliveira Bretas	1	200\$000			Mulher / Menor.

105	Marciel de Andrade Almeida	12	2:400\$000			Menor.
	Total	4309	861:800\$000			

FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República. Série: 14 - 21/1 Caixa: 01.

Além disso, podemos destacar que apesar das apólices serem vendidas no mercado capitais de Juiz de Fora, com suas características primárias, o investimento neste tipo de ativo financeiro era relativamente alto para a maior parte da população²⁷⁵. Todavia, veremos 59 indivíduos que adquiriam 12 ou menos apólices, estas pessoas representariam um grupo de investidores de classe média urbana, que juntos foram responsáveis pela compra de 209 ativos da dívida pública municipal, entre eles encontraremos inúmeras mulheres e/ou menores responsáveis por alavancar um capital de 41:800\$000, cifra que representaria cerca de 5% desta arrecadação extraordinária. Uma hipótese sobre o elevando número de indivíduos com reduzida quantidade de ativos é que estas apólices geravam uma renda fixa, enquanto elas não fossem resgatadas pela instituição emissora, sendo assim, sua compra funcionava como uma espécie de poupança.

O capital de origem cafeeira representou cerca de 60% de todo o montante arrecadado pela Câmara Municipal com o lançamento de 1893, os subscritores identificados como cafeicultores foram responsáveis pela aquisição de 2497 apólices que alavancaram 449:400\$000. Desta maneira, podemos notar que os recursos gerados pela cafeicultura foram responsáveis por financiar, indiretamente, a infraestrutura urbana de Juiz de Fora, seja através do pagamento de impostos ordinários ou mesmo criando receita extraordinária para Câmara Municipal via mercado financeiro.

Desta maneira, ao estudar este tipo de investimento destacamos uma forma histórica de acumulação, que se dá através da renda do capital em função dos juros. Este tipo de aplicação financeira apresenta um aspecto fetichista próprio do moderno sistema capitalista, reforçado por um processo ininterrupto de transformação do capital em capital a juros²⁷⁶. As apólices da dívida pública municipal, assim como outros ativos financeiros, podem assumir um caráter especulativo, especialmente por serem

²⁷⁵ Em fevereiro de 1884 a média salarial da Fábrica de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira não ultrapassava 48\$257. Em maio de 1897 a mesma fábrica apresentava uma média dos salários pagos aos seus funcionários de 86\$064. In: OLIVEIRA, Luís Eduardo. *Os trabalhadores e a Cidade*. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. pp. 456-464.

²⁷⁶ COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e capitalismo: um estudo sobre as trajetórias da riqueza financeira*. 1997. 167 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 1997.

transferíveis, permitindo assim que elas se tornassem mais um componente do mercado mobiliário da cidade [Tabela 20].

Tabela 20

Registro de transferência de posse das apólices da dívida pública de Juiz de Fora

Quantidade	Cidade onde ocorreram as transferências	Descrição
35	Juiz de Fora	1º Tabellião Bernardo Justiniano da Rocha em Juiz de Fora 2º Tabellião Fortes Bustamante
1	Rio de Janeiro	Irmão e Cia. Successores de Delgado & Lima comissários de café. Rua Municipal, n° 7, Rio de Janeiro
1	Barbacena	1º Tabellião João Baptista de Freitas Escrivão da Provedoria Barbacena (Minas)
1	São Pedro de Alcântara	- // -
1	- // -	Transferência realizada no <i>Banco del Credere</i>

FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República. Série: 14 - 21/1 Caixa: 01.

De modo geral os subscritores possuíam perfis bem variados, entre os investidores encontramos: cafeicultores, pecuaristas, lavradores, fazendeiros, profissionais liberais, funcionários públicos, capitalistas, investidores financeiros, além de instituições instaladas em Juiz de Fora. Desta maneira, os títulos aparecem com relativa frequência nos *portfolios* destes investidores, conjuntamente com outros tipos de ativos. O investimento em apólices da dívida pública municipal incorporou as novas orientações ditadas pelo capitalismo, onde as aplicações de capital gradualmente deixaram de ser direcionadas aos bens tangíveis para serem direcionadas aos intangíveis, numa nítida representação das mudanças promovidas pelo sistema econômico que se consolidava²⁷⁷ [Tabela 21].

²⁷⁷ PIRES, Anderson; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira. In: *História e Economia*. v. 4, n° 2, (ago-dez), 2008.

Tabela 21

Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (1889-1914).
(médias por períodos).

Ativos	1889/1898	1899/1908	1909/1914	1889/1914
Terras	19,64	18,32	19,57	19,12
Dívida ativa	18,22	14,58	12,85	15,58
Títulos	16,55	15,01	19,00	16,55
Casas	16,13	19,36	21,00	18,50
Café	12,86	8,00	5,24	9,23
Ações	6,77	11,01	13,72	10,00
Objetos Pessoais	3,15	7,75	4,0	5,12
Animais	2,97	2,30	2,24	2,25
Benfeitorias	2,37	2,72	1,0	2,19
Terrenos	0,93	0,71	1,12	0,89
Alimentos	0,45	0,22	0,09	0,28

FONTES: PIRES, Anderson; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira. In: *História e Economia*. v. 4, n° 2, (ago-dez), 2008. p. 241.

O mercado financeiro local foi responsável por auxiliar na transferência de recursos dos setores superavitários para os deficitários²⁷⁸. Desta forma, o desenvolvimento urbano gerou inúmeras oportunidades de investimentos, das quais destacamos: emissão de ações como forma de financiamento por parte de várias empresas localizadas em Juiz de Fora (ex. Companhia Mineira de Eletricidade) e o loteamento de fazendas que cercavam o centro da cidade, que acabaram virando alvo de especulação imobiliária. Todavia, o dinamismo da reprodução capitalista no espaço urbano se deve, em partes, à capacidade de intervenção promovida pela administração pública local, que através dos investimentos em infraestrutura construiu um ambiente favorável ao desenvolvimento de Juiz de Fora.

²⁷⁸ PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*. Op. Cit. pp. 358-361

Considerações finais

O trabalho procurou explicar as características peculiares que, em Juiz de Fora, definiram a formação econômica da cidade. Esse processo, cujos movimentos mais efetivos tiveram início a partir de 1850, através da organização de um aparato jurídico que começou a legislar sobre as atividades comerciais que dizem respeito à terra, ao trabalho e ao capital, componentes que por definição são responsáveis pela consolidação da sociedade de mercado. Este trabalho se dedica, principalmente, à compreensão da dinâmica de reprodução do capital em capital, utilizando o mercado financeiro local como meio de promover tal fim. Desta maneira, estudamos a formação de um circuito de capital primário, informal, que se dá numa região interiorana, distante das capitais e dos mercados financeiros formais (Bolsas de Valores e etc.), cuja atividade de produção também ligada à exportação esteve apenas indiretamente articulada ao mercado mundial capitalista.

Em nossa pesquisa delineamos mercado financeiro a partir da existência de oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico. Desta forma, o desenvolvimento urbano-industrial de Juiz de Fora, assim como de outras cidades da Zona da Mata, se coloca como um dos elementos que favoreceram a retenção de capital na própria região, em grande medida, devido ao surgimento de inúmeras oportunidades de investimentos, mesmo que a diferenciação entre “oportunidade” de lucros e formas de barganha e imposição do poder local por parte de políticos e/ou investidores não seja muito nítida em um período em que a estruturação e a expansão dos mercados se colocam como a tônica das mudanças que marcam a economia brasileira.

O circuito financeiro que se forma localmente foi responsável por promover a transferência de recursos dos setores agrários identificados como “tradicionais” para os setores urbano-industriais tidos com “modernos”, ou seja, este movimento significou a inversão de capital dos setores superavitários para os deficitários da economia regional. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo se mantiveram mais integradas ao mercado de capital internacional, especialmente aos financiamentos de origem britânica vindos da Casa Rothschild, que muitas vezes estiveram ligados ao desenvolvimento material destes núcleos urbanos. Em 1890, a moratória argentina levou a Casa Baring à bancarrota, conseqüentemente houve uma retração do capital internacional enviado através de empréstimos para Brasil, já que a Casa Rothschild direcionou parte dos seus recursos para o socorro da Casa Baring. Este contexto de incerteza acabou gerando certa

retração do crédito internacional, dificultando a penetração de recursos vindos do estrangeiro em cidades interioranas, reforçando a ideia sobre a importância dos circuitos financeiros locais na promoção do desenvolvimento do local/regional, assim ocorreu em Juiz de Fora.

Sendo assim, tentamos avançar ainda mais nas discussões sobre a consolidação de mercados financeiros no interior do Brasil, cuja informalidade implícita nas relações de trocas faz parte da sua existência. No caso de Juiz de Fora, o capital cafeeiro foi determinante no processo de transferência de recursos intersetoriais, inclusive com grande presença na aquisição das apólices da dívida pública municipal. Desta forma, as constantes emissões de títulos públicos de Juiz de Fora representaram uma possibilidade de retenção de capital na cidade, bem como sua conversão em melhorias materiais. Ao realizar um estudo histórico sobre os lançamentos de títulos municipais, verificamos que, no passado, o Crédito Público não foi apenas um instrumento para suprimento de déficit ou para resgate de papel moeda. A Dívida Pública foi utilizada para o financiamento de obras públicas e serviços fundamentais à vida urbana.

As constantes emissões de títulos da dívida pública municipal (1885, 1888 e 1893) demonstram a existência de relações financeiras entre o poder político-administrativo de Juiz de Fora e o mercado de capital local, que através de um mecanismo financeiro arrecadou recursos extraordinários para prover o desenvolvimento urbano da cidade. O crédito público serviu também como forma de adiantamento da dotação orçamentária do município, entretanto, causou um sensível impacto nas despesas municipais devido à obrigação com o pagamento dos Juros e Amortização da dívida contraída nas referidas oportunidades.

A concepção de mercado que assumimos neste trabalho conduz a um apontamento sobre suas características materiais, ou seja, uma ideia de mercado como um espaço físico onde são operadas as atividades financeiras. Desta forma, acompanhamos as transformações de uma sociedade cujas relações econômicas se definiam como pré-capitalistas para uma sociedade de mercado nos moldes capitalistas. Todavia, a falta de uma Bolsa de Valores em Juiz de Fora retira o caráter institucional deste mercado de capitais, mas não inviabiliza a estruturação do circuito financeiro, ainda que ele seja definido como um mercado primário.

Além das dimensões financeiras e suas relações com o crédito público municipal, neste trabalho procuramos fazer uma síntese sobre a produção historiográfica de Juiz de Fora e região, especialmente no que diz respeito aos seus aspectos

econômicos. Assim, fomos em parte motivados pela escassez de trabalhos desta natureza. Aliás, estamos diante da consolidação de uma historiografia própria, que nos permite realizar uma abordagem histórica a partir de um ponto de vista interno, fugindo assim das interpretações provenientes do pensamento gerado nas capitais, que em muitos casos não levam em consideração as peculiaridades regionais. Neste contexto, e com a presença de fontes que dizem muito mais da realidade estudada, toda a fragilidade da argumentação sobre a falta de dinamismo econômico da Zona da Mata e, mesmo de Juiz de Fora, tem se descortinado. Mais ainda, reforçamos a ideia da existência de uma economia de exportação, singular em seus aspectos básicos de ritmo de produção, organização social do trabalho e de financiamento de seu processo de crescimento industrial e urbano com capitais gerados endogenamente. Tal economia delineou um circuito, até certo ponto, próprio entre o crescimento dos setores mais representativos do desenvolvimento capitalista, por um lado, e seu financiamento com capitais predominantemente, senão exclusivamente, com capital cafeeiro local, por outro lado. Esta interligação não apenas permite definir o processo de acumulação de uma economia cafeeira regionalmente própria, mas também verificar, mediante os devidos mecanismos financeiros, o desenvolvimento urbano-industrial de Juiz de Fora.

Referências:**Arquivo:**

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

Online:

<http://www.ufjf.br/bibliojf/>

<http://lista.mercadolivre.com.br/ap%C3%B3lice>

<http://www.mariadoresguardo.com.br>

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Fontes primárias:

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1872*.

CAFÉ, Departamento Nacional. *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

COSTA, Salustiano Orlando de Araujo. *Código commercial do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1886.

D'ANDRÉA, Francisco José. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1843.

ESTATÍSTICO DO BRAZIL, Anuário. *Território e População*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916.

ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. 3ªed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

GUIMARAES, Heitor (org.). *Almanach de Juiz de Fora para 1898*. Juiz de Fora: Typografia Mattoso, 1898.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estático do Brasil: 1939-1940*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística. 1940.

JACOB, Rodolfo. *Minas no XXº século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911.

JUIZ DE FORA, Câmara Municipal. *Resoluções (1892,1893 e 1894)*. Juiz de Fora: Typographia Americana, 1896.

LESSA, Pedro. *Materia de hygiene publica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

MATTOS, Alysio. *Promptuario e Assessor dos Exactores do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MINAS GERAIS, Secretaria da agricultura do Estado. *Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727/1927)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

PINTO, Astolpho. Apontamentos historicos do municipio de Juiz de Fóra. *In: Revista do Archivo Publico Mineiro*. Fasc. 3, anno 2, s/d.

SENADO. *A conversão dos bens das ordens regulares em apolices da divida publica intrasferíveis*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

SEQUEIRA, Alexandre. *Relatorio do Presidente da Provincia de Minas Gerais*. Ouro Preto: Typografia Social, 1850.

Jornais:

PHAROL, 13 de janeiro de 1883.

PHAROL, 16 de janeiro de 1883.

PHAROL, 23 de janeiro de 1883.

PHAROL, 15 de março de 1883.

Bibliografia:

AB' SABER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê, 2003.

AGUIAR, Valéria Trevizani Burla. *Atlas geográfico escolar de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2000.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigações: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. 2009. f. 297. Tese (Doutorado em História) – UFF – Niterói, 2009.

ALVIM, Socrates. Projecção economica e social da lavoura cafeeira em Minas. *In: MINAS GERAIS, Secretaria da agricultura do Estado. Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727/1927)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, v. 11, n° 22, (março/agosto), 1991.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de luta (1912/1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ANTÔNIO, Rabib Floreano. *A dinâmica do capital agrário: crédito e investimentos na realidade dos fazendeiros de Vassouras (1850/1988)*. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF – Juiz de Fora, 2013.

ASSIS RIBEIRO, Carlos José. *O Crédito Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

BADIÃO, Habib. *Apólice da dívida pública: questão de moralidade*. S/l: s/e, 2003.

BAGEHOT, Walter. *Lombard Street: el mercado monetario de Londres*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à Ciência das Finanças*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

BARBOSA, Ruy. *Queda do Império*. Rio de Janeiro: Castilho, 1921.

BARROS, Cleyton Souza. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *Modernização e Higienismo*. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF – Juiz de Fora, 2008.

BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1961.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLASENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. *In: Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 2, 1996.

BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVII: os jogos da troca*. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e Tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) – São Paulo: USP, 2006.

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850/1930). In: *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, n° 2, (maio/ago), 1985.

CAPISTRANO, João Abreu. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CARALLI, Rogério. História da presença indígena no município de Carangola. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata de Minas Gerais*. Carangola; Juiz de Fora: EDUFJF, 2008. pp. 49-52.

CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). In: *Núcleo de História Econômica e Demográfica: Série Estudos – 2*. Mariana: UFOP, 1999.

CARRIER, James G. (org.). *A handbook of economic anthropology*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

CASTRO, Aducto de Souza; D'AMORE, Domigos. *Contabilidade bancária e pública*. São Paulo: Saraiva, 1952.

CATAPANI, Márcio Ferro. *O mercado de títulos públicos: desmaterialização e circulação*. 2011. 245 f. Tese (Direito Comercial) – USP, São Paulo, 2011.

CHAPMAN, Anne M. Puertos de comercio em las civilizaciones Aztecas y Mayas. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Comercio y mercado en los Imperio Antiguos. Barcelona: Labor, 1976. pp. 163-200.

CHRISTO, Maraliz de CastroVieira . *A Europa dos pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven. (eds). *The Global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America (1500-1989)*. New York: Cambridge Univerty Press, 2005.

COSTA, Fernando Nogueira. *Economia monetária e financeira*. São Paulo: MAKRON books, 1999.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

COSTA, Vanessa Lourenço Vaz. *O Caminho Novo: ocupação do solo e produção rural (1700/1830)*. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2013.

COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e capitalismo: um estudo sobre as trajetórias da riqueza financeira*. 1997. 167 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 1997.

COWAN, Brian. *The social life of coffee*. London: Yale University Press, 2005.

CROCE, Marcus Antônio. *Oencilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888/1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. 2002. 382 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DELGADO, Ignácio Godinho. Resenha – A “Europa dos Pobres” a belle époque mineira. *In: Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, n° 1, 1995.

DOIN, José Evaldo de Mello; NETO, Humberto Perinelli; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852/1930). *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 53. 2007.

ESPAÇO CULTURAL CORREIOS. Catálogo da exposição: União e Indústria uma estrada para o futuro. 2013.

FADEL, Simone. *Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na República*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FERGUSON, Niall. *A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno (1700/200)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FILHO, José Procópio. Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana. Juiz de Fora: s/e, 1979.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FONSECA, Walter. *Pequena enciclopédia da cidade de Juiz de Fora: gente, fatos e coisas*. São Paulo: Ícone, 1987.

FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise história sobre o crédito no complexo paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FORTI, Reginaldo. (org.) *Marxismos e urbanismo capitalista*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FURTADO, Júnia. Novas tendências da historiografia sobre Minas Colonial. In: *Anais do Seminário Internacional sobre Historiografia Mineira*. Belo Horizonte: Instituto Amilcar Martins, 2004.

GEISST, Charles R. *Wall Street: a history*. New York: Oxford, 1997.

GINZBURG, Carlos. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GODELIER, Maurice. Presentación. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. pp. 9-37.

GOODWIN Jr., James Willian. A “princesa de Minas”. 1996. f. 292. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG – Belo Horizonte, 1996.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRANZIERA, Rui. *Moeda e crédito no limiar do capitalismo no Brasil: a outra história financeira*. 1976. 276 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – UNICAMP, Campinas, 1976.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, n° 18, (out-dez), 1976.

HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação dos rios e drenagem*. FUNALFA: Juiz de Fora, 2004.

HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*. São Paulo: USP, 1973.

INNIS, Harold A. *Fur trade in Canada*. Toronto: University of Toronto press, 2001.

INNIS, Harold A.; DRACHE, Daniel. *Staples markets and cultural change*. Montreal: McGill-Queen’s Univerity press, 1995.

KLEIN, Tolstoi C. *História da contabilidade*. São Paulo: Aurora, 1954.

LAMAS, Fernando Gaudereto. A ante-sala do conflito: relações entre colonos e indígenas na área central da Zona da Mata (1768/1800). In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata de Minas Gerais*: Ouro Preto. Juiz de Fora: EDUFJF, 2010. pp. 93-103.

_____. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767/1820)*. 2013. 295 f. Tese (em História) – UFF, Niterói, 2013.

LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica. In: *Revista HEERA*. Juiz de Fora, v. 4, n° 6, 2009.

LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”*: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora – SMCJF – (1889-1908). 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – FIOCRUZ – Rio de Janeiro, 2006.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho livre: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata (1870/1920)*. 1988. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870/1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LINHARES, Maria Yedda. *Apresentação*. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, n° 1, 1995.

MAGALHÃES, Basílio. Quem era Francisco de Melo Palheta, o introdutor do cafeeiro no Brasil. In: CAFÉ, Departamento Nacional. *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

MAMBRO, Galba Ribeiro. Arquivo Histórico da UFJF. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 1, 1996.

MARICHAL, Carlos. The Spanish-American silver peso: export commodity and global Money of the ancien regime (1550/1800) In: *From silver to cocaine*. London: Duke University Press, 2006.

MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org) *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCMILLAN, John. *A reinvenção do Bazar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1976.

NEALE, Walter C. El mercado en la teoría y la historia. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. pp. 405-420.

NUTZENADEL, Alexander; TRENTMANN, Frank. *Food and Globalization: consumption, market and politics in the Modern World*. New York: Berg, 2008.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; MAGESTE, Leandro Elias Canaan; CASPAR NETO, Verlan Valle. Arqueologia evolutiva na Zona da Mata mineira: algumas reflexões sobre a cerâmica dos sítios Tupiguarani da região. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata de Minas Gerais*: Ouro Preto. Juiz de Fora: EDUFJF, 2010. pp. 119-129.

OLIVEIRA, Luís Eduardo. *Os trabalhadores e a Cidade*. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780/1870)*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969.

_____. *Efemérides Juizforanas (1698-1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975.

_____. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PAULA, João Antônio. A modernidade apropriada. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 1, 1996.

_____. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica (1930/1970)*. 1976. 193 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1976.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. ... *E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”*: História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 2006.

PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 9. 1962.

PERROUX, François. *Economia do século XX*. Lisboa: HERDER. 1967.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Cia. Editora Nacional-MEC, 1979.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1966.

_____. *Las ciudades de la edad media*. Madrid: Alianza, 1985.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

_____. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. 1993. 140 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993.

_____. *Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. v. 9, n° 1, (jan/jul), 2007.

PIRES, Anderson; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira*. In: *História e Economia*. v. 4, n° 2, (ago-dez), 2008.

PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. *Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais*. In: *Anais do III Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/Universidade do Ninho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)*. Vitória: GM Editora, 2011.

PLAHE, Jagjit. *The Global Commodity Chain approach and the organizational transformation of agriculture: a look into the increasing power of retailers and branded merchandisers*. In: *Working Paper Series 63/05*. Monash University: Department of Management, 2005.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elvevier, 2000.

_____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. Intercambio sin mercado en tiempo de Hammurabi. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos. Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. pp. 61-75.

PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REVERE, Robert B. “Tierra de nadie”: los puertos comerciales del Mediterráneo oriental. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos. Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. pp. 87-110.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SAES, Flávio Azevedo Marques. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTIAGO, Bárbara da Silva. *Paisagem e fragmentação florestal no município de Juiz de Fora – MG*. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – UFF, Niterói, 2008.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzala (1870/1900)*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.

SMITH, Woodruff D. From coffeehouse to parlour: the consumption of coffee, tea and sugar in north-western Europe in the seventeenth and eighteenth centuries. In: GOODMAN, Jordan; LOVEJOY, Paul E.; SHERRAT, Andrew. *Consuming habits: global and historical perspectives on how cultures define drugs*. New York: Routledge, 2007.

SOBEL, Robert. *Wall Street: a história da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cezar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

SOUZA, Sônia Maria. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870/1920)*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2007.

TANNURI, Luiz Antônio. *Oencilhamento*. 1977. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1977.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História do Café no Brasil*. V.9. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TAUNAY, Alfredo d' Escragnolle. *História administrativa e econômica do Brasil*. São Paulo: Forense, 1972.

TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no Mundo dos Senhores do Café: Franca 1885-1914*. 2006. 263 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 2006.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais do interior: Franca e a História da Indústria coureiro-calçadista (1860/1945)*. 1998. 375 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 1998.

TRAVASSOS, Mirian. *Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora: uma reportagem para a história*. Juiz de Fora: Esdeva, 1993.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VALE, Vanda Arantes. Manchester Mineira. In: *III Encontro de Associação de Estudos Brazilianistas*. Inglaterra: Cambridge, 1996.

_____. Organização da medicina científica em Juiz de Fora – Baú de Ossos. In: *Anais do XIII Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2002.

VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, n° 1. 1958.

VITORETTO, Bruno Novelino. *Parahybuna à Zona da Mata: terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Cerro de Agua: siglo XXI, 1991.

WASSERNAN, Cláudia. Problema teórico que envolve a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades. In: *Ciências Humanas e Sociais*. Londrina, v. 23, (set), 2002.

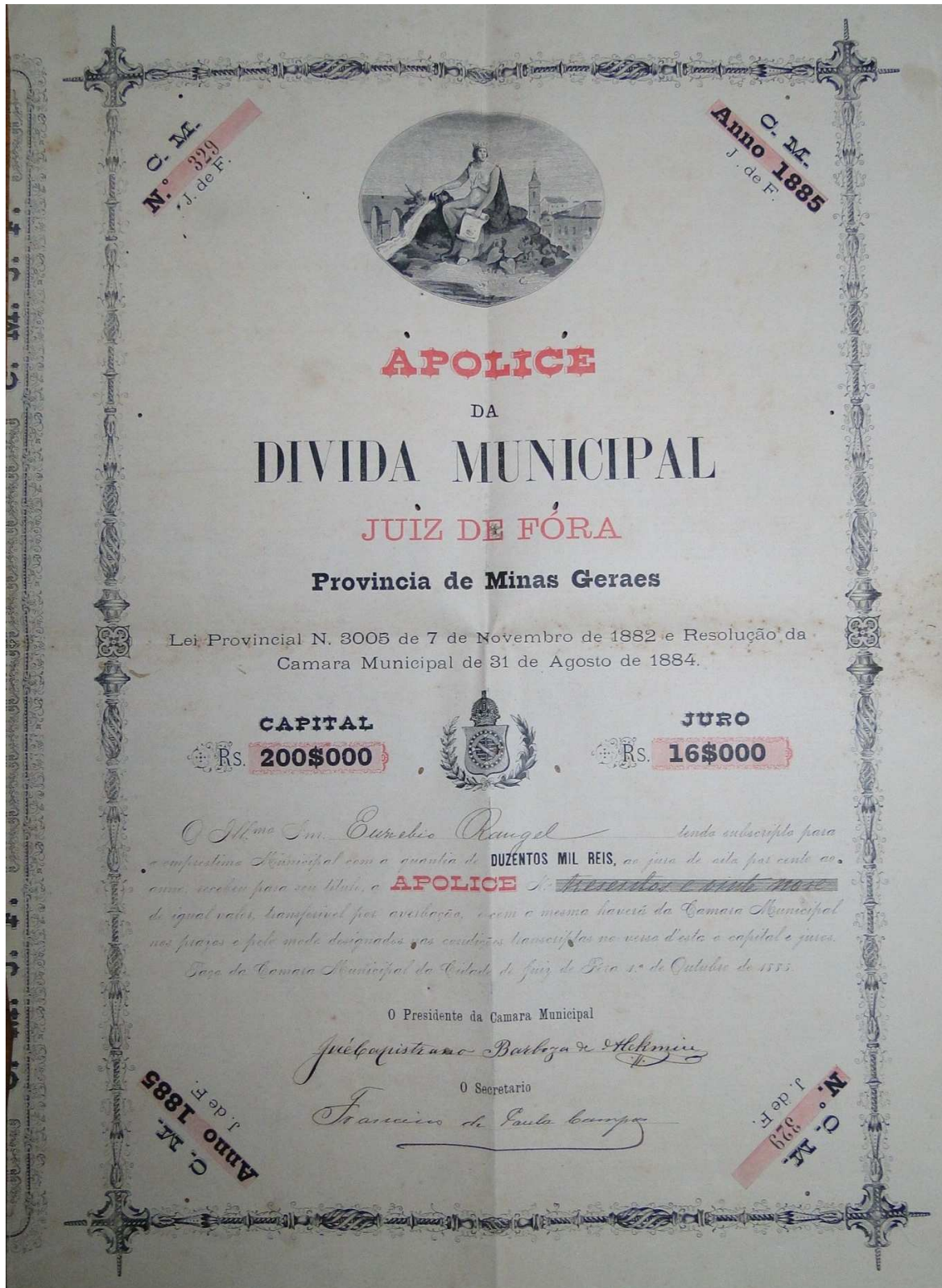
WATKINS, Melville H. Teoria primária do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (org.). *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

WIRTH, John. *O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Anexos

Anexo 1

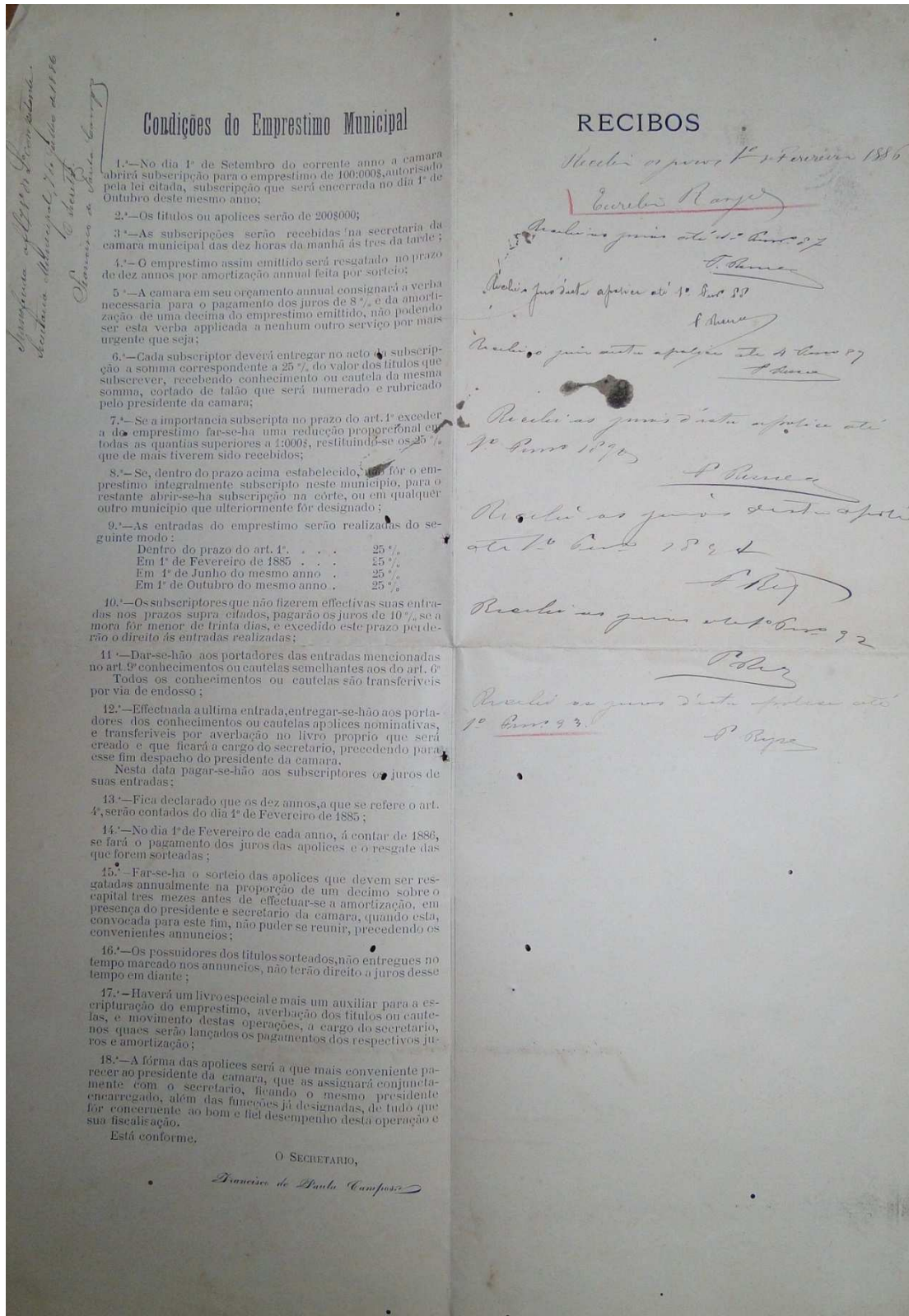
Apólice da Dívida Municipal de Juiz de Fora de 1885.



FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – Império. Série: 77 Caixa: 17.

Anexo 2

Condições do Empréstimo Municipal de Juiz de Fora de 1885.



Anexo 3

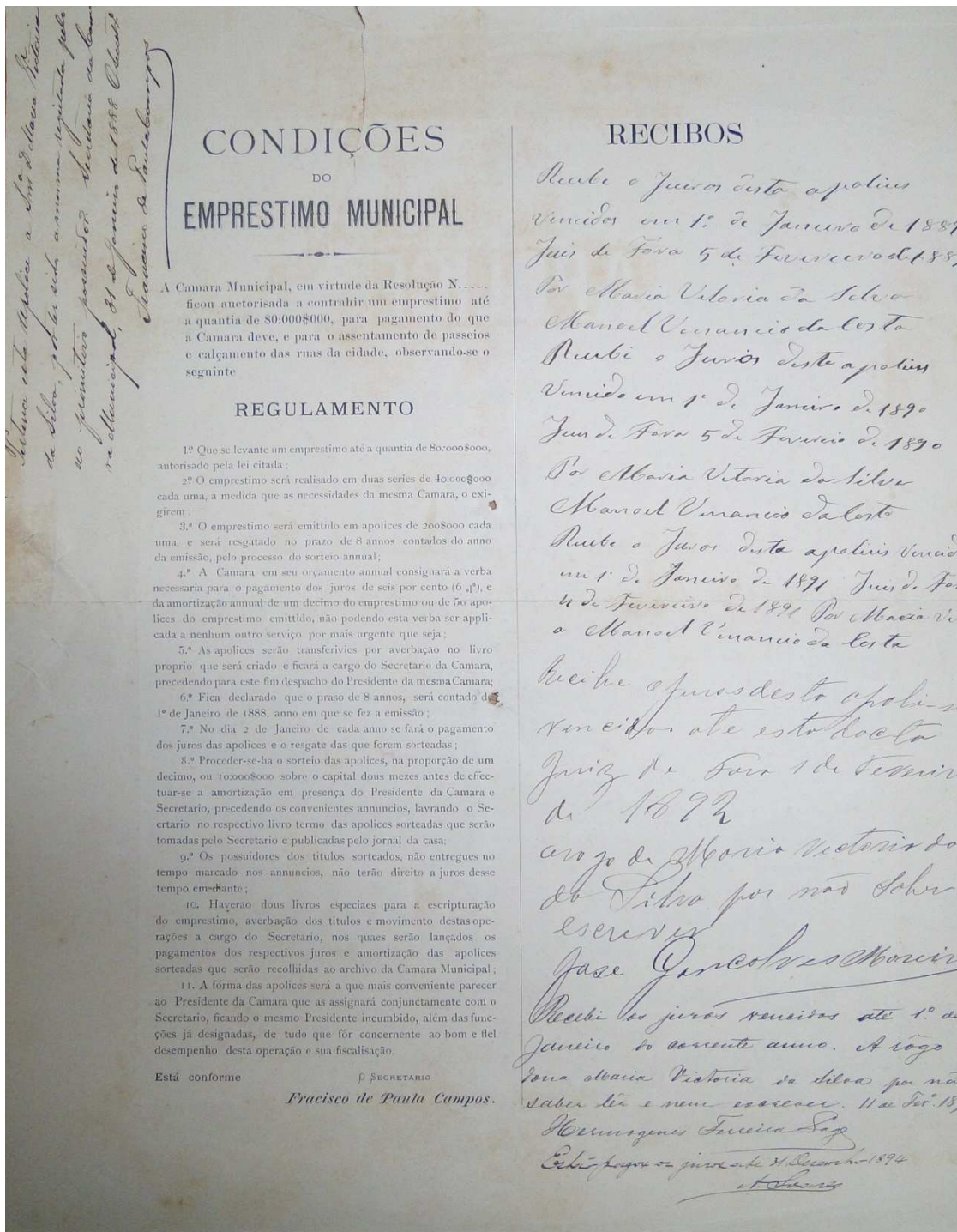
Apólice da Dívida Municipal de Juiz de Fora de 1888.



FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – Império. Série: 77 Caixa: 17.

Anexo 4

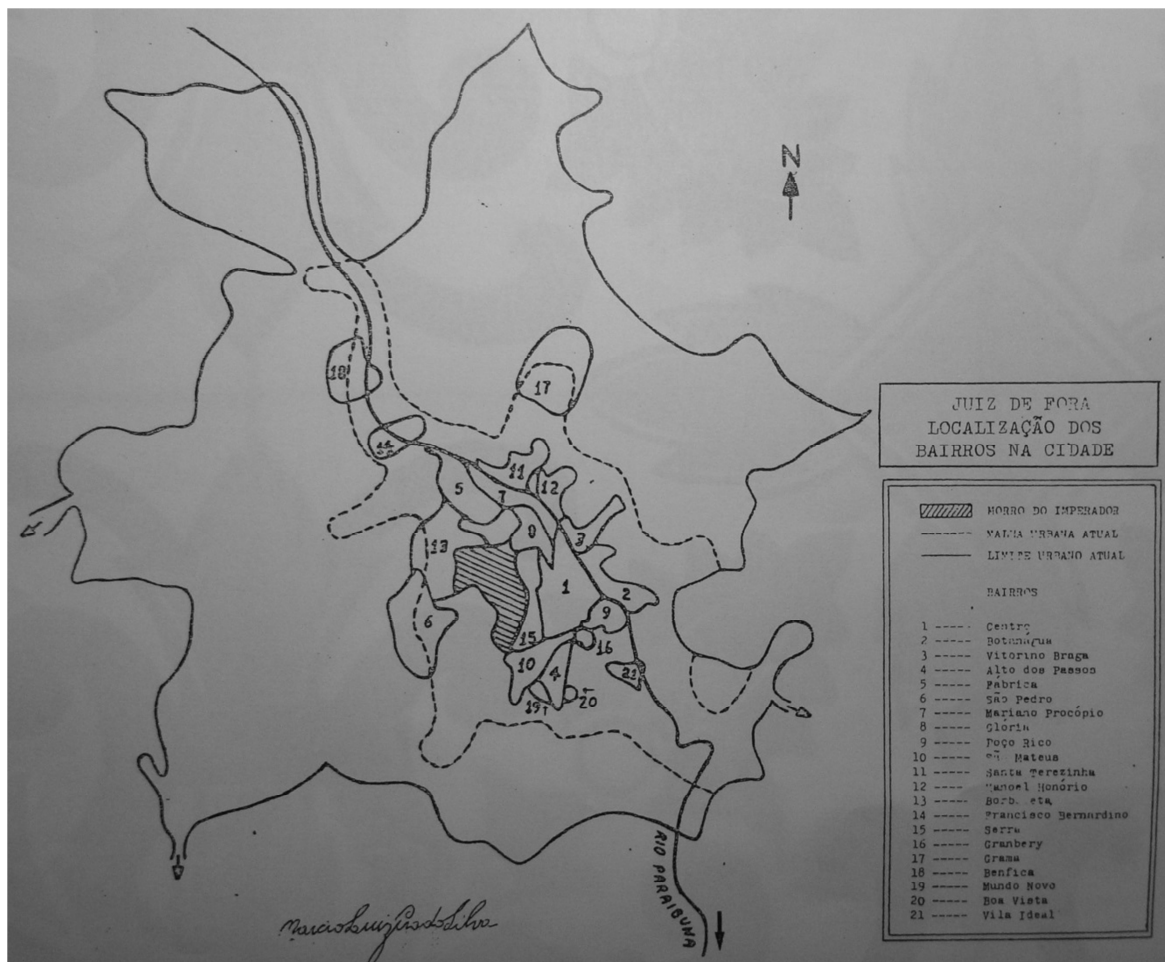
Condições do Empréstimo Municipal de Juiz de Fora de 1888.



FONTE: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – Império. Série: 77 Caixa: 17.

Anexo 5

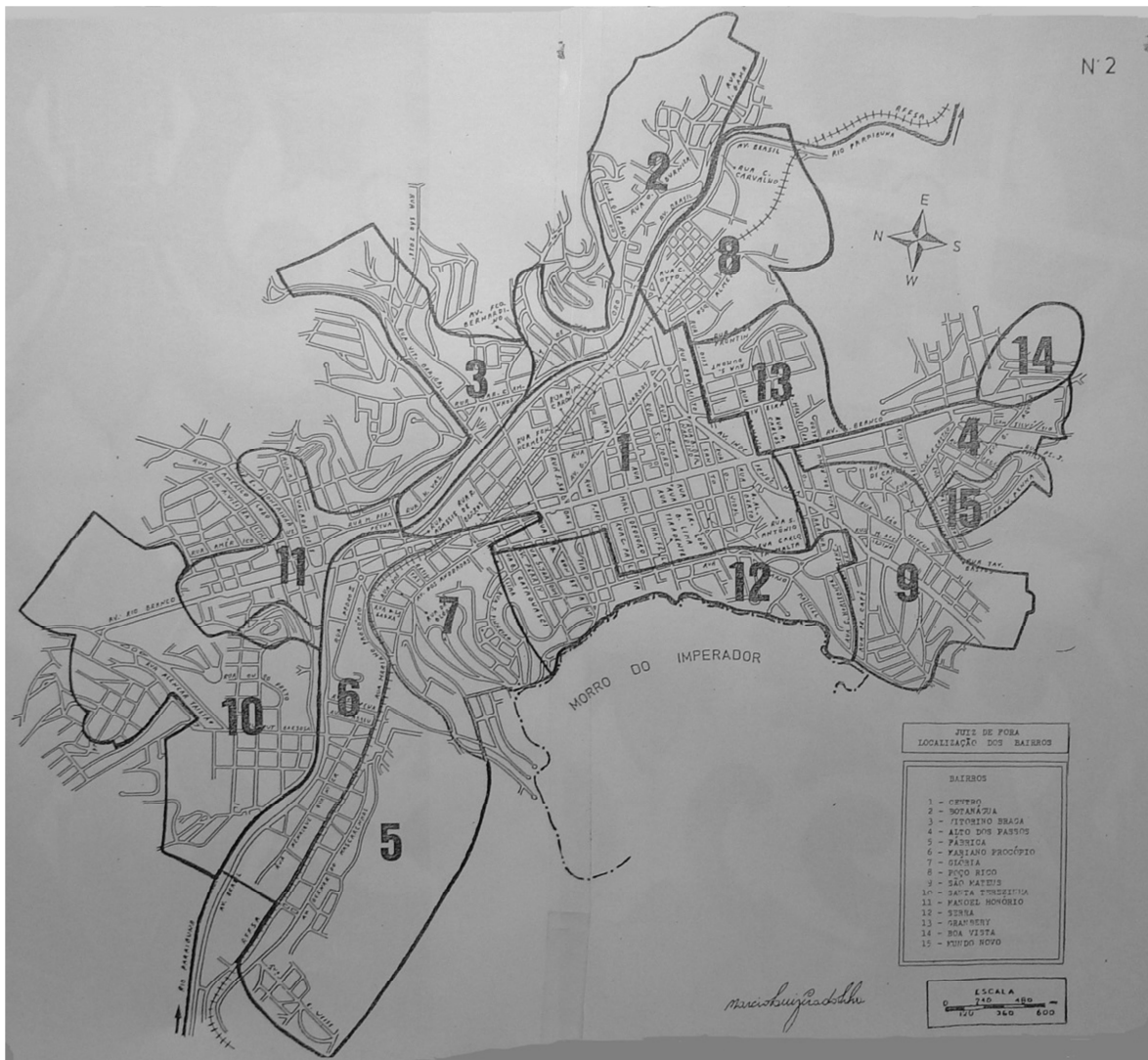
Juiz de Fora localização dos bairros na cidade.



FONTE: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

Anexo 6

Juiz de Fora localização dos bairros.



FONTE: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

Anexo 7

Juiz de Fora funções e usos do solo urbano.



FONTE: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

Anexo 8

Juiz de Fora serviços de consumo coletivo década de 1880.



FONTE: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

Anexo 9

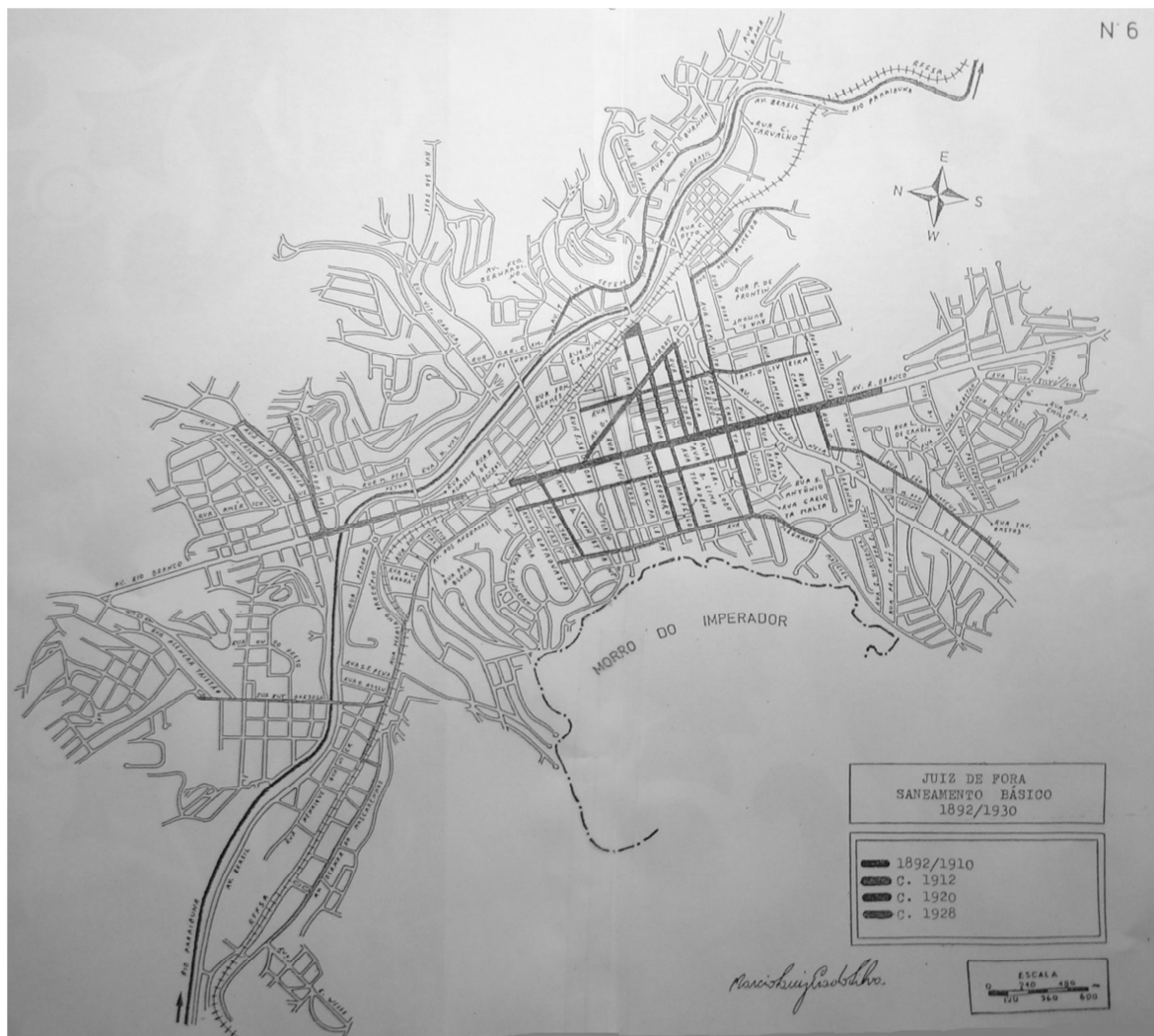
Juiz de Fora linhas de bondes.



FONTE: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

Anexo 10

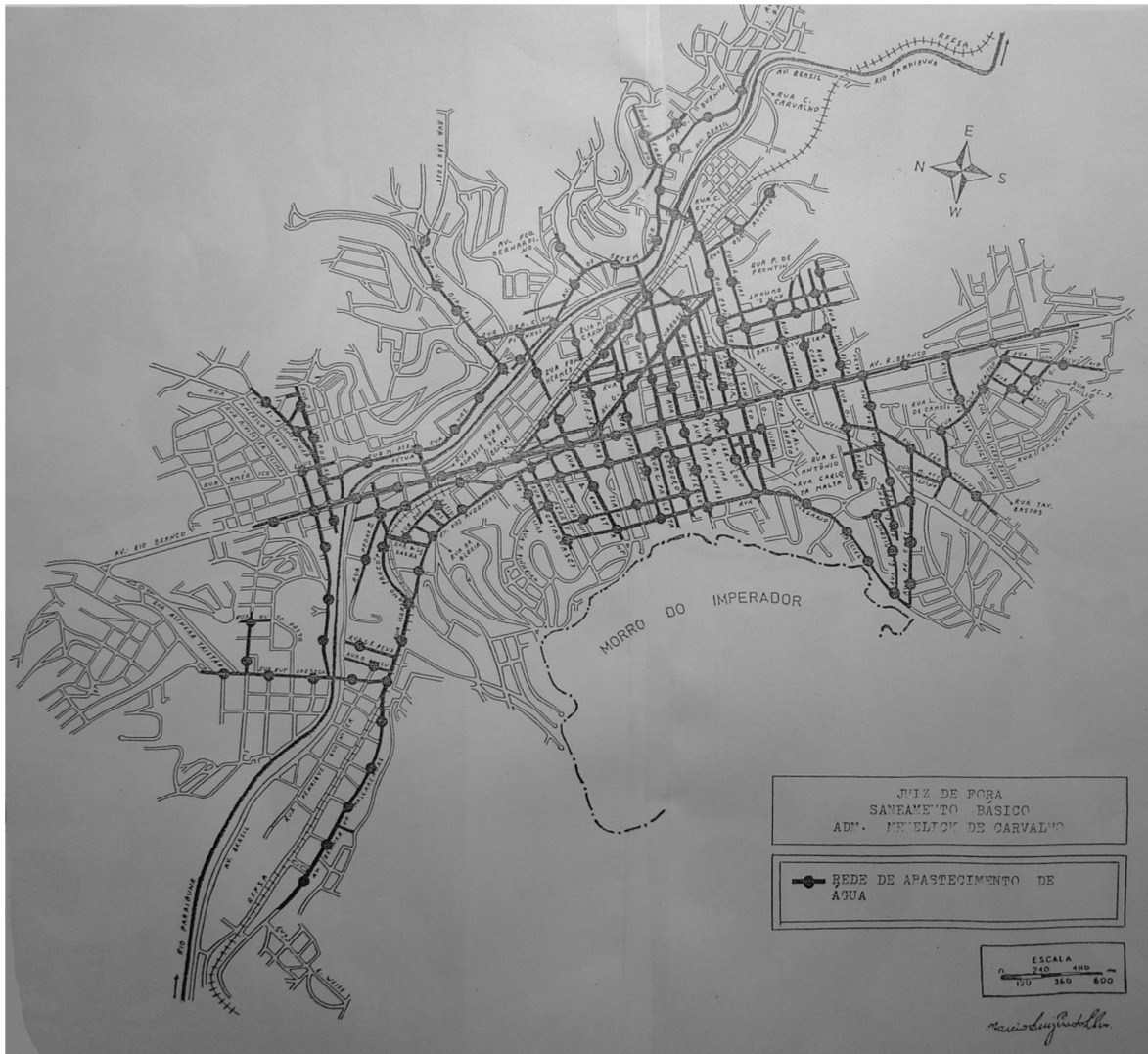
Juiz de Fora saneamento básico 1892/1930.



FONTE: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

Anexo 11

Juiz de Fora rede de abastecimento de água.



FONTE: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.

Anexo 12

Juiz de Fora evolução do perímetro urbano.



FONTE: MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.